



GUINÉ-BISSAU

Relatório do Corpo Técnico sobre as Consultas de 2013 ao abrigo do Artigo IV; Análise de Sustentabilidade da Dívida; Anexo Informativo; Nota de Informação ao Público sobre a Discussão no Conselho de Administração e Intervenção do Administrador do FMI para a Guiné-Bissau

Nos termos do Artigo IV do seu Convénio Constitutivo, o FMI mantém discussões bilaterais com os países membros, normalmente uma vez por ano. No contexto das consultas de 2013 com a Guiné-Bissau ao abrigo do Artigo IV, os seguintes documentos foram liberados para publicação e estão incluídos neste pacote:

- **Relatório do Corpo Técnico** sobre as consultas de 2013 ao abrigo do Artigo IV, elaborado por uma equipa do FMI após o término das discussões com as autoridades da Guiné-Bissau, em 10 de Maio de 2013, sobre a evolução da economia e as políticas económicas. O relatório do corpo técnico foi concluído em 5 de Junho de 2013, com base nas informações disponíveis à altura das discussões. As opiniões expressas no relatório são as da equipa de técnicos e não reflectem necessariamente as opiniões do Conselho de Administração do FMI.
- **Análise de Sustentabilidade da Dívida** elaborada em conjunto pelos técnicos do FMI e do Banco Mundial.
- **Anexo Informativo** elaborado pelo FMI.
- **Nota de Informação ao Público (PIN)**, que resume as opiniões do Conselho de Administração, conforme expressas durante as suas deliberações de 21 de Junho de 2013 sobre o relatório do corpo técnico que concluiu as consultas do Artigo IV.
- **Intervenção do Administrador do FMI** que representa a Guiné-Bissau.

A política de publicação de relatórios do corpo técnico e outros documentos permite a supressão de informações que possam influenciar os mercados.

Para adquirir exemplares deste relatório, entre em contacto com:

International Monetary Fund • Publication Services

700 19th Street, N.W. • Washington, D.C. 20431

Telephone: (202) 623-7430 • Telefax: (202) 623-7201

E-mail: publications@imf.org • Internet: <http://www.imf.org>

Preço unitário: USD 18,00

Fundo Monetário Internacional
Washington, D.C.



GUINÉ-BISSAU

RELATÓRIO DO CORPO TÉCNICO SOBRE AS CONSULTAS DE 2013 AO ABRIGO DO ARTIGO IV

5 de Junho de 2013

PRINCIPAIS TEMAS

Contexto: A Guiné-Bissau é um estado frágil. O golpe de Estado do mês de Abril de 2012 provocou um retrocesso importante nos progressos realizados nos anos anteriores com vista à melhoria das políticas macroeconómicas e das suas perspectivas. A crise política associada afectou negativamente os desenvolvimentos económicos, nomeadamente devido à redução do apoio dos doadores tradicionais. Além disso, a Guiné-Bissau sofreu um choque grave nos termos de troca já que os preços do caju, o seu principal produto de exportação, caíram fortemente em 2012. Espera-se uma ligeira recuperação da economia em 2013, mas esta continuará altamente vulnerável aos desenvolvimentos políticos e às exportações de caju. Atingir um crescimento económico elevado e sustentável exigirá estabilidade política e o reinício de esforços de reformas estruturais. O programa apoiado por um acordo ECF de três anos, aprovado em Maio de 2010, sofreu derrapagens a seguir ao golpe de Estado e chegou ao seu termo em Maio de 2013.

Enfoque: Os desafios que se apresentam são de navegar através das incertezas no curto prazo e acelerar o crescimento a médio prazo. As discussões centraram-se nos desafios a curto prazo para restabelecer a estabilidade macroeconómica e na agenda macroeconómica a médio prazo, incluindo a mobilização de receitas, a competitividade e a sustentabilidade externa, e as reformas prioritárias.

Perspectivas e riscos: No curto prazo, os principais riscos são relativos à conjuntura internacional inclusive à intensificação possível da crise na zona euro, que pode afectar as exportações, as remessas e a ajuda oficial ao desenvolvimento. No médio prazo, a resolução da crise política e o restabelecimento da assistência financeira externa são críticos para pôr fim ao círculo vicioso de pobreza, debilidade das instituições e grandes deficiências em termos de capital físico e humano.

Recomendações: As autoridades devem adoptar e implementar um orçamento prudente para 2013, assente em receitas e estimativas financeiras realistas a fim de evitar novos atrasados, evitando ao mesmo tempo as despesas não titularizadas. No médio prazo, as políticas devem visar a criação de um espaço fiscal para aumentar os níveis de receita fiscal mediante reformas da política e administração fiscal, o aumento do investimento em infra-estruturas de modo sustentável e o fortalecimento da gestão da dívida. As reformas estruturais devem concentrar-se na melhoria do ambiente empresarial, na promoção da diversificação económica e no aumento do acesso aos serviços financeiros.

Aprovado por
**Roger Nord e
Peter Allum**

As discussões tiveram lugar em Bissau entre 29 de Abril e 10 de Maio de 2012. A equipa era composta pelos Srs. Villafuerte (chefe), Shapiro e Yoon, e a Sra. Zdzienicka (todos do AFR), e o Sr. Torrez (representante residente). O Sr. Bah (Consultor Sénior do Administrador) participou nalgumas das discussões. O Sr. Fonseca (economista local do gabinete do FMI em Bissau) providenciou a assistência à missão. A equipa reuniu-se com o Presidente interino Serifo Nhamadjo, o Primeiro-Ministro Rui Duarte Barros, o Ministro das Finanças Abubacar Dahaba, o Ministro da Economia José Biai, o Director Nacional do Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO) João Fadia, outros funcionários superiores, e representantes do sector privado.

SUMÁRIO

SITUAÇÃO POLÍTICA	5
DESENVOLVIMENTOS ECONÓMICOS RECENTES	5
RESTAURAR A ESTABILIDADE MACROECONÓMICA	6
A. Perspectivas Económicas a Curto Prazo	6
B. Política Orçamental	7
LANÇAR AS BASES DE UM CRESCIMENTO INCLUSIVO	9
A. Contexto e Perspectivas a Médio Prazo	9
B. Aumento do Espaço Fiscal	10
C. Melhoria da Competitividade e do Clima Empresarial	13
D. Aumento do Acesso ao Financiamento e Reforço da Estabilidade Financeira	15
E. Manutenção da Sustentabilidade da Dívida	15
CAPACITAÇÃO E QUESTÕES ESTATÍSTICAS	17
AVALIAÇÃO DO CORPO TÉCNICO	18
CAIXAS	
1. Implementação das Recomendações do Artigo IV de 2010	6
2. Progresso da Reforma do Sector da Segurança e suas Perspectivas	10
3. Intensificação da Receita Fiscal – Receita Potencial e Esforço Fiscal	12
4. Avaliação da Estabilidade Externa	14
5. Estrutura e Desempenho do Sistema Financeiro	16

6. Prioridades de Assistência Técnica para 2013–14	17
--	----

FIGURAS

1. Evolução Económica, 2007–12	19
2. Evolução Económica, 2007–12, conclusão	20
3. Perspectivas a Médio Prazo, 2010–15	21

TABELAS

1. Principais Indicadores Económicos e Financeiros, 2011–18	22
2. Balança de Pagamentos, 2011–18	23
3. Síntese Monetária, 2011–18	24
4a. Operações do Governo Central, 2011–18 (Mil milhões de FCFA)	25
4b. Operações do Governo Central, 2011–18 (% do PIB)	26
4c. Operações do Governo Central (Apresentação segundo o GFSM01), 2011–18 (MM de FCFA)	27
4d. Operações do Governo Central (Apresentação segundo o GFSM01), 2011–18 (% do PIB)	28
5. Matriz de Avaliação de Riscos	29

APÊNDICES

I. Conflitos Cívicos e Desigualdade	30
II. Aumentar a Receita Fiscal – Potencial Tributário e Esforço Tributário	35
III. Estrutura e Desempenho do Sistema Financeiro	40

LISTA DE ACRÓNIMOS

AS	África Subsariana
ASD	Análise de Sustentabilidade da Dívida
BAfD	Banco Africano de Desenvolvimento
BCEAO	Banco Central dos Estados da África Ocidental
BOAD	Banco de Desenvolvimento da África Ocidental
CBC/FT	Combate ao Branqueamento de Capitais e ao Financiamento do Terrorismo
CEDEAO	Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
DENARP	Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza
ECF	Linha de Crédito Alargada
EMP	Empréstimo malparado
FUNPI	Fundo de Promoção da Industrialização de Produtos Agrícolas
GFP	Gestão das Finanças Públicas
IGV	Imposto Geral sobre Vendas
IMF	Instituição de Microfinanciamento
IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
ONG	Organização Não-Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
PIP	Programa de Investimento Público
HIPC	Iniciativa para os países pobres muito endividados
PRSDS	Programa de Reforma do Sector Defesa e Segurança
RSS	Reforma do Sector da Segurança
SIGRHAP	Sistema de Gestão do Pessoal
SYDONIA	Sistema Informatizado de Gestão de Dados Aduaneiros
SYGADE	Sistema de Gestão da Dívida
UE	União Europeia
UEMOA	União Económica e Monetária da África Ocidental
UNCTAD	Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento

SITUAÇÃO POLÍTICA

1. **As condições em matéria de segurança permanecem estáveis embora frágeis, enquanto a situação política permanece fluida.** Um golpe de Estado militar teve lugar em Abril de 2012 em plena eleição presidencial. Foi constituído um governo interino para gerir o período de transição que levaria a novas eleições, mas a sua legitimidade foi posta em causa pela comunidade internacional. No final de Abril de 2013, a pressão acrescida por parte da comunidade internacional forçou o governo interino a chegar a um acordo alargado para a formação de um governo de transição e levar a cabo eleições em Novembro de 2013. No entanto, as negociações sobre pontos específicos desse acordo têm-se arrastado. Num cenário como este, a ONU prolongou o seu mandato de consolidação da paz na Guiné-Bissau até Maio de 2014, e a comunidade internacional comprometeu-se a assumir os custos das eleições.
2. **A maior parte dos parceiros do desenvolvimento mantém relações de trabalho limitadas com o governo interino.** O Banco Mundial limitou a sua assistência aos projectos preexistentes ao abrigo da sua política relativa aos governos *de facto*, bem como o BAfD. Não se espera que a UE retome o seu apoio oficial antes que seja instalado um governo democrático. Em contrapartida, os parceiros regionais, isto é, CEDEAO, UEMOA e BDAO, intensificaram a sua ajuda financeira à Guiné-Bissau.

DESENVOLVIMENTOS ECONÓMICOS RECENTES

3. **A crise política afectou negativamente os desenvolvimentos económicos.** O golpe militar levou à interrupção das exportações de caju e a suspensão da assistência dos doadores tradicionais foi apenas parcialmente contrabalançada por um reforço do apoio orçamental por parte da região. A consequência foi que a economia registou uma contracção de 1,5% em 2012. Apesar de algumas pressões mais acentuadas sobre os preços, motivadas pela escassez de produtos alimentares e de combustíveis, o impacto na inflação global foi moderado devido à baixa procura interna. A inflação nos 12 meses situava-se a cerca de 2% no final de 2012. O défice da conta corrente (incluindo transferências) deteriorou-se para 6,5% do PIB em 2012, dos 1,2% registados em 2011, reflectindo igualmente a queda dos preços de exportação de caju (Figura 1 e Tabelas 1–3).
4. **A redução importante das receitas orçamentais levou à deterioração da composição das despesas e do controlo das contas públicas e a uma maior acumulação de atrasados internos em 2012.** A receita total (excluindo os donativos para projectos) ficou aquém da meta orçamental em cerca de 3% do PIB. O governo reagiu cortando totalmente as despesas de capital financiadas com recursos internos. A perda do controlo das contas públicas, juntamente com o aumento da despesa relativa à defesa, que aumentou cerca de 1% do PIB, levou a um aumento substancial das despesas não tituladas.¹ O défice orçamental global foi parcialmente

¹ Estas despesas efectuadas pelo Tesouro não constam nos relatórios de execução orçamental.

financiado pelo esvaziamento dos depósitos do Tesouro e por transferências do FUNPI. O déficit de financiamento restante traduziu-se numa acumulação de atrasados internos (cerca de 1% do PIB). No primeiro trimestre de 2013, os depósitos do Tesouro permaneceram baixos, não obstante um certo apoio orçamental da Nigéria. Apesar dos esforços para cortar a despesa corrente em vista de uma receita mais baixa do que a esperada, o governo acumulou atrasados internos de 0,3% do PIB (Figura 2 e Tabelas 4a–4d).

Caixa 1. Guiné-Bissau: Implementação das Recomendações do Artigo IV de 2010

Mobilização de receita orçamental: O corpo técnico apelou ao aumento da mobilização da receita como um passo para atingir uma situação de finanças públicas sustentável a médio prazo. O governo aumentou os preços aduaneiros de referência das principais importações aos níveis do mercado, lançou o SYDONIA++ no porto de Bissau, e reduziu certas isenções. Um aumento substancial do imposto sobre o rendimento permitiu ao governo de cobrir três quartos da despesa corrente em 2011, em comparação a somente um terço em 2008; e um melhor controlo da despesa criou espaço para o aumento da despesa social. As medidas de aumento das receitas acordadas durante a terceira avaliação do acordo ECF em Dezembro de 2011 registaram um atraso em 2012 quando a sua implementação estagnou no contexto da crise política.

Reforço da GFP: As medidas recomendadas nesta área incidiam sobre: i) a unificação e automatização da gestão dos pagamentos e ii) a consolidação do controlo das despesas. O sistema unificado de gestão da massa salarial foi alargado a todos os ministérios, excepto o Ministério da Defesa. O sistema de gestão de pessoal, SIGRHAP, entrou em operação em 2011, o que ajudou a reforçar o controlo da despesa.

Melhoria do clima empresarial: O corpo técnico recomendou que as autoridades preparassem um plano para a regularização dos atrasados internos como meio de restaurar a credibilidade das políticas governamentais e acelerar os esforços de simplificação dos procedimentos administrativos. As autoridades reduziram os atrasados internos de modo consistente com a sua estratégia a médio prazo em 2010–11, mas acumularam atrasados internos novamente em 2012 em meio à crise política. O governo preparou um plano de acção em 2011 com vista à identificação e remoção dos entraves ao desenvolvimento do sector privado.

Garantia da sustentabilidade da dívida: O corpo técnico recomendou que as autoridades tomassem as medidas de políticas necessárias (“factores de activação”) ao abrigo da Iniciativa HIPC Reforçada: implementação a nível nacional de uma estratégia de redução da pobreza; manutenção da estabilidade macroeconómica; reforço da gestão da despesa pública; e desmobilização dos antigos combatentes. A Guiné-Bissau atingiu o ponto de conclusão em Dezembro de 2010 e recebeu alívio da dívida de USD 1,2 mil milhões em termos nominais.

RESTAURAR A ESTABILIDADE MACROECONÓMICA

As perspectivas económicas a curto prazo permanecem difíceis devido às incertezas políticas. É crucial manter uma política orçamental prudente para restabelecer a estabilidade macroeconómica.

A. Perspectivas Económicas a Curto Prazo

5. **Apesar de uma recuperação económica parcial em 2013, os níveis de rendimentos permanecerão deprimidos.** O cenário de base do corpo técnico presume que as incertezas políticas continuarão durante o ano de 2013, e que a estabilidade só será gradualmente restabelecida de 2014 em diante. Com uma recuperação robusta prevista nas exportações de caju e com o apoio continuado dos parceiros regionais, o PIB real poderá aumentar cerca de

3,5% em 2013. No entanto, a actividade económica permanecerá retraída, devido à baixa procura interna, incluindo um investimento fraco devido às preocupações persistentes quanto à instabilidade. Prevê-se que as pressões inflacionistas permanecerão moderadas. Prevê-se que o défice da balança corrente (incluindo as transferências) conheça uma queda relativa em 2012, sob o efeito da recuperação das receitas de exportação de caju (Figura 3).

6. **As perspectivas económicas estão sujeitas a riscos externos e internos** (ver a Matriz de Avaliação dos Riscos, Tabela 5). Se a Guiné-Bissau falhar na realização mesmo que gradual da estabilização política prevista no cenário de base, existirão riscos adicionais de redução do financiamento externo que podem intensificar as pressões orçamentais e reduzir ainda mais o crescimento económico. Um atraso na campanha de exportação do caju, associado a estrangulamentos financeiros e incertezas quanto à contribuição do FUNPI e os preços para os exportadores e produtores, também representa uma exposição a riscos agravados. Os principais riscos relativos à conjuntura internacional incluem a intensificação possível da crise na zona euro, que pode afectar as exportações, as remessas e a ajuda oficial.

B. Política Orçamental

7. **Estima-se que as incertezas políticas persistentes levarão a uma forte restrição orçamental num contexto de suspensão de ajudas pelos doadores tradicionais e de pressões sobre as despesas, inclusive do sector da defesa.**

O orçamento de 2013 ainda não foi aprovado pelo Parlamento e as perspectivas financeiras são marcadas por um envelope restritivo de receitas (Tabela 1 do Texto). A receita orçamental, que é a soma das receitas fiscais e não fiscais, deve aumentar 0,8% do PIB graças à recuperação das exportações de caju e à implementação das medidas geradoras de receita, incluindo um aumento do imposto sobre as vendas (IGV), a retirada de algumas isenções fiscais sobre os combustíveis, e o aumento dos preços de referência do arroz e dos combustíveis para o nível dos mercados,² o que deve ser

Tabela de Texto 1. Guiné-Bissau: Operações Financeiras, 2011–13
(Porcentagem do PIB)

	2011	2012	2013
Receita e donativos	19,1	16,9	16,9
Receita orçamental	11,5	11,0	11,8
Receitas fiscais	8,8	9,3	10,3
Receitas não fiscais	2,7	1,7	1,5
Donativos	7,5	6,0	5,1
Apoio ao orçamento	1,9	2,2	2,7
Donativos para projectos	5,6	3,8	2,3
Despesa	20,4	20,0	16,9
Despesas correntes	12,3	14,8	12,7
Despesas de capital	8,1	5,2	4,2
Projectos com financ. externo	7,7	5,0	3,5
Saldo global (base de compromissos)	-1,4	-3,1	-0,1
Acumulação de atrasados	-0,7	0,7	0,0
Float e discrepâncias estatísticas	0,1	-1,0	0,0
Saldo global (base de caixa)	-2,0	-3,3	-0,1
Financiamento	2,0	3,3	-0,1
Financiamento interno	0,0	2,1	-1,0
Financiamento externo	2,1	1,2	1,1

Fontes: Autoridades guineenses e estimativas e projecções do corpo técnico do FMI.

² O aumento da taxa do IGV e a suspensão das isenções do imposto sobre combustíveis devem render cada um 0,3% do PIB. O aumento dos preços de referência e a recuperação nas exportações de caju devem cada uma aumentar as receitas fiscais em 0,2% do PIB.

parcialmente contrabalançado pela suspensão da compensação da UE relativa às pescas. Os donativos devem diminuir 1% do PIB, com os donativos para projectos a contrabalançar em parte o constante apoio orçamental regional. O limitado envelope de receitas e donativos, conjuntamente com opções de financiamento limitadas, forçaram as autoridades a comprometerem-se a cortar a despesa corrente em 2,1% do PIB. Se não for rigorosamente aplicado, o ajustamento drástico da despesa corrente representa um risco de uma onda de atrasados.

8. **A situação restritiva das finanças públicas em 2013 causa preocupações no que respeita às derrapagens orçamentais e a acumulação de atrasados.** As projecções da receita podem ser afectadas pelo atraso na aprovação do orçamento, enquanto as fontes disponíveis de financiamento permanecem quase inexistentes. Isto leva à necessidade de reduzir a despesa corrente. Ao mesmo tempo, existe a necessidade de reposição dos depósitos do Tesouro (pelo menos até um mês da massa salarial) com vista a facilitar uma reacção em matéria de políticas face aos possíveis choques negativos. A implementação de um envelope restritivo da despesa corrente depende de um controlo orçamental reforçado, especialmente para evitar as despesas não tituladas, um mecanismo que foi utilizado para contornar os limites orçamentais em certas rubricas da despesa (particularmente relativas ao sector da defesa). Além disso, a implementação do orçamento necessita de ser apoiada por planos mensais de gestão de tesouraria para minimizar os riscos de acumular atrasados.

9. **É necessário um plano de contingência para enfrentar a probabilidade elevada de um défice de financiamento.** Por exemplo, se o apoio orçamental comprometido não se materializar e/ou as autoridades falharem na contenção da despesa corrente, não será possível pagar os salários a tempo após o final da campanha sazonal do caju em fins de Setembro. Dadas as opções financeiras limitadas, o plano de contingência deve concentrar-se no corte da despesa de capital financiada com recursos internos e de despesas relativas à defesa, embora protegendo as despesas sociais.

10. **A recuperação das exportações de caju este ano será ajudada pela suspensão das contribuições ao FUNPI.** A contribuição ao FUNPI complica a situação financeira dos produtores e exportadores de caju (especialmente dos primeiros) em condições de mercado incertas. Além do mais, os atrasos no estabelecimento de estatutos transparentes para fazer o melhor uso dos recursos do FUNPI minam o crescimento potencial da indústria transformadora do caju. O Governo arrecadou 2,1 % do PIB para o FUNPI em 2011–12 através de uma sobretaxa sobre a exportação de caju, mas nenhum dos recursos do FUNPI foi utilizado para o desenvolvimento do sector.

Opinião das autoridades

11. **As autoridades reconhecem a necessidade da aprovação de um orçamento para 2013 e de controlos orçamentais mais robustos.** Estão de acordo sobre a prioridade a dar à aprovação legislativa de um orçamento de 2013 prudente e à implementação rápida das medidas relativas às receitas previstas no orçamento. As autoridades frisaram algumas medidas

recentes que foram adoptadas com vista a mobilizar receitas fiscais e reforçar o controlo orçamental: cobrança das receitas fiscais e pagamento dos salários dos funcionários através do sistema bancário e implementação de um programa de marcação dos combustíveis para limitar os custos orçamentais das isenções dos combustíveis. Além disso, as autoridades salientaram que o SYDONIA++ tem sido gradualmente alargado a três postos fronteiriços para reforçar a administração aduaneira e que a conta do tesouro tem sido mais rigorosamente monitorizada pelo Tribunal de Contas. O governo está empenhado em registar as operações do FUNPI no orçamento nacional como modo de assegurar a transparência da sua operação e gestão.

LANÇAR AS BASES DE UM CRESCIMENTO INCLUSIVO

Os desafios a médio prazo da Guiné-Bissau são a diversificação da sua economia, a redução da pobreza generalizada e a criação de oportunidades de emprego. Estes requerem um enfoque contínuo em políticas viradas para a criação de um ambiente propício ao crescimento do sector privado e para o alívio dos condicionalismos estruturais.

A. Contexto e Perspectivas a Médio Prazo

12. As perspectivas de crescimento a médio prazo dependem essencialmente de uma estabilização do ambiente político e de maior apoio dos parceiros tradicionais do desenvolvimento

(Tabela de Texto 2). Conflitos internos recorrentes têm afectado negativamente o crescimento económico, a redução da pobreza e o progresso social na Guiné-Bissau (Apêndice I: Conflitos Civis e Desigualdade). Durante os próximos anos, o desempenho económico dependerá de maneira crucial do estabelecimento de um processo político visivelmente inclusivo enquanto se avança na desmobilização e profissionalização das forças armadas (Caixa 2). No cenário de base, as incertezas quanto à implementação dessas condições indicam que só há margem para uma recuperação lenta e fraca, com o rendimento real *per capita* a ficar abaixo dos níveis de 2011 pelo menos até 2016. Neste ambiente e com um financiamento externo precário, a despesa pública deverá permanecer retraída, deixando a economia presa num círculo vicioso de pobreza, de instituições fracas e grandes deficiências de capital físico e humano. Em contrapartida, se a estabilização política ganhasse impulso mais rapidamente, um mandato político reforçado poderia ser utilizado para intensificar a arrecadação de receitas, mobilizar financiamento estrangeiro adicional, e financiar investimentos públicos que promovam o crescimento (Tabela de Texto 2).

Tabela de Texto 2. Guiné-Bissau: Projecções a Médio Prazo						
	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Cenário de base						
Crescimento do PIB real (%)	3,5	2,7	2,8	3,1	3,3	3,7
Cresc. do rend. real <i>per capita</i> (%)	1,4	0,6	0,7	1,0	1,2	1,5
Donativos e empréstimos externos	6,2	4,4	4,5	4,6	5,0	5,1
Receita orçamental (% do PIB)	11,8	12,1	12,4	12,5	12,6	12,6
Investimento público (% do PIB)	4,2	4,2	4,2	4,3	4,3	4,3
Cenário alternativo (com estabilização política e apoio reforçado dos doadores)						
Crescimento do PIB real (%)	4,2	7,0	5,7	5,0	4,5	4,5
Cresc. do rend. real <i>per capita</i> (%)	2,1	4,8	3,5	2,8	2,4	2,4
Donativos e empréstimos externos	8,6	7,9	8,0	8,0	8,4	8,4
Receita orçamental (% do PIB)	12,0	12,4	12,8	13,0	13,2	13,3
Investimento público (% do PIB)	6,7	7,7	7,8	7,9	8,2	8,2

Fonte: Estimativas do corpo técnico do FMI.

B. Aumento do Espaço Fiscal

13. **O programa orçamental da Guiné-Bissau a médio prazo deve dar enfoque à mobilização de mais receitas orçamentais.** O desempenho da Guiné-Bissau em matéria de tributação é o mais baixo comparativamente aos seus pares regionais, ou seja, os países da UEMOA, e a análise do corpo técnico sugere que o rácio de impostos efectivos da Guiné-Bissau em relação ao PIB fica aquém do seu potencial em 12 % do PIB (Caixa 3). Um aumento das receitas fiscais pode ser conseguido pelo alargamento da base tributável, inclusive através da racionalização das isenções fiscais existentes, e pelo reforço das administrações fiscais e aduaneiras a médio prazo.

Caixa 2. Guiné-Bissau: Progresso da Reforma do Sector da Segurança e suas Perspectivas

A implementação bem-sucedida de uma RSS é crucial para estabilidade política e o desenvolvimento económico. A história da Guiné-Bissau tem sido caracterizada por golpes militares recorrentes. Este facto por sua vez traduziu-se por uma incapacidade de implementação de programas económicos e reformas. Nesse contexto, a reforma RSS foi identificada como a pedra angular das reformas. Ela criará um círculo virtuoso de estabilidade e crescimento, e ajudará a restaurar o apoio ao orçamento e aos projectos pelos doadores tradicionais.

Um roteiro para modernizar e reestruturar o sector da segurança foi elaborado em 2010 com o apoio dos parceiros internacionais, CPLP, CEDEAO e ONU. O roteiro envolve a redução gradual das forças militares, de cerca de 4.500 para 3.500, e a reversão da actual estrutura organizativa da força militar na forma de pirâmide invertida, através de uma combinação de regimes de reformas e de profissionalização.

Vários parceiros de desenvolvimento comprometeram-se a financiar a implementação da reforma. A CEDEAO comprometeu-se até USD 63 milhões, dos quais 60% serão utilizados para o fundo de pensões dos militares e 40% para a reabilitação dos quartéis militares. Em Março de 2012, a CEDEAO instituiu um regime de desembolso da primeira tranche de USD 23 milhões. Angola enviou o seu pessoal militar em princípios de 2011 até Abril de 2012. Outros parceiros (UE e ONU) também se comprometeram no financiamento da RSS.

Em meio a divergências entre os parceiros internacionais relativamente à implementação do roteiro RSS, o golpe de Estado de Abril 2012 provocou a estagnação da RSS. O golpe impediu a cooperação com a CPLP, e a CEDEAO repatriou a primeira tranche dos fundos comprometidos. Desde aí, não se realizou nenhum progresso com vista a assinar um acordo entre a CEDEAO, a CPLP e o Governo da Guiné-Bissau para a implementação do roteiro.

A cimeira da CEDEAO de Fevereiro 2013 reiterou os pedidos para a implementação do PRSDS. O PRSDS, acordo bilateral assinado em Novembro de 2012 entre a CEDEAO e o governo da Guiné-Bissau, substituiu a RSS, concebida como um acordo tripartido incluindo a CPLP. A cimeira determinou o arranque do PRSDS até Março de 2013 e confirmou o compromisso financeiro da CEDEAO.

14. **A assistência técnica prestada pelo FMI e outros parceiros deve ajudar na criação de espaço fiscal.** A assistência técnica direccionada do FMI deve apoiar os programas de reformas das autoridades e os esforços de capacitação, particularmente nas áreas da administração fiscal e aduaneira. A Guiné-Bissau, por exemplo, beneficia de um programa plurianual para a modernização da administração fiscal ao abrigo de um fundo fiduciário específico (TTF-TPA). Visto que a contenção das receitas é essencial para o restabelecimento da estabilidade

macroeconómica até que o desempenho em matéria de receitas melhore, alguma assistência técnica será orientada para a implementação das reformas GFP que visam o reforço do controlo fiscal e a melhoria da gestão de caixa para melhor afectar os escassos recursos orçamentais.

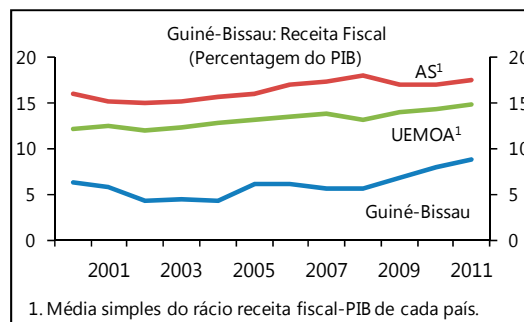
Opinião das autoridades

15. **As autoridades esperam alargar o espaço fiscal graças a uma boa utilização da assistência técnica do FMI para o aumento da receita fiscal.** As autoridades pretendem estabelecer uma unidade de coordenação e modernização para consolidar os seus esforços de reforma orçamental e avançar para a adopção de um IVA para alargar a base tributável. Exprimiram igualmente o seu empenho quanto à revisão do sistema das pensões dos funcionários públicos com vista a ajudar a limitar as transferências por parte do governo.

Caixa 3. Guiné-Bissau: Intensificação da Receita Fiscal - Receita Potencial e Esforço Fiscal

Apesar de um aumento significativo dos impostos em relação ao PIB na Guiné-Bissau nestes últimos anos, existe um importante potencial ainda por explorar. Em 2011, a Guiné-Bissau arrecadou impostos equivalentes a 8% do PIB, o rácio mais baixo entre os países da AS. Um rendimento *per capita* baixo, uma economia baseada na agricultura, um sistema impositivo mal estruturado e administrações fiscais e aduaneiras deficientes, tudo isto contribui para as dificuldades de arrecadação das receitas fiscais.

A consequência é que fraca mobilização das receitas é a causa raiz dos desequilíbrios financeiros do país.



A dinâmica fiscal da Guiné-Bissau, definida como a elasticidade da receita fiscal relativamente ao PIB nominal, permanece baixa em comparação aos outros países da AS, o que sugere outro factor explicativo para o baixo rácio impostos-PIB. As receitas fiscais da Guiné-Bissau não acompanharam o crescimento económico. O país tem níveis de receitas que ficam abaixo da unidade e semelhantes aos dos estados frágeis da AS, mas abaixo de todas as médias das UEMOA e AS para as três categorias de impostos.

Dinamismo da Receita Fiscal, 2000–11			
Guiné-Bissau	UEMOA	AS	AS Frágeis*
0,73	0,76	0,84	0,80

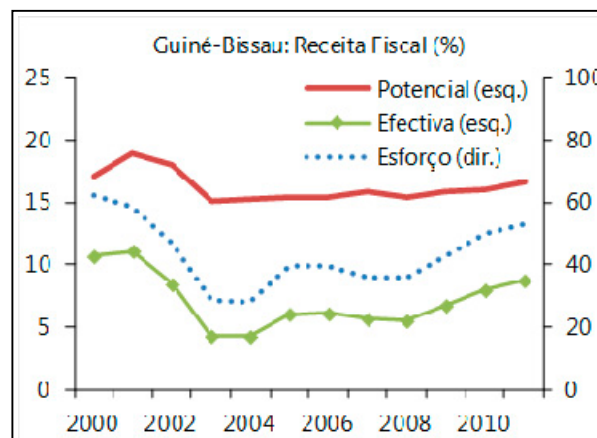
* BDR, CAR, CMR, DRC, CIV, ERT, GAM, GIN, GNB, LBR, STP, SLE, TGO e ZWE

Uma análise¹ econométrica entre países sugere que o diferencial entre o potencial fiscal e a arrecadação fiscal efectiva na Guiné-Bissau é significativo, chegando a até 12% do PIB em 2011.

O esforço fiscal (isto é a arrecadação fiscal efectiva em relação à capacidade de tributação) aumentou de 21% em 2004 para 37% em 2010. Isto implica que as melhorias recentes na receita fiscal são principalmente devidas a uma melhor administração fiscal e não a um aumento do potencial fiscal em si, definido em termos gerais.

Receitas adicionais importantes podem ser geradas pela aplicação de melhores práticas numa sequência consistente com as condições do país. Ganhos rápidos podem ser obtidos pela colaboração reforçada entre as administrações fiscais e aduaneiras e a criação de uma unidade de grandes contribuintes com responsabilidades e pessoal próprios.

A base tributável pode ser alargada, por exemplo, pela racionalização das isenções e tributação das importações na base dos valores efectivos.



¹ Ver pormenores na Tabela B2 do Apêndice II.

Fontes: Estimativas do corpo técnico do FMI.

C. Melhoria da Competitividade e do Clima Empresarial

16. **A competitividade externa dos preços parece largamente em linha com os fundamentos.** A análise do corpo técnico indica que não existe nenhum desalinhamento da taxa de câmbio efectiva real. No entanto, numerosos factores, incluindo infra-estruturas insuficientes, falta de mão-de-obra qualificada e custos elevados dos transportes e comunicações, afectam a competitividade global (Caixa 4).

17. **Apesar de melhorias recentes, os indicadores do ambiente de negócios apontam para desafios importantes com vista à criação de uma economia competitiva e diversificada.** Apesar de uma classificação geral baixa, o país realizou progressos significativos na melhoria do clima empresarial no período de 2005–11.³ Diversas deficiências na qualidade e fiabilidade das instituições e algumas práticas empresariais explicam a fraca competitividade da Guiné-Bissau e o seu último lugar entre os países UEMOA. Além de que alguns desses progressos foram possivelmente invertidos após o golpe militar de 2012.

18. **Registaram-se progressos limitados na implementação das reformas estruturais.** As autoridades devem realizar maiores esforços, como aqueles a que se comprometeram no seu segundo DENARP, para implementar um plano de acção com vista a remover os entraves ao desenvolvimento do sector privado. Nesse contexto, o governo tomou recentemente medidas para reactivar o “guichet único” que tinha sido introduzido em 2011 para simplificar o registo das empresas privadas. O fortalecimento em curso do regime anti-branqueamento de capitais deverá melhorar a governação e a transparência e reforçar os esforços contra a corrupção. A implementação da lei CBC/FT 2012 beneficiará, entre outros, da entrada em operação da unidade de informação financeira, assegurando-se também a supervisão da instituição financeira em matéria de CBC/FT.

Opinião das autoridades

19. **As autoridades reconhecem a necessidade de uma melhoria acrescida do ambiente de negócios para ajudar a diversificar a economia.** Pretendem estabelecer um quadro de gestão dos recursos naturais que presidirá à concessão das licenças de exploração e aumentará a capacidade institucional do sector dos recursos naturais, com a assistência técnica por parte dos parceiros de desenvolvimento. As autoridades estão a rever as leis laborais a fim de promover a absorção dos trabalhadores não qualificados, jovens e em situação de subemprego.

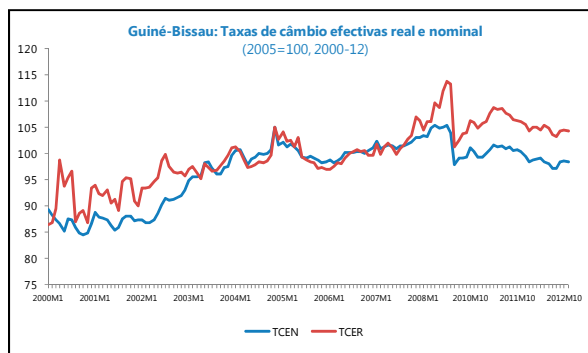
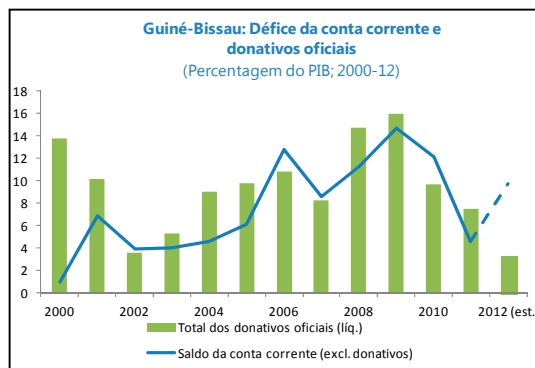
³ Relatório *Doing Business* do Banco Mundial de 2012/13.

Caixa 4. Guiné-Bissau: Avaliação da Estabilidade Externa

O défice da conta corrente rondou os 6% em média desde 2000. Após um enfraquecimento em 2010–11, o défice da conta corrente (excl. donativos) aumentou em 2012 reflectindo a crise política e a interrupção das actividades de exportação de caju. Este défice tem sido financiado sobretudo pela ajuda oficial, enquanto os influxos de IDE tem sido uma fonte baixa mas estável de financiamento. As reservas agregadas dos membros da UEMOA baixaram para FCFA 6.800 mil milhões (USD 13 mil milhões) no final de 2012, mas permanecem adequadas segundo as métricas das reservas.¹

A taxa de câmbio real permanece largamente em linha com os fundamentos económicos do país. As taxas de câmbio real e nominal registaram uma apreciação gradual durante a última década. Apesar da sensibilidade às diferenças metodológicas, nenhum dos resultados mostra desvios cambiais significativos, em linha com a avaliação efectuada para a região da UEMOA.

Apesar de progressos nos últimos anos, os indicadores baseados em inquéritos apontam para uma competitividade estrutural baixa, logo o reforço das instituições e dos procedimentos legais será fundamental. Antes da crise política, a Guiné-Bissau tinha melhorado o seu clima empresarial. O recente Relatório *Doing Business* do Banco Mundial situa o país entre os primeiros em termos de melhorias desde 2005, apesar de uma classificação geral baixa. No entanto, os progressos têm sido limitados, sobretudo nas questões ligadas à fiabilidade das instituições, tais como a execução dos contratos ou a protecção dos investidores.



Guiné-Bissau: Resultados da abordagem baseada em modelos

	SCC/PIB		TCER ¹
	Norma	Subjacente	
Equilíbrio macro	-3,9	-4,6	4,3
TCRE	-6,1
Sustentab. externa	-5,1	-4,6	-3,2

¹ "..." indica subvalorização
 Fonte: Estimativas do corpo técnico do FMI.

UEMOA: Indicadores *Doing Business*

	2010*	2011*	2012*	2013
Benim	172	173	176	175
Burkina Faso	154	151	149	153
Cote d'Ivoire	168	170	177	177
Guiné-Bissau	175	181	178	179
Mali	155	148	145	151
Niger	171	172	175	176
Togo	162	158	161	156
Média	164	164	165	167
Total de países	183	183	183	185

* Ajustado para correcções nos dados e comparabilidade.
 Fonte: Banco Mundiais, Indicadores *Doing Business*, 2010-13.

Fontes: Estimativas do corpo técnico do FMI; autoridades guineenses; e relatório *Doing Business* 2013.

¹ Relatório do corpo técnico sobre políticas comuns para os países membros da UEMOA (relatório FMI n.º 13/92).

D. Aumento do Acesso ao Financiamento e Reforço da Estabilidade Financeira

20. **O sector financeiro não está ainda em condições de apoiar o crescimento.** O sistema financeiro na Guiné-Bissau é reduzido — com alguns poucos bancos comerciais — e a intermediação financeira é das mais baixas da UEMOA. As microfinanças são praticamente inexistentes. Infra-estruturas físicas débeis impedem a expansão do sistema bancário e limitam o leque de serviços financeiros. Sistemas de pagamento e de liquidação rudimentares limitam os benefícios da utilização do sistema bancário. Não foram efectuados progressos significativos no sector financeiro em relação às fracas condições iniciais, e o sistema bancário encontra-se sobrecarregado por um grande volume de empréstimos malparados (Caixa 5). É necessário encorajar a extensão do leque de serviços financeiros para apoiar um acesso acrescido ao financiamento e aumentar a monitorização do sistema bancário.

Opinião das autoridades

21. **As autoridades partilham a avaliação do corpo técnico sobre o desenvolvimento do sector financeiro.** Pretendem rever o documento da estratégia nacional para o sector das microfinanças consolidando as iniciativas existentes e assinando acordos de parceria com a Rede Africana de Microfinanças para dinamizar esse sector subdesenvolvido.

E. Manutenção da Sustentabilidade da Dívida

22. **A Guiné-Bissau dispõe de uma margem reduzida para contrair empréstimos.** A análise de sustentabilidade da dívida (ASD) sugere que as perspectivas da dívida do país pioraram consideravelmente, mas os riscos de sobreendividamento permanecem moderados (Ver Suplemento I). Uma avaliação dessa natureza depende de modo crucial da recuperação pós-crise, partindo do princípio de que as autoridades retomarão políticas prudentes de gestão das finanças públicas e da dívida. Sem limites estritos sobre novos empréstimos e esforços para melhorar as exportações, o desempenho da receita e o crescimento, o país corre um risco elevado de sobreendividamento. A retoma imediata da publicação de relatórios trimestrais sobre a totalidade da dívida pública ajudará a reforçar uma boa gestão da dívida. A extensão do sistema de gestão da dívida (SYGADE) ao BCEAO deverá melhorar a capacidade de monitorização da dívida. Desde o acordo do Clube de Paris em Maio de 2011, grande parte da dívida detida por credores multilaterais e bilaterais oficiais foi anulada, embora cerca de metade da dívida restante com credores fora do Clube de Paris esteja sujeita a um reescalonamento.

Opinião das autoridades

23. **As autoridades associam-se à avaliação do corpo técnico e pretendem prosseguir uma estratégia prudente de endividamento focada na contratação de empréstimos em condições concessionais.** No que respeita ao progresso na implementação pós-HIPC, as autoridades estão envidando esforços para finalizar os acordos com os restantes credores oficiais.

Caixa 5. Guiné-Bissau: Estrutura e Desempenho do Sistema Financeiro

O sistema financeiro na Guiné-Bissau está basicamente limitado ao sector bancário, que é composto por 4 bancos comerciais e detém cerca de 94% dos activos do sistema financeiro. Só cinco IMFs prestam serviços financeiros limitados e a maior parte da sua actividade concentra-se na capital, Bissau.

O desenvolvimento dos mercados financeiros progrediu recentemente,

mas ainda está muito atrás dos países da

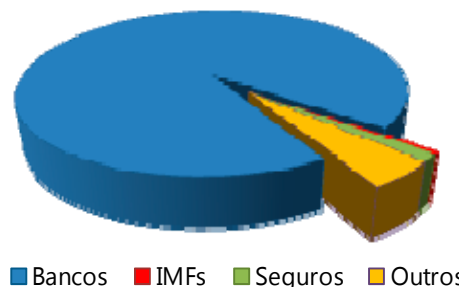
UEMOA. O rácio M2-PIB, que representa a intermediação financeira, subiu de cerca de 24% em 2009 para 38% em 2012, ainda abaixo da média da UEMOA. Só cerca de 1% da população detém contas bancárias. O número de contas bancárias por mil adultos (35 em 2011) está muito abaixo dos outros países da UEMOA (cerca de 45). A existência de um considerável sector financeiro informal, as margens de juros relativamente elevadas, o acesso escasso ao financiamento, as garantias insuficientes e as más práticas de contabilidade financeira representam obstáculos significativos ao desenvolvimento do sistema financeiro. Além disso, infra-estruturas fracas, um sistema de pagamentos rudimentar, sistemas jurídicos e judiciais débeis, ausência de um sistema de notação de crédito e instabilidade política impedem o sector financeiro de prestar um apoio adequado ao sector privado.

O sistema bancário parece ser relativamente robusto, mas a concentração do crédito no sector do caju apresenta riscos. Os indicadores de solidez financeira sugerem que os sistema bancário é em geral sólido. No final de 2012, os bancos estavam bem capitalizados, relativamente rentáveis, e com alguma liquidez, embora a qualidade dos activos se tivesse deteriorado. Os

elevados EMP são devidos sobretudo a um aumento dos empréstimos não pagos dos exportadores de caju após a queda dos preços de exportação em 2012. Os empréstimos ao sector do caju representam cerca de 25% da totalidade dos empréstimos.

O sector da microfinanças continua muito reduzido. O stock de crédito das IMFs, financiados na sua maior parte por donativos das ONGs, representava menos de 1% do crédito bancário em 2012. Embora as primeiras IMFs tenham sido estabelecidas em meados dos anos 90, só cinco instituições estavam em operação no final de 2012. Os EMPs estavam próximos dos 51% no final de 2012. Além disso, os dados e as declarações financeiras das IMFs não são fiáveis e não cumprem os regulamentos da UEMOA.

Guiné-Bissau: Estrutura do Sistema Financeiro
(Percentagem do total dos activos em 2012)



Fontes: BCEAO e estimativas do corpo técnico do FMI.

Guiné-Bissau: Indicadores de Solidez Financeira do Sistema Bancário, 2007-12						
	2007	2008	2009	2010	2011	2012
	(Percentagem)					
Capital-activos pond. pelo risco	27,3	24,2	21,9	28,5	22,3	19,9
Empr. malparados-total de empr.	6,6	7,2	8,5	9,8	6,5	9,7
Rendibilidade dos activos	1,1	2,5	2,6
Rendibilidade do capital	-15,1	-3,6	-2,5	6,2	17,7	18,0
Activos líquidos/total dos activos	23,3	31,9	34,9	22,2	30,0	44,6
Activos líq./passivos de curto prazo	81,4	88,2	90,9	89,7	90,8	84,1

Fontes: BCEAO e estimativas do corpo técnico do FMI.

CAPACITAÇÃO E QUESTÕES ESTATÍSTICAS

24. **É necessário uma capacitação institucional para complementar as reformas orçamentais e assegurar a sua eficácia e sustentabilidade.** A Guiné-Bissau caracteriza-se pela debilidade das suas instituições governamentais. Os parceiros de desenvolvimento prestaram assistência técnica activa em diversas áreas com enfoque na formação. Foram realizados esforços para a identificação das prioridades chaves (Caixa 6). O FMI está a prestar apoio técnico em matéria de gestão financeira, administração das receitas e estatísticas das contas nacionais.

25. **As debilidades nas contas públicas e estatísticas da balança de pagamentos dificultam a supervisão.** Estas questões são discutidas no Anexo Informativo (Ver Suplemento II). Vários parceiros de desenvolvimento estão a dispensar assistência técnica em matéria de estatísticas macroeconómicas. Um plano estratégico para o desenvolvimento de estatísticas encontra-se em preparação com vista à melhoria da qualidade das estatísticas.

Caixa 6 Guiné-Bissau: Prioridades de Assistência Técnica para 2013–14

As prioridades continuam a incidir no reforço da administração fiscal e aduaneira, aprofundamento da reforma da GFP e melhoria da gestão da dívida. Espera-se que o FAD, o MCM, e o STA estarão envolvidos na prestação de assistência técnica, apoiados pelo AFRITAC Ocidental. A formação deve concentrar-se nas áreas da administração fiscal e aduaneira. Constrangimentos em matéria de capacidades e a fragilidade política existente podem limitar os progressos. As autoridades identificaram as seguintes prioridades:

Administração da receita: Ao abrigo do fundo TPA-TTF plurianual, o objectivo é de: i) registar com precisão a população dos grandes e médios contribuintes pela Administração Fiscal; ii) estabelecer um enquadramento relevante de auditoria incluindo responsabilidades e procedimentos de auditoria institucional; iii) melhorar a taxa de entrega das declarações dos grandes contribuintes; e iv) reorganizar a Administração Fiscal.

Administração aduaneira: O objectivo é reforçar a automatização dos procedimentos aduaneiros através da implementação continuada do SYDONIA++ e reforçar os controlos assegurando a valorização correcta das mercadorias. Nesse contexto, o enfoque deve incidir sobre: i) a expansão do SYDONIA++ a postos fronteiriços chaves; ii) a profissionalização dos controlos de desalfandegamento, incluindo o valor das importações e as isenções; e iii) o desenvolvimento de uma auditoria pós-desalfandegamento e a melhoria da recolha de dados sobre fraudes.

Política fiscal: O objectivo a curto prazo é de alargar a base tributável, o que inclui esforços para colmatar lacunas fiscais, e consolidar e racionalizar as isenções fiscais, enquanto a médio prazo o objectivo é de implementar um regime de IVA.

Gestão das finanças públicas: O objectivo é reforçar a preparação do orçamento e controlar a execução orçamental; reforçar os procedimentos de contabilidade, registo e apresentação de relatórios; e reforçar os controlos internos e externos.

Gestão da dívida: O enfoque incidirá sobre a capacidade de gestão da dívida e de apresentação de relatórios periódicos sobre toda a dívida pública através do SYGADE.

Estatísticas: A meta é a produção atempada das contas nacionais em conformidade com o Sistema das Contas Nacionais de 1993.

AVALIAÇÃO DO CORPO TÉCNICO

26. **O impacto combinado da crise política interna e da deterioração dos termos de troca foi grave.** Durante o ano de 2012, a actividade económica diminuiu, em parte devido aos cortes bruscos no investimento público para responder à forte redução das receitas orçamentais e à deterioração da composição da despesa pública. A implementação da reforma ficou igualmente estagnada.

27. **A estabilidade macroeconómica necessita de ser restabelecida num contexto de difíceis (e incertas) perspectivas a curto prazo.** Conseguir a estabilidade macroeconómica é crucial para um processo político de transição bem sucedido. Os níveis limitados de receitas e de donativos projectados, a par de opções de financiamento limitadas, justificam um envelope de despesas rigoroso e controlos orçamentais estritos para evitar os atrasados internos, embora protegendo a despesa social e prioritária. É preciso aprovar rapidamente um orçamento prudente para 2013 e formular planos de contingência para eventuais défices na arrecadação fiscal. Além disso, as margens de liquidez devem ser reconstituídas, e os procedimentos em matéria de despesas não tituladas devem passar a ser controlados. As autoridades devem considerar a suspensão das contribuições FUNPI como forma de melhorar as perspectivas para 2013 na campanha de exportação de caju e apoiar o rendimento dos seus produtores.

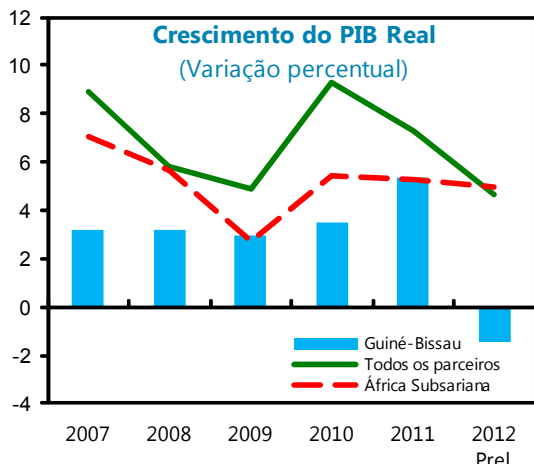
28. **A realização de um crescimento sustentado e inclusivo depende de modo crítico da estabilidade política, apoiada pelos doadores (tradicionais) e as reformas estruturais.** Restabelecer a estabilidade política e implementar a reforma do sector da segurança são pré-condições para a confiança dos investidores e o reempenhamento dos parceiros de desenvolvimento. De outra forma, o país pode ficar preso a um ciclo vicioso de crescimento lento do rendimento, subinvestimento e pobreza. O apoio dos parceiros de desenvolvimento é indispensável em vista das grandes necessidades de financiamento para um crescimento sustentado e a redução da pobreza, sem falar que levará tempo para aumentar de forma substancial as receitas fiscais. Além disso, as reformas estruturais devem ser aceleradas, sobretudo para reduzir o custo da actividade empresarial e aumentar a competitividade. A esse propósito, o corpo técnico aprova as intenções das autoridades de avançar com reformas GFP para uma formulação melhorada da despesa e melhoria do clima empresarial. Os planos das autoridades para o desenvolvimento dos mercados financeiros e melhoria do acesso ao crédito, especialmente para os grupos mais negligenciados, foram igualmente bem aceites.

29. **As autoridades necessitam urgentemente de tratar as deficiências estruturais na prestação de estatísticas macroeconómicas.** As lacunas na prestação de dados macroeconómicos complicam as decisões das políticas públicas e a supervisão do FMI. Tal requer reformas imediatas e o reforço dos órgãos nacionais de estatísticas.

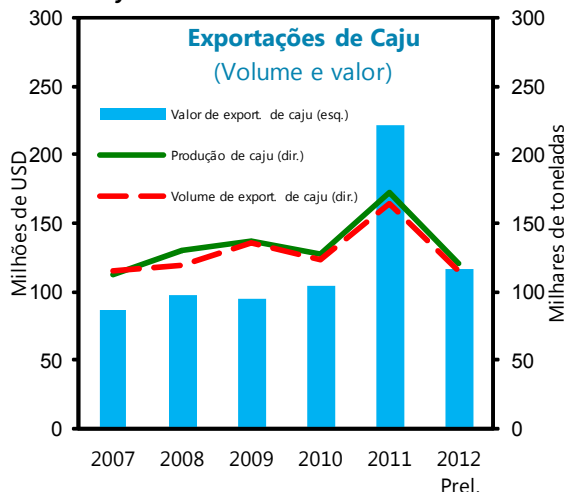
30. **O corpo técnico recomenda que a próxima consulta ao abrigo do Artigo IV com a Guiné-Bissau seja efectuada num ciclo de doze meses, de acordo com a decisão sobre os ciclos de consulta do Artigo IV.**

Figura 1. Guiné-Bissau: Evolução Económica, 2007-12

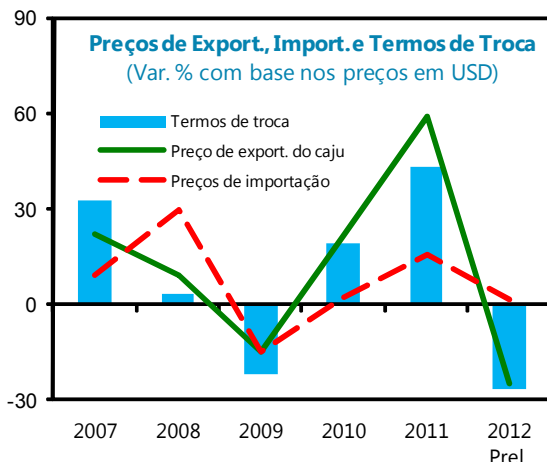
O crescimento do PIB acelerou até 2011, mas a actividade económica contraiu após o golpe de



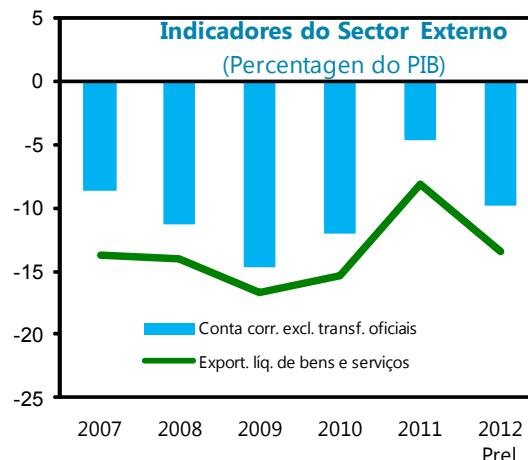
...devido à forte queda das exportações de caju...



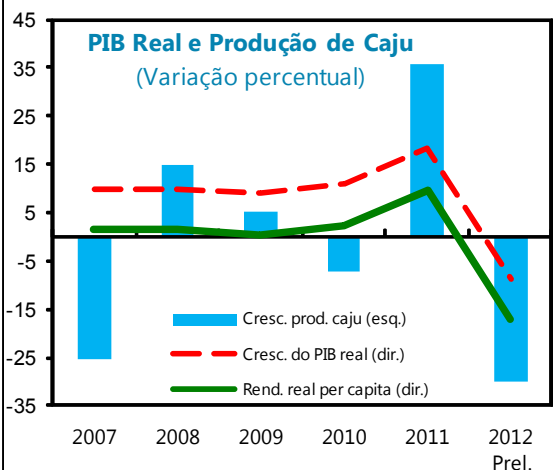
...e à deterioração dos termos de troca com a descida dos preços de exportação do caju.



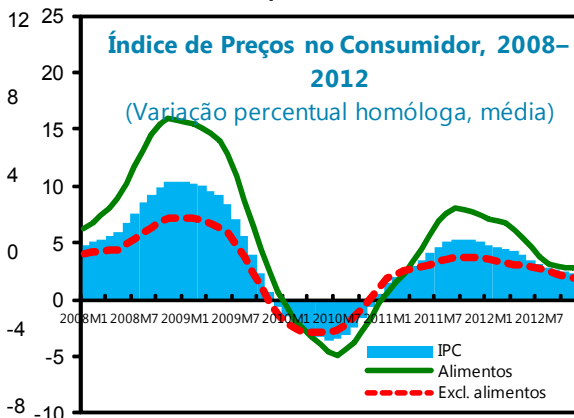
Isto resultou num agravamento do défice da conta corrente.



O rendimento disponível, que estava em ascensão antes do golpe, foi prejudicado pelo declínio das receitas de exportação do caju.



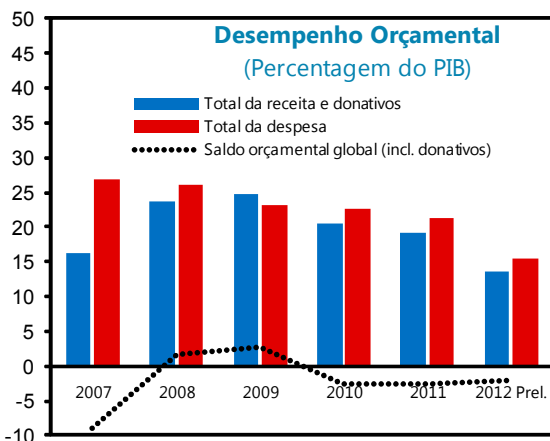
Contudo, as pressões inflacionistas foram ténues num contexto de procura interna reduzida.



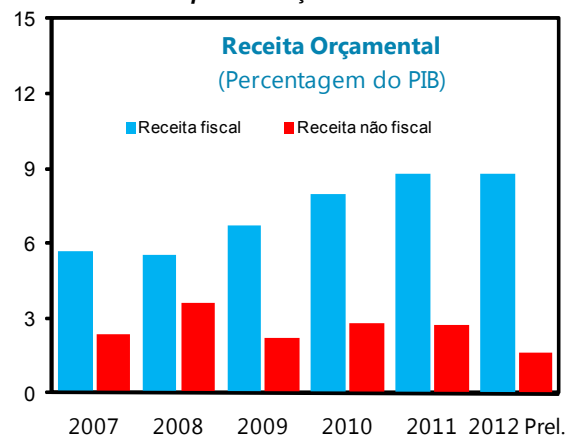
Fontes: Autoridades guineenses e estimativas do corpo técnico do FMI.

Figura 2. Guiné-Bissau: Evolução Económica, 2007–12 (conclusão)

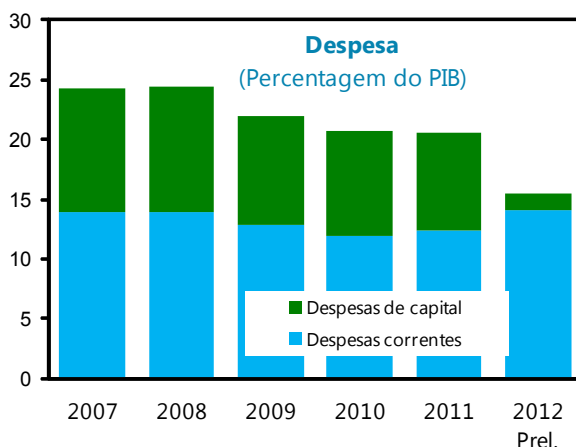
O governo teve de ajustar os gastos públicos...



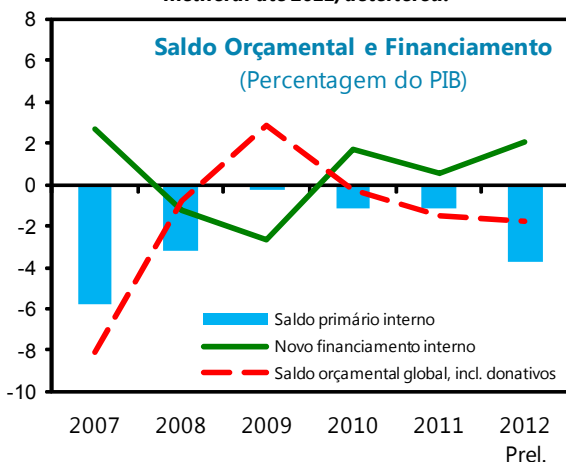
...em resposta à arrecadação de receitas abaixo da previsão orçamental.



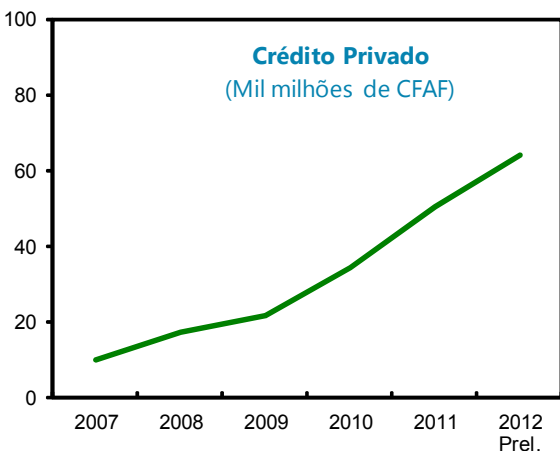
Isto levou a cortes substanciais nas despesas de capital.



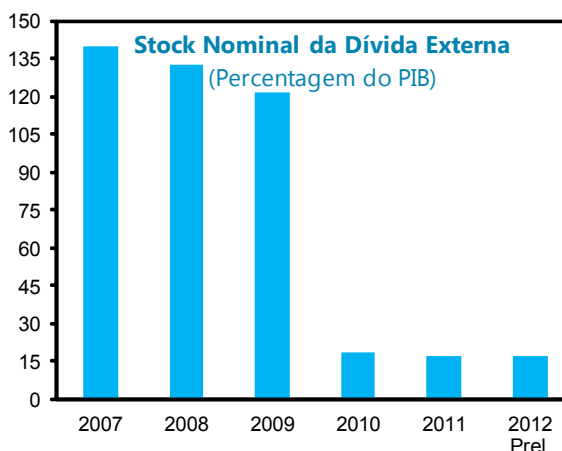
O desempenho orçamental, que estava a melhorar até 2011, deteriorou.



O crédito ao sector privado está em ligeira expansão em vista da política monetária acomodatória do BCEAO.



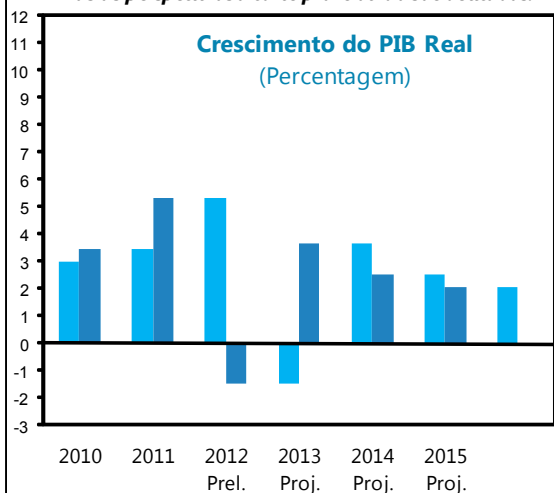
Os níveis da dívida externa continuam baixos após o alívio da dívida de 2010.



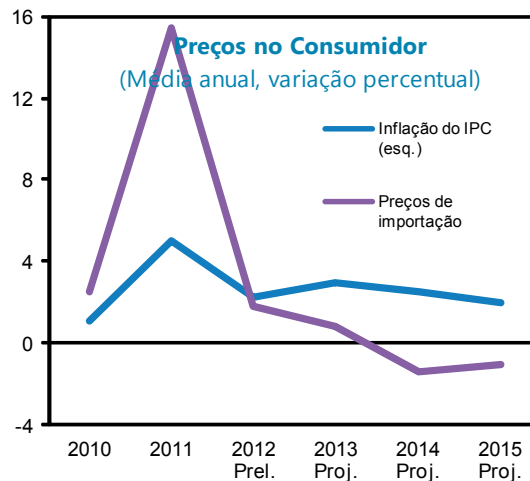
Fontes: Autoridades guineenses e estimativas e projecções do corpo técnico do FMI.

Figura 3. Guiné-Bissau: Perspectivas a Médio Prazo, 2010–15

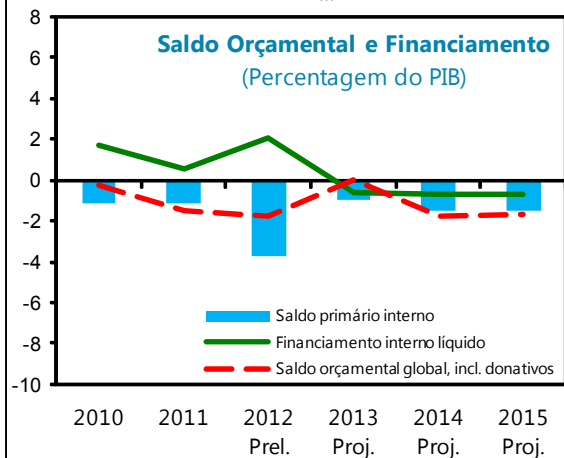
O PIB deve crescer em 2013, partindo de um nível baixo, mas as perspectivas a curto prazo ainda são delicadas.



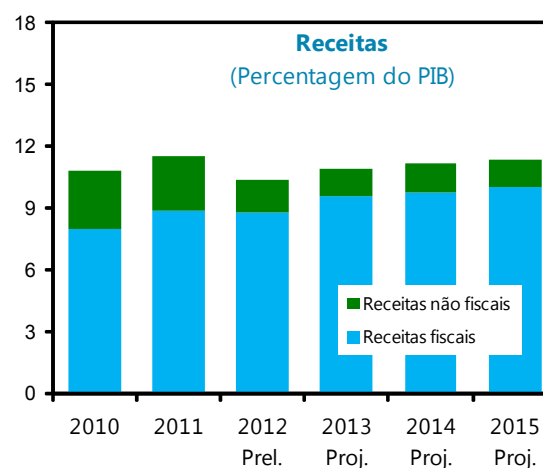
A inflação deve permanecer moderada.



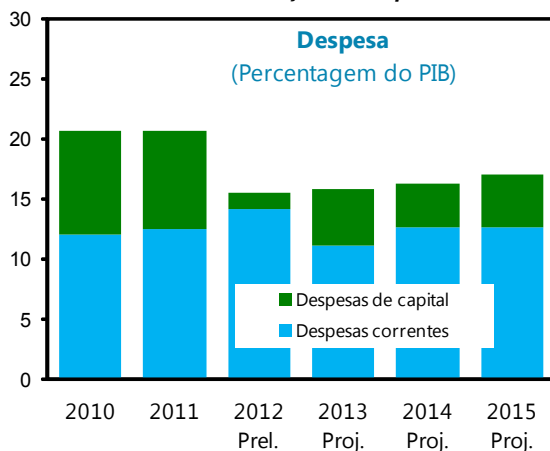
O défice primário interno seria contido abaixo dos 2% do PIB...



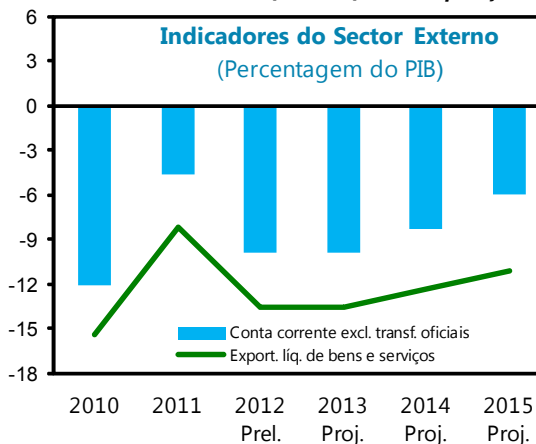
...em linha com um aumento modesto da arrecadação de receitas...



... e com a contenção das despesas.



Espera-se uma melhora ligeira do défice da conta corrente externa como reflexo da fraca recuperação



Fontes: Autoridades guineenses e estimativas e projecções do corpo técnico do FMI.

Tabela 1. Guiné-Bissau: Principais Indicadores Económicos e Financeiros, 2011–18

	2011	2012		2013	2014	2015	2016	2017	2018
		Proj. ¹	Prel.			Proj.			
	(Variação percentual anual, salvo indicação em contrário)								
Contas nacionais e preços									
PIB real a preços de mercado	5,3	4,5	-1,5	3,5	2,7	2,8	3,1	3,3	3,7
PIB real per capita	3,2	2,2	-3,5	1,4	0,6	0,7	1,0	1,2	1,5
Deflador do PIB	4,8	1,8	-6,7	0,7	1,1	0,9	1,5	1,0	1,0
Índice de Preços no Consumidor (média anual)	5,1	2,0	2,1	2,6	2,5	2,0	2,0	2,0	2,0
Sector externo									
Exportações, FOB (com base em valores em USD)	91,3	-25,3	-47,1	25,5	15,8	6,8	6,7	8,4	13,8
Importações, FOB (com base em valores em USD)	29,0	-16,7	-25,2	19,3	5,8	3,3	3,0	9,8	8,7
Volume de exportações	33,3	-15,2	-30,1	22,1	18,6	8,4	6,7	8,4	12,6
Volume de importações	11,8	-15,6	-26,5	18,3	7,2	4,4	4,5	5,2	3,0
Termos de troca (deteriora = -)	43,4	-14,9	-26,7	-8,1	-0,4	-0,5	1,4	-4,3	-4,4
Taxa de câmbio efectiva real (depreciação = -)	2,4	...	0,1
Taxa de câmbio nominal (FCFA por USD; média)	471,4	...	510,0
Finanças públicas									
Receitas internas (excluindo donativos)	18,0	28,7	-12,5	12,3	6,2	6,4	5,9	4,6	5,0
Total da despesa	9,4	11,2	-10,3	-11,7	11,1	4,6	5,4	3,8	4,3
Despesas correntes	14,8	6,8	10,1	-10,8	12,6	4,9	5,5	3,6	4,0
Despesas de capital	2,1	17,9	-41,5	-14,3	6,6	3,8	5,0	4,8	5,2
Moeda e crédito									
Activos internos líquidos ²	16,9	6,6	14,9	4,7	7,4	8,1	7,5	6,5	10,3
Crédito ao governo (líquido)	6,6	-0,3	5,9	-1,1	-2,0	-2,0	-1,7	-1,5	-0,9
Crédito à economia	12,9	6,9	8,0	5,8	3,5	4,5	5,0	5,5	6,5
Velocidade (PIB/moeda em sentido lato)	2,7	3,1	2,6	2,6	2,6	2,5	2,4	2,4	2,3
	(Milhões de USD, salvo indicação em contrário)								
Investimento e poupança									
Investimento bruto	10,1	10,6	7,5	7,7	9,1	8,5	8,7	9,7	9,7
D/q: investimento público	4,5	5,0	2,3	2,4	2,4	2,4	2,4	2,4	2,4
Poupança interna bruta	2,0	-2,8	-6,8	-6,5	-3,6	-3,5	-2,4	-1,9	-1,1
D/q: poupança pública	-4,5	-4,1	-6,7	-2,8	-3,7	-3,5	-3,5	-3,4	-3,3
Poupança nacional bruta	9,0	3,5	1,0	1,7	4,1	3,7	5,3	6,6	6,9
Finanças públicas									
Receita orçamental	11,5	12,8	11,0	11,8	12,1	12,4	12,5	12,6	12,6
Despesa primária interna total	12,7	14,3	14,9	13,4	13,8	14,0	14,2	14,2	14,3
Saldo primário interno	-1,2	-1,5	-4,0	-1,6	-1,7	-1,6	-1,7	-1,7	-1,6
Saldo global (base de compromissos)									
Incluindo donativos	-1,4	-1,0	-3,1	-0,1	-1,3	-1,1	-1,0	-0,8	-0,7
Excluindo donativos	-9,0	-9,1	-9,0	-5,1	-6,0	-5,9	-5,9	-5,7	-5,6
Conta corrente externa (incl. transf. correntes oficiais)	-1,2	-7,1	-6,5	-6,0	-5,0	-4,8	-3,4	-3,1	-2,8
Excl. transferências oficiais	-4,6	-10,1	-10,3	-10,3	-8,3	-6,6	-5,4	-5,0	-4,7
VA da dívida externa/exportações de bens e serviços (%)	135,6	...	141,9	121,6	108,1	104,0	101,9	98,4	90,0
Stock nominal da dívida pública, incl. atrasados ³	49,3	42,1	58,4	59,2	57,6	53,1	50,8	48,7	46,6
D/q: dívida externa, incl. atrasados	23,0	17,8	27,5	27,0	26,7	26,5	26,5	26,5	26,3
Por memória:									
PIB nominal a preços de mercado (mil milhões de FCFA)	456,7	488,4	419,8	437,6	454,0	471,4	493,1	514,5	538,4
	Fontes: Autoridades guineenses e estimativas e projecções do corpo técnico do FMI.								
	¹ Relatório nacional do FMI n.º 11/353 (terceira avaliação do acordo ECF).								
	² Contributo percentual ao crescimento da moeda em sentido lato.								
	³ No fim de 2010, inclui 8,3% do PIB em atrasados internos, formados por atrasados anteriores a 1999 (3,3% do PIB) e por estimativas preliminares dos atrasados de 2000–07 registados no Tesouro (5% do PIB). Não inclui as estimativas preliminares dos atrasados de 2000–07 (13,4% do PIB) não registados no Tesouro.								

Tabela 2. Guiné-Bissau: Balança de Pagamentos, 2011-18

	2011	2012		2013	2014	2015	2016	2017	2018
		Proj. ¹	Prel.						
(Mil milhões de FCFA, salvo indicação em contrário)									
Bens e serviços	-37,4	-65,5	-60,0	-62,1	-57,3	-56,3	-54,9	-58,6	-56,6
Bens	-5,5	-42,5	-31,6	-32,5	-26,6	-24,5	-21,6	-24,6	-21,0
Exportações, FOB	114,2	86,4	65,3	79,4	92,6	99,6	106,3	112,5	128,0
D/q: castanha de caju	104,4	73,6	59,3	65,0	76,2	78,6	81,0	81,4	85,6
Importações, FOB	-119,7	-128,9	-96,9	-111,8	-119,2	-124,1	-127,8	-137,1	-149,0
D/q: produtos alimentares	-32,0	-34,7	-29,0	-33,8	-37,7	-45,1	-49,8	-51,2	-60,2
produtos petrolíferos	-31,0	-28,9	-23,5	-29,5	-31,3	-31,9	-29,2	-35,4	-38,0
Serviços (líquidos)	-31,9	-23,0	-28,4	-29,6	-30,7	-31,9	-33,4	-34,0	-35,6
Crédito	6,7	6,7	7,4	7,7	8,0	8,3	8,7	8,8	9,2
Débito	-38,6	-29,7	-35,8	-37,3	-42,0	-42,8	-44,8	-47,3	-49,9
Rendimentos (juros programados)	-0,3	-0,2	-0,4	-0,4	-2,1	-1,9	-1,8	-1,7	-1,6
Transferências correntes (líquidas)	32,4	31,2	33,0	36,3	36,9	35,9	39,8	44,7	43,6
Oficiais ²	15,8	14,6	15,9	18,9	15,4	8,8	9,6	9,8	10,2
D/q: donativos em apoio à balança de pagamentos	8,7	6,2	9,1	12,0	7,8	8,5	9,3	9,5	10,0
compensações da UE para o sector das pescas	7,1	8,3	0,0	0,0	0,2	0,2	0,3	0,3	0,3
outras	0,0	0,0	6,9	6,9	7,3	4,8	3,1	2,0	1,3
Privadas	16,6	16,7	17,0	17,3	21,5	27,1	30,2	34,9	33,3
D/q: remessas	11,2	13,6	11,8	12,1	12,6	13,0	13,4	13,7	14,3
taxas de licença	1,7	2,8	2,4	2,4	2,6	2,8	2,9	3,0	3,1
Conta corrente									
Incluindo transferências oficiais	-5,3	-34,5	-27,4	-26,3	-22,5	-22,4	-17,0	-15,6	-14,6
Excluindo transferências oficiais	-21,1	-49,1	-43,4	-45,2	-37,8	-31,1	-26,6	-25,3	-24,8
Excluindo transferências oficiais e pagamentos de juros	-20,8	-48,9	-42,9	-44,7	-35,8	-29,2	-24,8	-23,6	-23,2
Conta de capital e financeira	22,1	34,4	-3,0	24,3	20,7	20,9	16,1	15,1	14,4
Conta de capital ³	26,0	33,8	16,2	8,0	10,5	3,5	0,2	-1,7	-1,9
Conta financeira	-3,9	0,6	-19,2	16,3	10,3	17,4	15,9	16,8	16,3
Desembolsos oficiais de médio e longo prazo	9,4	2,9	5,1	5,0	2,0	2,1	2,2	2,2	2,3
Empréstimos para projectos	9,4	2,9	5,1	5,0	2,0	2,1	2,2	2,2	2,4
Amortização programada	0,0	-0,1	-0,2	-0,3	-3,2	-3,3	-3,4	-1,8	-1,5
Bilhetes do Tesouro e financiamento regional	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Activos externos líquidos dos bancos comerciais	4,7	-1,2	4,4	0,4	0,6	0,5	0,3	0,4	0,4
Activos ext. líq. do sector privado e erros e omissões	-3,8	-1,0	-28,6	11,2	10,9	18,2	16,9	16,0	15,1
Saldo global	31,0	-0,1	-30,4	-2,0	-1,7	-1,5	-0,9	-0,4	-0,2
Financiamento	-31,0	0,1	30,4	2,0	1,7	1,5	0,9	0,4	0,2
Activos externos líquidos (aumento = -)	-31,0	0,1	30,4	2,0	1,7	1,5	0,9	0,4	0,2
<i>Por memória:</i>									
Volume de exportação de bens (variação percentual anual)	20,5	-10,8	-29,6	35,4	17,9	8,4	6,7	8,4	12,6
Preços de exportação do caju ⁴ (USD por tonelada)	1350	1131	1015	940	923	909	909	909	919
Volume de importação de bens (variação percentual anual)	11,8	-15,6	-26,5	18,3	7,2	4,4	4,5	5,2	3,0
Reservas internacionais imputadas									
Em milhões de USD	192,9	175,0	172,2
Como percentagem da moeda em sentido lato	52,9	56,5	50,6
Reservas oficiais brutas da UEMOA (mil milhões de USD)	15,8	15,2	12,9
Como percentagem da moeda em sentido lato	58,0	56,2	54,1
Reservas oficiais brutas da UEMOA (meses de imp. da UEMOA)	5,9	6,0	5,2
Serviço da dívida programado									
Percentagem das exportações e créditos de serviços	0,6	0,7	1,7	1,7	5,2	4,9	4,6	2,9	2,2
Percentagem do total da receita pública	1,4	1,1	2,6	2,9	9,6	9,0	8,5	5,5	4,7
Saldo da conta corrente (percentagem do PIB)									
Incluindo transferências oficiais	-1,2	-7,1	-6,5	-6,0	-5,0	-4,8	-3,4	-3,1	-2,8
Excluindo transferências oficiais	-4,6	-10,1	-10,3	-10,3	-8,3	-6,6	-5,4	-5,0	-4,7
Fontes: BCEAO e estimativas e projecções do corpo técnico do FMI.									
¹ Relatório nacional do FMI n.º 11/353 (terceira avaliação do acordo ECF)									
² Inclui a ajuda alimentar e a assistência técnica a projectos.									
³ Exclui o défice de financiamento, que o BCEAO inclui na conta de capital.									
⁴ Até 2011, aos preços médios do BCEAO. A partir de 2011, com base nas projecções do WEO para os preços do amendoim.									

Tabela 3. Guiné-Bissau: Síntese Monetária, 2011–18

	2011	2012		2013	2014	2015	2016	2017	2018
		Proj. ¹	Prel.	Proj.	Proj.	Proj.	Proj.	Proj.	Proj.
(Mil milhões de FCFA, salvo indicação em contrário)									
Activos externos líquidos	119,3	96,8	84,5	82,1	79,8	77,7	76,5	75,8	75,2
Banco Central dos Estados da África Ocidental	95,4	61,5	65,0	63,0	61,3	59,8	58,9	58,5	58,3
Bancos comerciais	23,9	35,3	19,5	19,1	18,5	18,0	17,7	17,3	16,9
Activos internos líquidos	52,4	43,5	78,1	85,7	98,1	112,6	126,8	139,9	162,1
Crédito ao governo (líquido)	11,2	8,0	21,4	19,6	16,1	12,7	9,3	6,2	4,3
Crédito ao sector privado	50,5	38,5	64,2	73,6	79,5	87,4	97,0	108,2	122,3
Outras rubricas (líquido)	-9,3	-3,0	-7,5	-7,5	2,5	12,5	20,5	25,5	35,5
Massa monetária (M2)	171,7	140,3	162,6	167,8	177,8	190,3	203,3	215,7	237,3
Moeda em poder do público	88,3	72,8	83,6	86,3	91,5	97,9	104,6	110,9	122,1
Depósitos bancários	83,4	67,6	79,0	81,5	86,4	92,4	98,7	104,7	115,2
Base monetária (M0)	120,6	98,6	114,2	117,9	124,9	133,7	142,8	151,5	166,7
(Variação percentual da moeda em sentido lato no início do período)									
Contributo ao crescimento da moeda em sentido lato									
Massa monetária (M2)	37,8	-5,8	-5,3	3,2	6,0	7,0	6,8	6,1	10,0
Activos externos líquidos	20,9	-3,0	-20,2	-1,5	-1,4	-1,1	-0,6	-0,4	-0,3
BCEAO	24,9	-3,5	-17,7	-1,2	-1,0	-0,8	-0,5	-0,2	-0,1
Bancos comerciais	-4,0	0,4	-2,5	-0,3	-0,4	-0,3	-0,2	-0,2	-0,2
Activos internos líquidos	16,9	-2,8	14,9	4,7	7,4	8,1	7,5	6,5	10,3
Crédito ao governo central	6,6	1,7	5,9	-1,1	-2,0	-2,0	-1,7	-1,5	-0,9
Crédito ao sector privado	12,9	-4,5	8,0	5,8	3,5	4,5	5,0	5,5	6,5
Outras rubricas (líquido)	-2,3	0,0	1,0	0,0	6,0	5,6	4,2	2,5	4,6
<i>Por memória:</i>									
Massa monetária (M2, variação percentual anual)	37,8	-5,8	-5,3	3,2	6,0	7,0	6,8	6,1	10,0
Base monetária (M0, variação percentual anual)	60,2	-5,8	-5,3	3,2	6,0	7,0	6,8	6,1	10,0
Crédito ao sector privado (variação percentual anual)	46,7	-14,7	27,2	14,6	7,9	10,0	10,9	11,6	13,0
Velocidade (PIB/M2)	2,7	3,3	2,6	2,6	2,6	2,5	2,4	2,4	2,3
Multiplicador monetário (M2/M0)	1,4	1,4	1,4	1,4	1,4	1,4	1,4	1,4	1,4
Adequação dos fundos próprios ²									
Capital/activos ponderados pelo risco	22,3		19,9						
Capital (património líquido) em % dos activos	11,8	...	11,9
Composição e qualidade dos activos ² (em %)									
Empr. malparados/total de empréstimos	6,5	...	9,7
Empr. malparados/total do crédito (líq. de	3,3	...	3,9
Provisões para empréstimos malparados	51,8	...	59,0
Lucros e rentabilidade									
Rentabilidade dos activos (ROA)	2,5	...	2,6
Rentabilidade do capital (ROE)	17,7	...	18,0

Fontes: BCEAO e estimativas e projecções do corpo técnico do FMI.

¹ Projecções do WEO de Setembro de 2012.

² Rácios calculados com base nos stocks anuais médios.

Tabela 4a. Guiné-Bissau: Operações do Governo Central, 2011–18

(Mil milhões de FCFAF)

	2011	2012		2013	2014	2015	2016	2017	2018
		Prog. ¹	Prel.						
Receita e donativos	87,0	101,7	71,0	73,8	76,4	81,1	86,0	90,0	94,4
Receita	52,6	61,8	46,0	51,7	54,9	58,4	61,9	64,7	67,9
Receitas fiscais ^{2,3}	40,3	46,7	38,9	45,2	47,9	50,9	54,0	56,6	59,4
Impostos directos	11,9	13,3	12,4	13,8	14,6	15,5	16,3	17,1	18,0
Impostos indirectos	28,4	33,4	26,5	31,4	33,3	35,4	37,7	39,4	41,4
Receitas não fiscais	12,3	15,2	7,1	6,5	7,0	7,5	7,8	8,2	8,5
Compensações para o sector das pescas	7,1	8,3	0,2	0,1	0,2	0,2	0,3	0,3	0,3
Donativos	34,4	39,8	25,0	22,1	21,5	22,7	24,2	25,2	26,4
Apoio ao orçamento	8,7	6,2	9,1	12,0	7,8	8,5	9,3	9,7	10,2
Apoio a projectos	25,7	33,6	15,9	10,1	13,7	14,2	14,9	15,5	16,2
Total da despesa	93,6	106,5	83,9	74,1	82,3	86,1	90,8	94,3	98,3
Despesas correntes	56,6	61,8	62,3	55,5	62,6	65,6	69,2	71,7	74,6
Salários e ordenados	23,6	26,3	25,1	25,6	26,5	27,6	28,8	30,1	31,5
Bens e serviços	7,6	11,0	12,8	8,1	9,2	10,6	12,1	12,7	13,3
Transferências	11,8	12,5	12,8	11,7	12,1	12,6	13,2	13,8	14,4
Outras despesas correntes	12,9	11,8	11,4	9,6	10,5	10,9	11,4	11,9	12,5
Juros programados	0,6	0,3	0,1	0,5	4,1	4,0	3,6	3,3	3,0
Juros internos	0,2	0,1	0,0	0,0	2,1	2,0	1,8	1,5	1,3
Juros externos	0,3	0,1	0,1	0,5	2,1	1,9	1,8	1,7	1,7
Despesa de capital e concessão líq. de emprést.	37,0	44,6	21,6	18,5	19,8	20,5	21,6	22,6	23,8
Programa de investimento público	36,9	44,1	21,6	18,5	19,2	20,0	21,0	22,0	23,1
Com financiamento interno	1,8	7,6	0,6	3,4	3,6	3,7	4,0	4,2	4,6
Com financiamento externo	35,1	36,5	21,1	15,1	15,7	16,3	17,0	17,7	18,6
Outras despesas de capital	0,1	0,5	0,0	0,0	0,5	0,6	0,6	0,6	0,6
Com financiamento interno	0,1	0,5	0,0	0,0	0,5	0,6	0,6	0,6	0,6
Saldo global, incl. donativos (compromissos)	-6,5	-4,8	-12,9	-0,3	-6,0	-5,0	-4,7	-4,3	-4,0
Saldo global, excl. donativos (compromissos)	-41,0	-44,6	-37,9	-22,4	-27,4	-27,7	-28,9	-29,5	-30,4
Atrasados internos líquidos ⁴	-3,2	-1,5	2,9	0,0	-1,5	-1,5	-1,5	-1,5	-1,5
Acumulação no ano corrente	0,0	0,0	2,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Pagamentos de anos anteriores	-3,2	-1,5	0,0	0,0	-1,5	-1,5	-1,5	-1,5	-1,5
Float e discrepâncias estatísticas	0,4	0,0	-4,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Saldo global, incl. donativos (base de caixa)	-9,3	-6,3	-14,0	-0,3	-7,5	-6,5	-6,2	-5,8	-5,5
Financiamento	9,3	6,3	14,0	0,3	7,5	6,5	6,2	5,8	5,5
Financiamento interno	-0,2	0,0	9,0	-4,4	-3,4	-3,5	-3,3	-3,1	-1,9
Financiamento bancário	-0,2	0,0	9,0	-4,4	-3,4	-3,5	-3,3	-3,1	-1,9
D/q: Bancos nacionais ⁵	4,6	-3,0	-0,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Crédito do BCEAO	0,0	0,0	0,0	-1,8	-3,4	-3,5	-3,3	-3,1	-1,9
Uso dos depósitos no BCEAO	-4,8	3,0	9,3	-2,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financiamento externo (líquido)	9,4	2,8	5,0	4,7	-1,2	-1,3	-1,3	0,4	0,9
Desembolsos	9,4	2,9	5,1	5,0	2,0	2,1	2,2	2,2	2,4
Projects	9,4	2,9	5,1	5,0	2,0	2,1	2,2	2,2	2,4
Amortização (programada e atrasados)	0,0	-0,1	-0,2	-0,3	-3,2	-3,3	-3,4	-1,8	-1,5
Défice bruto de financ. (+ = nec. de financ.)	0,1	3,5	0,0	0,0	12,1	11,3	10,8	8,5	6,5

Fontes: Autoridades guineenses e estimativas e projecções do corpo técnico do FMI.

¹ Relatório nacional do FMI n.º 11/353 (terceira avaliação do acordo ECF).² Exclui a sobretaxa à exportação de caju introduzida em Abril de 2011.³ Os valores de 2012 reflectem o impacto das medidas administrativas para mobilizar mais receitas.⁴ Registados como atrasados quando os pagamentos estão em mora há mais de 30 dias no caso dos salários e mais de 90 dias no caso de outras despesas.⁵ Incluindo as transferências do FUNPI.

Tabela 4b. Guiné-Bissau: Operações do Governo Central, 2011-18

(Porcentagem do PIB)

	2011	2012		2013	2014	2015	2016	2017	2018
		Prog. ¹	Prel.						
Receita e donativos	19,1	24,2	16,9	16,9	16,8	17,2	17,4	17,5	17,5
Receita	11,5	14,7	11,0	11,8	12,1	12,4	12,5	12,6	12,6
Receitas fiscais ^{2,3}	8,8	11,1	9,3	10,3	10,6	10,8	11,0	11,0	11,0
Impostos directos	2,6	3,2	3,0	3,1	3,2	3,3	3,3	3,3	3,4
Impostos indirectos	6,2	7,9	6,3	7,2	7,3	7,5	7,6	7,7	7,7
Receitas não fiscais	2,7	3,6	1,7	1,5	1,5	1,6	1,6	1,6	1,6
Compensações para o sector das pescas	1,6	2,0	0,1	0,0	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Donativos	7,5	9,5	6,0	5,1	4,7	4,8	4,9	4,9	4,9
Apoio ao orçamento	1,9	1,5	2,2	2,7	1,7	1,8	1,9	1,9	1,9
Apoio a projectos	5,6	8,0	3,8	2,3	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0
Total da despesa	20,5	25,4	20,0	16,9	18,1	18,3	18,4	18,3	18,3
Despesas correntes	12,3	14,7	14,8	12,7	13,8	13,9	14,0	13,9	13,8
Salários e ordenados	5,2	6,3	6,0	5,8	5,8	5,8	5,8	5,8	5,8
Bens e serviços	1,7	2,6	3,1	1,9	2,0	2,2	2,5	2,5	2,5
Transferências	2,6	3,0	3,0	2,7	2,7	2,7	2,7	2,7	2,7
Outras despesas correntes	2,8	2,8	2,7	2,2	2,3	2,3	2,3	2,3	2,3
Juros programados	0,1	0,1	0,0	0,1	0,9	0,8	0,7	0,6	0,6
Juros internos	0,1	0,0	0,0	0,0	0,5	0,4	0,4	0,3	0,2
Juros externos	0,1	0,0	0,0	0,1	0,5	0,4	0,4	0,3	0,3
Despesa de capital e concessão líq. de emprést.	8,1	10,6	5,2	4,2	4,4	4,4	4,4	4,4	4,4
Programa de investimento público	8,1	10,5	5,2	4,2	4,2	4,2	4,3	4,3	4,3
Com financiamento interno	0,4	1,8	0,1	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8
Com financiamento externo	7,7	8,7	5,0	3,5	3,4	3,4	3,4	3,4	3,4
Outras despesas de capital	0,0	0,1	0,0	0,0	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Com financiamento interno	0,0	0,1	0,0	0,0	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Saldo global, incl. donativos (compromissos)	-1,4	-1,1	-3,1	-0,1	-1,3	-1,1	-1,0	-0,8	-0,7
Saldo global, excl. donativos (compromissos)	-9,0	-10,6	-9,0	-5,1	-6,0	-5,9	-5,9	-5,7	-5,6
Atrasados internos líquidos ⁴	-0,7	-0,4	0,7	0,0	-0,3	-0,3	-0,3	-0,3	-0,3
Acumulação no ano corrente	0,0	0,0	0,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Pagamentos de anos anteriores	-0,7	-0,4	0,0	0,0	-0,3	-0,3	-0,3	-0,3	-0,3
Atrasados de juros externos, ano corrente	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Float e discrepâncias estatísticas	0,1	0,0	-1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Saldo global, incl. donativos (base de caixa)	-2,0	-1,5	-3,3	-0,1	-1,6	-1,4	-1,3	-1,1	-1,0
Financiamento	2,0	1,5	3,3	0,1	1,6	1,4	1,3	1,1	1,0
Financiamento interno	0,0	0,0	2,1	-1,0	-0,8	-0,7	-0,7	-0,6	-0,3
Financiamento bancário	0,0	0,0	2,1	-1,0	-0,8	-0,7	-0,7	-0,6	-0,3
D/q: Bancos nacionais ⁵	1,0	-0,7	-0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
BCEAO	0,0	0,0	0,0	-0,4	-0,8	-0,7	-0,7	-0,6	-0,3
Uso dos depósitos no BCEAO	-1,1	0,7	2,2	-0,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financiamento externo (líquido)	2,1	0,7	1,2	1,1	-0,3	-0,3	-0,3	0,1	0,2
Desembolsos	2,1	0,7	1,2	1,1	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4
Amortização (programada e atrasados)	0,0	0,0	0,0	-0,1	-0,7	-0,7	-0,7	-0,4	-0,3
Défice bruto de financ. (+ = nec. de financ.)	0,0	0,8	0,0	0,0	2,7	2,4	2,2	1,6	1,2

Fontes: Autoridades guineenses e estimativas e projecções do corpo técnico do FMI.

¹ Relatório nacional do FMI n.º 11/353 (terceira avaliação do acordo ECF).² Exclui a sobretaxa à exportação de caju introduzida em Abril de 2011.³ Os valores de 2012 reflectem o impacto das medidas administrativas para mobilizar mais receitas.⁴ Registados como atrasados quando os pagamentos estão em mora há mais de 30 dias no caso dos salários e mais de 90 dias no caso de outras despesas.⁵ Incluindo as transferências do FUNPI.

Tabela 4c. Guiné-Bissau: Operações do Governo Central (apresentação segundo o GFSM01), 2011-18

(Mil milhões de FCFA)

	2011	2012		2013	2014	2015	2016	2017	2018
		Prog. ¹	Prel.						
Receita	87,0	101,7	71,0	73,8	76,4	81,1	86,0	90,0	94,4
Impostos	40,3	46,7	38,9	45,2	47,9	50,9	54,0	56,6	59,4
Impostos sobre rendimentos, lucros e mais-valias ^{2,3}	10,2	11,6	10,8	11,6	12,3	12,9	13,6	14,3	15,0
Impostos sobre a propriedade	1,4	1,5	1,2	1,7	1,6	1,7	1,8	1,9	2,0
Impostos sobre bens e serviços	15,3	18,8	14,2	17,5	18,6	19,9	21,2	22,1	23,2
Impostos sobre o comércio e transacções internacionais	10,3	11,9	9,7	11,3	11,8	12,5	13,2	13,9	14,7
Outros impostos	2,9	2,8	3,0	3,1	3,5	6,1	7,2	7,7	8,3
Outros impostos	34,4	39,8	25,0	22,1	21,5	22,7	24,2	25,2	26,4
De governos estrangeiros	5,8	0	0	0	0	0	0	0	0
De organismos internacionais	28,7	39,8	25,0	22,1	21,5	22,7	24,2	25,2	26,4
Outras receitas	12,3	15,2	7,1	6,5	7,0	7,5	7,8	8,2	8,5
Despesa	93,6	106,5	83,9	74,1	82,3	86,1	90,8	94,3	98,3
Despesas	56,6	61,8	62,3	55,5	62,6	65,6	69,2	71,7	74,6
Remuneração de empregados	23,6	26,3	25,1	25,6	26,5	27,6	28,8	30,1	31,5
Uso de bens e serviços	7,6	11,0	12,8	8,1	9,2	10,6	12,1	12,7	13,3
Juros	0,6	0,1	0,1	0,5	4,1	4,0	3,6	3,3	3,0
Não residentes	0,3	0,0	0,1	0,5	2,1	1,9	1,8	1,7	1,7
A residentes excepto o governo geral	0,2	0,1	0,0	0,0	2,1	2,0	1,8	1,5	1,3
Prestações sociais	11,8	12,5	12,8	11,7	12,1	12,6	13,2	13,8	14,4
Outras despesas	12,9	11,8	11,4	9,6	10,5	10,9	11,4	11,9	12,5
Aquisição líquida de activos não financeiros	37,0	44,6	21,6	18,5	19,8	20,5	21,6	22,6	23,8
Com financiamento interno	1,9	8,1	0,6	3,4	4,1	4,3	4,5	4,8	5,2
Com financiamento externo	35,1	36,5	21,1	15,1	15,7	16,3	17,0	17,7	18,6
Saldo operacional bruto/líquido	30,5	39,9	8,7	18,3	13,8	15,5	16,8	18,3	19,8
Capacidade/necessidade líq. de financ. (saldo global, incl. donativos, base de	-6,5	-4,8	-12,9	-0,3	-6,0	-5,0	-4,7	-4,3	-4,0
Capacidade/necessidade líq. de financ. (saldo global, excl. donativos, base de	-41,0	-44,6	-37,9	-22,4	-27,4	-27,7	-28,9	-29,5	-30,4
Capacidade/necessidade líq. de financ. (saldo global, excl. donativos, base de	-9,3	-6,3	-14,0	-0,3	-7,5	-6,5	-6,2	-5,8	-5,5
Operações financeiras líquidas	9,3	6,3	14,0	0,3	7,5	6,5	6,2	5,8	5,5
Aumento líquido de passivos	9,3	6,3	14,0	0,3	7,5	6,5	6,2	5,8	5,5
Internos	-0,2	0,0	9,0	-4,4	-3,4	-3,5	-3,3	-3,1	-1,9
Financiamento bancário	-0,2	0,0	9,0	-4,4	-3,4	-3,5	-3,3	-3,1	-1,9
D/q: Bancos nacionais ⁴	4,6	-3,0	-0,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Crédito do BCEAO	0,0	0,0	0,0	-1,8	-3,4	-3,5	-3,3	-3,1	-1,9
Uso dos depósitos no BCEAO	-4,8	3,0	9,3	-2,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Externos	9,4	2,8	5,0	4,7	-1,2	-1,3	-1,3	0,4	0,9
Desembolsos	9,4	2,9	5,1	5,0	2,0	2,1	2,2	2,2	2,4
Amortização (programada e atrasados)	0,0	-0,1	-0,2	-0,3	-3,2	-3,3	-3,4	-1,8	-1,5
Por memória:									
Atrasados internos líquidos ⁵	-3,2	-1,5	2,9	0,0	-1,5	-1,5	-1,5	-1,5	-1,5
Acumulação no ano corrente	0,0	0,0	2,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Pagamentos de anos anteriores	-3,2	-1,5	0,0	0,0	-1,5	-1,5	-1,5	-1,5	-1,5
Float e discrepâncias estatísticas	0,4	0,0	-4,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Défice bruto de financiamento (+ = necessidade de financiamento)	0,1	3,5	0,0	0,0	12,1	11,3	10,8	8,5	6,5

Fontes: Autoridades guineenses e estimativas e projecções do corpo técnico do FMI.

¹Relatório nacional do FMI n.º 11/353 (terceira avaliação do acordo ECF).²Exclui a sobretaxa à exportação de caju introduzida em Abril de 2011.³Os valores de 2012 reflectem o impacto das medidas administrativas para mobilizar mais receitas.⁴Incluindo as transferências do FUNPI.⁵Registados como atrasados quando os pagamentos estão em mora há mais de 30 dias no caso dos salários e mais de 90 dias no caso de outras despesas.

Tabela 4d. Guiné-Bissau: Operações do Governo Central (apresentação segundo o GFSM01), 2011-18

(Porcentagem do PIB)

	2011	2012		2013	2014	2015	2016	2017	2018
		Prog. ¹	Prel.						
Receita	19,1	24,2	16,9	16,9	16,8	17,2	17,4	17,5	17,5
Taxes	8,8	11,1	9,3	10,3	10,6	10,8	11,0	11,0	11,0
Impostos sobre rendimentos, lucros e mais-valias ^{2,3}	2,2	2,8	2,6	2,7	2,7	2,7	2,8	2,8	2,8
Impostos sobre a propriedade	0,3	0,4	0,3	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4
Impostos sobre bens e serviços	3,4	4,5	3,4	4,0	4,1	4,2	4,3	4,3	4,3
Impostos sobre o comércio e transacções internacionais	2,3	2,8	2,3	2,6	2,6	2,6	2,7	2,7	2,7
Outros impostos	0,6	0,7	0,7	0,7	0,8	1,3	1,5	1,5	1,5
Donativos	7,5	9,5	6,0	5,1	4,7	4,8	4,9	4,9	4,9
De governos estrangeiros	1,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
De organismos internacionais	6,3	9,5	6,0	5,1	4,7	4,8	4,9	4,9	4,9
Outras receitas	2,7	3,6	1,7	1,5	1,5	1,6	1,6	1,6	1,6
Despesa	20,5	25,4	20,0	16,9	18,1	18,3	18,4	18,3	18,3
Despesas	12,4	14,7	14,8	12,7	13,8	13,9	14,0	13,9	13,8
Remuneração de empregados	5,2	6,3	6,0	5,8	5,8	5,8	5,8	5,8	5,8
Uso de bens e serviços	1,7	2,6	3,1	1,9	2,0	2,2	2,5	2,5	2,5
Juros	0,1	0,0	0,0	0,1	0,9	0,8	0,7	0,6	0,6
A não residentes	0,1	0,0	0,0	0,1	0,5	0,4	0,4	0,3	0,3
A residentes excepto o governo geral	0,1	0,0	0,0	0,0	0,5	0,4	0,4	0,3	0,2
Prestações sociais	2,6	3,0	3,0	2,7	2,7	2,7	2,7	2,7	2,7
Outras despesas	2,8	2,8	2,7	2,2	2,3	2,3	2,3	2,3	2,3
Aquisição líquida de activos não financeiros	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Com financiamento interno	8,1	10,6	5,2	4,2	4,4	4,4	4,4	4,4	4,4
Com financiamento externo	0,4	1,9	0,1	0,8	0,9	0,9	0,9	0,9	1,0
Saldo operacional bruto/líquido	7,7	8,7	5,0	3,5	3,4	3,4	3,4	3,4	3,4
Capacidade/necessidade líq. de financ. (saldo global, incl. donativos, base de cor)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Capacidade/necessidade líq. de financ. (saldo global, excl. donativos, base de cor)	-1,4	-1,1	-3,1	-0,1	-1,3	-1,1	-1,0	-0,8	-0,7
Capacidade/necessidade líq. de financ. (saldo global, excl. donativos, base de cai)	-9,0	-10,6	-9,0	-5,1	-6,0	-5,9	-5,9	-5,7	-5,6
Operações financeiras líquidas	-2,0	-1,5	-3,3	-0,1	-1,6	-1,4	-1,3	-1,1	-1,0
Aquisição líquida de activos financeiros	2,0	1,5	3,3	0,1	1,6	1,4	1,3	1,1	1,0
Domestic	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Foreign	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Aumento líquido de passivos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Internos	2,0	1,5	3,3	0,1	1,6	1,4	1,3	1,1	1,0
Financiamento bancário	0,0	0,0	2,1	-1,0	-0,8	-0,7	-0,7	-0,6	-0,3
D/q: Bancos nacionais ⁴	0,0	0,0	2,1	-1,0	-0,8	-0,7	-0,7	-0,6	-0,3
Crédito do BCEAO	1,0	-0,7	-0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Uso dos depósitos no BCEAO	0,0	0,0	0,0	-0,4	-0,8	-0,7	-0,7	-0,6	-0,3
Externos	-1,1	0,7	2,2	-0,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Desembolsos	2,1	0,7	1,2	1,1	-0,3	-0,3	-0,3	0,1	0,2
Amortização (programada e atrasados)	2,1	0,7	1,2	1,1	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4
Por memória:	0,0	0,0	0,0	-0,1	-0,7	-0,7	-0,7	-0,4	-0,3
Atrasados internos líquidos ⁵	-0,7	-0,4	0,7	0,0	-0,3	-0,3	-0,3	-0,3	-0,3
Acumulação no ano corrente	0,0	0,0	0,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Pagamentos de anos anteriores	-0,7	-0,4	0,0	0,0	-0,3	-0,3	-0,3	-0,3	-0,3
Float e discrepâncias estatísticas	0,1	0,0	-1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Défice bruto de financiamento (+ = necessidade de financiamento)	0,0	0,8	0,0	0,0	2,7	2,4	2,2	1,6	1,2

Fontes: Autoridades guineenses e estimativas e projecções do corpo técnico do FMI.

¹ Relatório nacional do FMI n.º 11/353 (terceira avaliação do acordo ECF).² Exclui a sobretaxa à exportação de caju introduzida em Abril de 2011.³ Os valores de 2012 reflectem o impacto das medidas administrativas para mobilizar mais receitas.⁴ Incluindo as transferências do FUNPL.⁵ Registados como atrasados quando os pagamentos estão em mora há mais de 30 dias no caso dos salários e mais de 90 dias no caso de outras despesas.

Tabela 5. Guiné-Bissau: Matriz de Avaliação de Riscos ¹

Fonte de Risco	Probabilidade	Impacto Potencial / Política Recomendada
Impasse no cumprimento ou cumprimento incompleto dos compromissos políticos da zona euro (reaparece a pressão financeira e os laços entre a banca e o Estado voltam a intensificar-se)	M*	Impacto: Médio. Apesar das fracas ligações financeiras com a Europa, o aumento das taxas de desemprego na zona euro teria um impacto negativo nas remessas e na procura interna. Política recomendada: Aumentar a despesa social dirigida aos grupos vulneráveis. Assegurar mais financiamento externo para colmatar o défice de financiamento.
Desaceleração superior à esperada nos mercados emergentes (choque sincronizado no crescimento desencadeado por pressões no sector financeiro ou contratempos nas reformas orçamentais e estruturais)	M*	Impacto: Médio. A castanha de caju representa cerca de 90% do total das exportações e é, na sua maioria, exportada para a Índia. O impacto das dificuldades dos mercados emergentes afectaria negativamente o crescimento económico e daria origem a uma compressão das importações. Política recomendada: A mesma que acima.
Choque no preço do petróleo a nível mundial desencadeado por acontecimentos geopolíticos (levando os preços do petróleo para USD 140 por barril)	B*	Impacto: Médio. Dado que as importações de petróleo representam cerca de um quarto do montante total das importações, o choque teria impacto na conta de transacções correntes e na inflação. Política recomendada: Permitir a repercussão plena nos preços domésticos e concentrar-se nos efeitos secundários sobre a inflação. Aumentar a despesa social dirigida aos grupos vulneráveis.
Deterioração da situação política e de segurança (escalada das tensões sociais e políticas no país)	M	Impacto: Elevado. Está em curso um processo de transição política, que, no entanto, continua frágil. Uma deterioração da situação política e de segurança e um aumento da incerteza levariam a perturbações na actividade económica. Política recomendada: Apresentar um roteiro credível para gerir o período de transição, o que ajudaria a normalizar as relações com as organizações internacionais e os doadores bilaterais.
Problemas de segurança alimentar (devido ao facto de as secas periódicas na região do Sahel afectarem os preços dos alimentos produzidos a nível local)	B	Impacto: Médio. A insegurança alimentar para a população vulnerável aumentaria a necessidade de ajuda humanitária internacional. Pode ser necessário apoio por parte das autoridades, o que deterioraria a posição orçamental. Política recomendada: Ajudar a população mais vulnerável através de transferências focalizadas.
Inversão brusca dos termos de troca devido à queda dos preços de exportação do caju	B	Impacto: Elevado. Uma queda de 10% nos preços de exportação do caju levaria a uma redução da taxa de crescimento do PIB de cerca de 0,2 pontos percentuais. Política recomendada: Aumentar a despesa social dirigida aos grupos vulneráveis. Assegurar mais financiamento externo para colmatar o défice de financiamento. Diversificar as exportações.
Fenómenos de extravasamento da instabilidade constante na região (a fragilidade da situação no Mali poderia afectar a percepção da insegurança na região)	B	Impacto: Baixo. A situação em termos de segurança deteriorar-se-ia, levando à paralisação económica, a conflitos generalizados e a perturbações nas cadeias de abastecimento e nas trocas comerciais. Política recomendada: Pode ser necessário prever despesas relacionadas com a segurança, que seriam financiadas através de poupanças na despesa não prioritária.

¹ A Matriz de Avaliação de Riscos (RAM) apresenta acontecimentos com um certo grau de probabilidade que poderiam alterar materialmente a trajectória de base, que constitui o cenário mais susceptível de ocorrer na opinião do corpo técnico. A avaliação subjectiva do corpo técnico sobre a probabilidade relativa desses acontecimentos pouco prováveis está indicada na matriz (e vai de "baixa" a "elevada").

* Extraída da Matriz de Avaliação do Risco Global.

Apêndice I. Conflitos Civis e Desigualdade¹

A presente nota analisa o papel dos conflitos sociais na desigualdade de rendimentos na Guiné-Bissau. Os resultados da análise específica por país e os dados relativos ao painel da África Subsariana (AS) e aos países em desenvolvimento sugerem que os conflitos sociais têm efeitos significativos e persistentes em termos de aumento das desigualdades. A adopção de políticas e acções que mitiguem os riscos de deflagração de conflitos é fundamental para fomentar um crescimento inclusivo.

Introdução

1. **As desigualdades na Guiné-Bissau diminuíram consideravelmente nas duas últimas décadas, e o crescimento tem sido largamente inclusivo.** Os indicadores de um crescimento inclusivo² na Guiné-Bissau mostram progressos visíveis, especialmente quando comparados com os dos seus pares (Figura A1 C). Por exemplo, a desigualdade de rendimentos diminuiu consideravelmente e verificou-se uma redução da pobreza extrema (Figura A1 A); os níveis de emprego e participação mantiveram-se estáveis; e os indicadores relativos à saúde e aos resultados da educação melhoraram nitidamente (Figura A1 B). O declínio das desigualdades não tem, no entanto, sido linear. As desigualdades (representadas pelo coeficiente de Gini) na Guiné-Bissau diminuíram de cerca de 53,4 em 1991 para 35,6 em 2002 e aumentaram seguidamente para 38,7 em 2005. Um dado interessante é que as desigualdades decresceram em média durante os períodos de paz e parecem ter aumentado na sequência dos episódios de conflito social (Figura A1 D).

2. **Os conflitos sociais podem ter um impacto distributivo importante.** De um ponto de vista teórico, as desigualdades e os conflitos sociais estão inter-relacionados. Por um lado, os conflitos sociais têm efeitos prejudiciais e duradouros no investimento. Assim, a desigualdade aumenta em consequência do diferimento do investimento em capital físico e da perda de capital humano devido à migração, à redução da escolaridade, ao decréscimo da esperança de vida, ao aumento da mortalidade, e à redução da despesa na saúde e na educação (Kim e Conceição, 2009). Por outro lado, a existência de elevados graus de desigualdade pode afectar negativamente as expectativas actuais e futuras da população e levar, por sua vez, a perturbações e conflitos sociais. (Campante e Chor, 2012).

3. **A presente nota analisa o papel dos conflitos sociais na desigualdade** através de análises específicas por país e da análise de um painel de países subsarianos. Propõe igualmente políticas e acções para mitigar os riscos de deflagração de conflitos e que são fundamentais para fomentar um crescimento inclusivo.

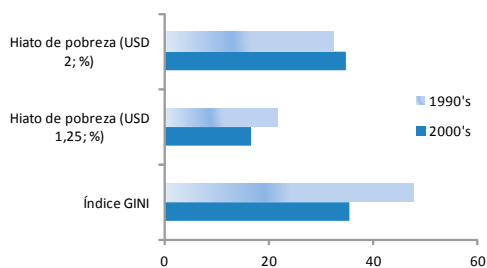
¹ Elaborado por Aleksandra Zdzienicka.

² Salvo indicação em contrário, os indicadores de crescimento inclusivo foram tirados da Base de Dados de Indicadores de Desenvolvimento do Banco Mundial, a fim de assegurar a comparabilidade durante um período mais alargado.

Figura A1. Desigualdade na Guiné-Bissau e nos seus pares

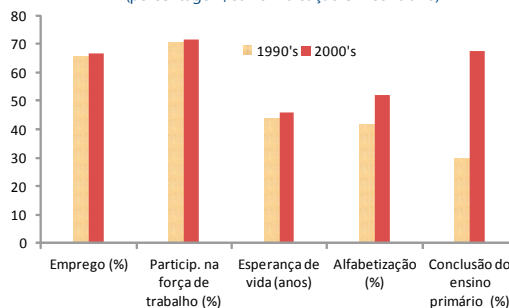
A desigualdade e a pobreza extrema na Guiné-Bissau diminuíram nas últimas duas décadas..

A. GNB: Indicadores seleccionados de desigualdade de rendimentos e pobreza (percentagem)



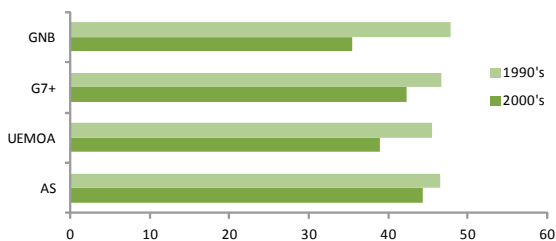
... e os indicadores de crescimento inclusivo melhoraram.

B. GNB: Indicadores seleccionados de crescimento inclusivo (percentagem, salvo indicação em contrário)



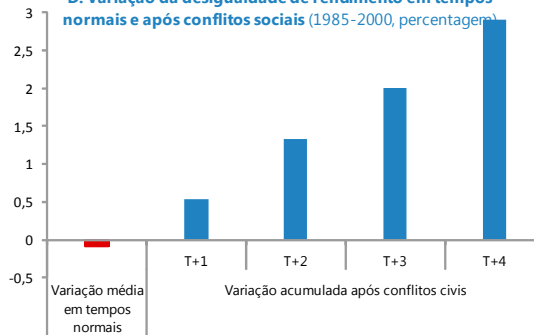
O recuo da desigualdade foi mais importante na Guiné-Bissau do que nos seus pares...

C. Índice GINI dos grupos de países subsarianos e países frágeis (percentagem)



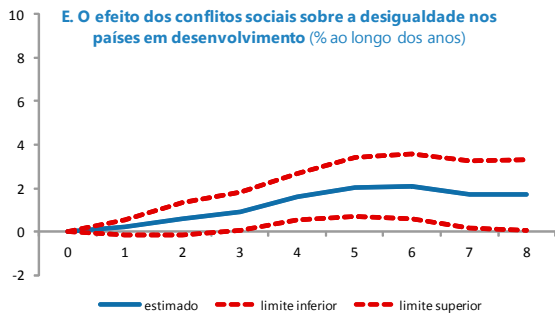
... mas não foi uniforme, pois a desigualdade aumentou na sequência dos conflitos sociais.

D. Variação da desigualdade de rendimento em tempos normais e após conflitos sociais (1985-2000, percentagem)



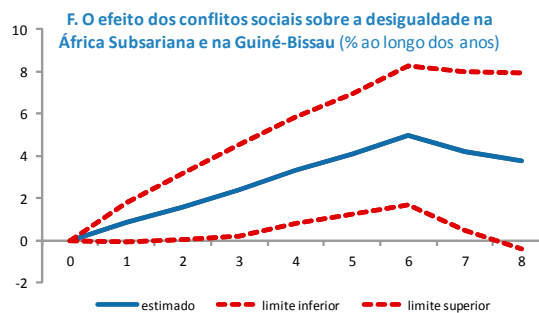
Constatou-se que os conflitos sociais têm um impacto negativo e duradouro sobre a desigualdade

E. O efeito dos conflitos sociais sobre a desigualdade nos países em desenvolvimento (% ao longo dos anos)



As consequências distributivas foram especialmente graves na África Subsariana e na Guiné-Bissau.

F. O efeito dos conflitos sociais sobre a desigualdade na África Subsariana e na Guiné-Bissau (% ao longo dos anos)



Fontes: Banco Mundial, dados do desenvolvimento; cálculos do corpo técnico do FML

Consequências distributivas dos conflitos sociais

4. **Em todo o mundo se registam episódios de conflitos sociais, mas estes são recorrentes em muitos países da AS.** A Tabela A1, baseada no *Cross-National Time-Series Data Archive* (CNTS)³, fornece uma panorâmica da ocorrência de conflitos civis em todo o mundo nas três últimas décadas. A tabela mostra que, embora tenham tipicamente ocorrido conflitos sociais em todos os países em desenvolvimento, esses conflitos foram muito mais recorrentes na África Subariana. Neste contexto, a Guiné-Bissau constitui um caso particular, registando 10 episódios de conflitos civis nos últimos 20 anos.

Tabela A1. Episódios de conflitos sociais em todo o mundo (1970-2010)								
Mundo	AOP	EAC	ALC	MENA	AN	SA	AS	GNB
1209	149	147	232	128	0	122	431	10

Note: AOP=Ásia Oriental e Pacífico; EAC=Europa e Ásia Central; ALC=América Latina e Caraíbas; AN=América do Norte; SA=Sudeste Asiático, AS=África Subariana; GNB-Guiné-Bissau.
Fontes: CNTS, cálculos do corpo técnico.

5. **Os conflitos civis têm normalmente um efeito acentuado, significativo e persistente sobre a desigualdade** (Figura A1 E). A metodologia utilizada para avaliar esse efeito está descrita na Caixa A1. Verifica-se que os episódios de conflito civil têm efeitos duradouros na desigualdade de rendimentos. Em especial, as estimativas sugerem que a ocorrência de um episódio de agitação social leva normalmente a um aumento do índice de Gini em cerca de 0,2 pontos percentuais (p.p.) a muito curto prazo – um ano após o conflito – e em cerca de 1,7 p.p. a médio prazo – oito anos após o conflito. O efeito atinge um pico de cerca de 2,1 p.p. por volta do sexto ano após o episódio conflituoso.⁴

6. **O efeito dos conflitos sociais sobre a desigualdade é particularmente elevado nos países da AS e na Guiné-Bissau** (Figura A1 F). O efeito dos conflitos sociais sobre a desigualdade varia acentuadamente de região para região, verificando-se o maior efeito na Ásia Oriental, no Pacífico e na AS.⁵ Em particular, os resultados obtidos para a AS sugerem que os episódios de conflito social estão associados a um efeito a curto prazo de 0,8 p.p. e a um

³ As instabilidades sociais e políticas nele enumeradas incluem conflitos como: i) acções de guerrilha, definidas como qualquer acção armada, sabotagem ou ataque bombista levado a cabo por grupos de cidadãos independentes ou forças não regulares com o objectivo de derrubar o regime vigente; e ii) revoluções, definidas como qualquer mudança ilegal ou forçada das figuras de topo do governo, qualquer tentativa de efectuar essa mudança, ou qualquer revolta armada, seja ela bem ou mal sucedida, que tenha por objectivo a independência em relação ao governo central.

⁴ Os resultados resistem a diversas verificações, tais como o controlo da endogeneidade, diferentes parametrizações do desfasamento, e a inclusão de controlos macroeconómicos e políticos que podem afectar tanto a desigualdade como a probabilidade da ocorrência de um episódio de conflito civil. Ver Zdzienicka (2013) para obter pormenores.

⁵ Os resultados podem ser disponibilizados a pedido.

impacto a médio prazo de cerca de 3,8 p.p. O pico do efeito é de cerca de 5,0 p.p. e ocorre por volta do sexto ano após o conflito. É interessante verificar que os efeitos a curto e a médio prazo para um painel de países da AS estão muito próximos dos obtidos para a Guiné-Bissau num quadro bidimensional,⁶ o que sugere que os dados empíricos para a AS podem ser usados como referência para o efeito dos conflitos sociais sobre a desigualdade na Guiné-Bissau.

Caixa A1. Estimativa do Impacto Dinâmico dos Conflitos Sociais na Desigualdade

Para avaliar o impacto dinâmico dos conflitos sociais na desigualdade a médio prazo utiliza-se uma abordagem em duas fases. Na primeira fase, determina-se uma medida composta dos conflitos sociais, recorrendo a uma análise dos componentes principais e aos indicadores de conflito do CNTS sobre acções de guerrilha e revoluções. Na segunda fase, calculam-se as funções de resposta ao impulso (IRF) a partir de projecções locais, segundo um método proposto por Jorda (2005). Em concreto, para cada período k futuro foi calculada a seguinte equação com base em dados anuais:

$$y_{i,t+k} - y_{i,t} = \alpha_i^k + Time_{it}^k + \sum_{j=1}^l \gamma_j^k \Delta y_{i,t-j} + \beta_k S_{it} + \varepsilon_{i,t}^k \quad (1) \text{ sendo } k= 1, \dots, 8.$$

em que $y_{i,t}$ é o log do Gini, S é uma variável muda que assume o valor 1 para a ocorrência de episódios de conflito social e zero nos outros casos, α_i^k são efeitos fixados para o país, e $Time_{it}^k$ são tendências temporais específicas do país. β_k mede o impacto da instabilidade social na alteração do (log do) Gini para cada período k futuro. Uma vez que os efeitos fixos estão incluídos na regressão, o impacto dinâmico deve ser interpretado como correspondendo a alterações da desigualdade em relação a uma tendência de base específica do país. O número de desfasamentos (l) escolhido foi de dois, apesar de os resultados serem extremamente robustos mesmo com os diferentes números de desfasamentos incluídos nas especificações. Obtêm-se então as funções de resposta ao impulso fazendo o traçado do β_k estimado para $k= 0, 1, \dots, 8$, com intervalos de confiança de 95% para as IRF estimadas, que são calculadas utilizando os desvios padrão associados aos coeficientes β_k estimados. Para estudar a causalidade invertida calculam-se as alterações verificadas na desigualdade nos anos *subsequentes* a um conflito social.

Para fazer face às limitações em termos de pouca fiabilidade e insuficiente cobertura dos dados, e inconsistência da metodologia, utiliza-se a *Standardized World Income Inequality Database*. Esta base de dados combina informações provenientes da *World Income Database* da ONU e do *Luxembourg Income Study* e fornece estimativas comparáveis dos índices de Gini para 173 países, para o maior número de anos possível de 1960 a 2010.¹

¹ Ver Solt (2009, 2011) para pormenores sobre a metodologia.

Acções em matéria de políticas

7. A adopção de políticas que reduzam o risco da deflagração de conflitos é fundamental para promover um crescimento inclusivo nos países mais frágeis. Os dados empíricos constantes da literatura sugerem que os conflitos sociais podem ter efeitos duradouros na produção (Cerra e Saxena, 2008; Bernal-Verdugo *et al.* 2013). Além disso, os resultados expostos na presente nota sugerem que os conflitos sociais podem ter consequências

⁶ A regressão simples das alterações a médio prazo no coeficiente de Gini e dos episódios de conflito social fornece resultados semelhantes: a ocorrência de um episódio de conflito social na Guiné-Bissau tende a ser acompanhada, a médio prazo, por um aumento da desigualdade de cerca de 3 p.p.

distributivas importantes e a longo prazo. Por conseguinte, a adopção de políticas que reduzam os riscos de deflagração de conflitos é essencial para promover um crescimento inclusivo, especialmente nos países mais frágeis. Neste contexto, os esforços internacionais para a manutenção da paz podem desempenhar um papel significativo na redução do risco de conflitos civis (Doyle e Sambanis, 2006; Fortna, 2008). A ajuda externa e o apoio ao desenvolvimento também podem ter impacto na redução do risco de guerra civil. Collier e Hoeffler (2002) sugerem que a ajuda e a política não têm efeitos directos no risco de conflitos, mas ambas afectam directamente a taxa de crescimento económico e o grau de dependência das exportações de produtos primários, os quais, por sua vez, têm incidência no risco de conflitos. Collier e Hoeffler (2004) são também de opinião que as políticas destinadas a melhorar os resultados da educação estão estreitamente relacionadas com a deflagração de conflitos. Por último, as reformas destinadas a aumentar o nível da governação desempenham um papel significativo na redução da probabilidade de conflitos sociais e modelam as suas consequências macroeconómicas. (Bernal-Verdugo *et al.* 2013). No caso da Guiné-Bissau, uma reforma do sector da segurança constituiria uma acção política específica para promover um crescimento inclusivo a médio/longo prazo.

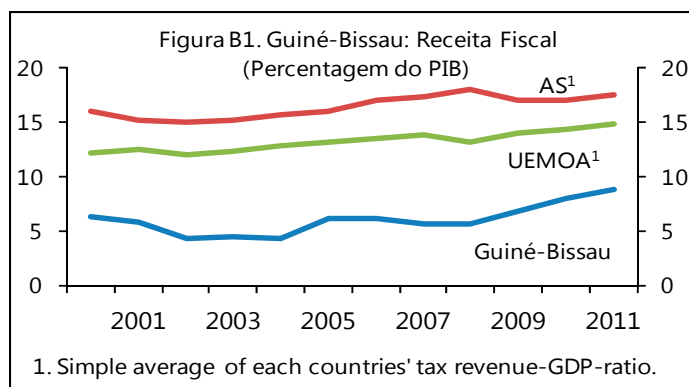
Bibliografia Seleccionada

- Bernal-Verdugo, Lorenzo, Furceri Davide e Dominique Guillaume (2013). "The Dynamic Effect of Social and Political Instability on Output: The Role of Reforms", IMF Working Paper (a publicar)
- Filipe R. Campante e Davin Chor, (2012). "Why Was the Arab World Poised for Revolution? Schooling, Economic Opportunities, and the Arab Spring", *Journal of Economic Perspectives*, vol. 26(2), pp. 167–88
- Cerra, Valerie e Sweta Saxena (2008). "Growth Dynamics: The Myth of Economic Recovery", *American Economic Review*, Vol. 98(1), pp. 439–57
- Collier, Paul e Anke Hoeffler. 2002. "Aid, Policy and Peace: Reducing the Risks of Civil Conflict." *Defense and Peace Economics* 13:435–50
- Collier, Paul e Anke Hoeffler. 2004. "Greed and Grievance in Civil War." *Oxford Economic Papers*, 56(4):563–95
- Doyle, Michael W. e Nicholas Sambanis. 2006. *Making War and Building Peace: United Nations Peace Operations*. Princeton: Princeton University Press
- Fortna, Virginia Page. 2008. *Does Peacekeeping Work? Shaping Belligerents' Choices after Civil War*. Princeton: Princeton University Press
- Jorda, Oscar (2005). "Estimation and Inference of Impulse Responses by Local Projections", *American Economic Review*, Vol. 95(1), pp. 161–182
- Solt, Frederick. 2009. "Standardizing the World Income Inequality Database." *Social Science Quarterly* 90(2):231–242. SWIID Version 3.1, Dezembro de 2011
- Zdzienicka Aleksandra (2013). "The distributional consequences of social conflicts", Manuscrito

Apêndice II. Aumentar a Receita Fiscal – Potencial Tributário e Esforço Tributário –

Introdução

1. **Reforçar a arrecadação de receitas fiscais constitui desde há muito uma preocupação em numerosos países de baixos rendimentos (PBR) da África Subariana (AS), e a Guiné-Bissau não é excepção.** Apesar de um aumento significativo do rácio entre os impostos e o PIB na Guiné-Bissau nos últimos anos, continua a haver



espaço para aumentar a receita fiscal nacional através de melhorias na política e administração tributárias. Em 2011, a Guiné-Bissau arrecadou 8% do PIB em receita fiscal, a percentagem mais baixa entre todos os países da AS. O baixo rendimento *per capita*, uma economia baseada na agricultura, a deficiente estruturação dos sistemas tributários e a fraqueza das administrações tributária e aduaneira contribuíram, todos eles, para dificuldades na cobrança de impostos. É de sublinhar que a fraca mobilização de receitas constitui a causa de base dos desequilíbrios orçamentais na Guiné-Bissau. Ela explica a dependência dos apoios ao orçamento e a falta de espaço para aumentar a despesa prioritária. Neste contexto, uma melhor compreensão do hiato fiscal actualmente existente na Guiné-Bissau – diferença entre a receita fiscal potencial e a receita efectivamente arrecadada – ajudará a avaliar as perspectivas de receita fiscal a médio prazo e a identificar áreas para novas melhorias.

Dinamismo fiscal¹

2. **O dinamismo fiscal da Guiné-Bissau continua a ser baixo em comparação com os outros países da AS, o que poderá constituir mais um factor a explicar o seu baixo rácio impostos-PIB.** A receita fiscal da Guiné-Bissau não tem acompanhado o crescimento económico. A Tabela B1 mostra a elasticidade da receita para três tipos de impostos (totais, directos e indirectos) para a Guiné-Bissau e outros grupos seus pares (UEMOA, países da AS e estados frágeis subsarianos) no período 2000–2011. Os resultados registados na Guiné-Bissau são fracos, tal como se reflecte nessas observações. A Guiné-Bissau tem uma elasticidade da receita inferior à unidade e semelhante à dos países mais frágeis da AS, mas inferior a todas as médias da UEMOA e da AS para todas as três categorias de impostos. Os impostos indirectos têm a maior elasticidade, seguidos pelos impostos totais e pelos impostos directos (Tabela B1).

¹ O dinamismo fiscal é definido como a elasticidade da receita fiscal em relação ao PIB nominal. Uma elasticidade de 1 significa, por exemplo, que se o PIB aumentar 1% os impostos aumentam 1%, o que resulta num impacto neutro no rácio impostos-PIB.

Tabela B1. Guiné-Bissau: Dinamismo da Receita Fiscal¹, 2000-11

	Impostos totais	Impostos directos	Impostos indirectos
Guiné-Bissau	0,73	0,56	0,74
Média			
Países da UEMOA	0,76	0,65	0,78
Países subsarianos	0,84	0,73	0,86
Estados frágeis da AS ²	0,80	0,64	0,77
Mediana			
Países da UEMOA	0,78	0,60	0,76
Países subsarianos	0,83	0,72	0,84
Estados frágeis da AS ²	0,74	0,64	0,72

Fonte: Estimativas do corpo técnico do FMI.

¹ Cada item denota a elasticidade de uma categoria de receita com relação ao PIB nominal.

² Burundi, Comoros, Cote d'Ivoire, Eritreia, Gâmbia, Guiné, Guiné-Bissau, Libéria, República Centro Africana, República Democrática do Congo, São Tomé e Príncipe, Serra Leoa, Togo, Zimbabwe.

Potencial Tributário x Esforço Tributário

3. **O presente estudo usa um método de fronteira tributária estocástica com variação temporal.** Este método mede a capacidade tributável mediante a regressão do rácio receita fiscal-PIB para uma amostra de países, com base em variáveis representativas de possíveis bases tributáveis e de outros factores susceptíveis de afectar a capacidade de um país para arrecadar receitas fiscais. De acordo com a literatura, é definido um modelo de análise de fronteira estocástica com uma equação de forma reduzida para uma regressão sobre um painel de vários países (Coondo *et al.*, 2003, Varsano, 2006). O rácio tributário previsto em resultado dessa regressão é considerado como uma medida da capacidade tributável, isto é, o potencial de receita fiscal, calculando-se então a razão entre os rácios tributários efectivo e previsto, que é utilizada como índice do esforço tributário. O modelo é especificado do seguinte modo:

$$\tau_{it} = F(x_{it}; \beta) \cdot \exp(v_{it} - u_{it}), \text{ onde } i = \text{países, } t = \text{ano, e } u \text{ é não-negativo.}$$

A receita fiscal efectiva em percentagem do PIB para o país i no ano t (τ_{it}) é aqui ajustada por uma quantidade estocástica, $F(x_{it}; \beta) \cdot \exp(v_{it})$, em que v_{it} é um erro aleatório de mediana zero que reflecte factores aleatórios, como choques comerciais e climáticos. A receita fiscal potencial estimada (τ_{it}^*) é então $F(x_{it}; \hat{\beta}) \cdot \exp(0)$, e o esforço tributário estimado é $\frac{\tau_{it}}{\tau_{it}^*}$.²

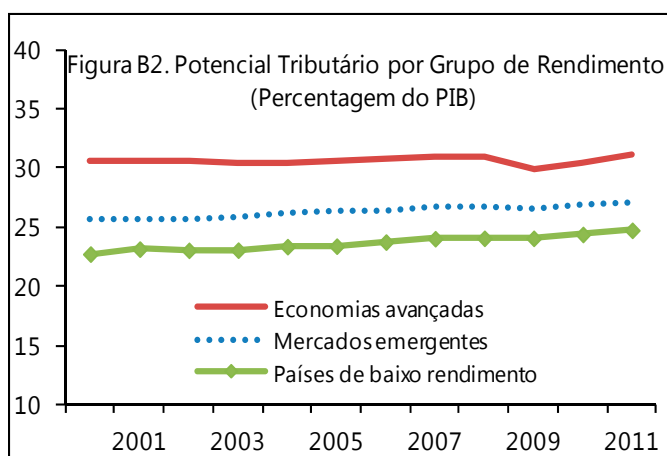
4. **De acordo com a literatura, utilizam-se variáveis económicas e sociopolíticas para explicar a receita fiscal potencial nos países da amostra.** A estimativa baseia-se num conjunto de dados que abrange um painel de 173 países no período de 1995–2011, painel esse que inclui 39 países da AS. Os coeficientes calculados (Tabela B2) indicam que uma receita fiscal potencial mais elevada está associada a variáveis como população mais numerosa, uma maior parcela de população economicamente activa com idades entre os 15 e os 64 anos, um PIB *per capita* mais elevado, um maior grau de abertura nas trocas comerciais, exportações não petrolíferas, menor valor acrescentado agrícola, aumento da importância dos circuitos financeiros, e alta qualidade dos factores institucionais.

² Presumimos que v_{it} é uma variável aleatória distribuída de forma independente e idêntica com $N(0, \sigma_v^2)$, e é também independente de u_{it} . Presumimos também que u_{it} segue uma distribuição normal truncada não-negativa, $N(0, \sigma_u^2)$.

Variável	Coefficiente	rácio-t		Erro padrão
Log população	0,8216	2,20	**	0,3727
Log parcela da população de 15-64 anos	0,1614	2,48	**	0,0651
Log PIB per capita	1,7087	2,65	***	0,6454
Inflação pelo IPC (%)	-0,0395	-3,90	***	0,0101
Abertura comercial (Comércio/PIB, %)	0,0512	9,86	***	0,0051
Exportador de petróleo fictício	-4,2850	-2,88	***	1,4860
Valor acresc. da agricultura (% do PIB)	-0,0403	-1,67	*	0,0241
Aprofundamento financeiro (M2/PIB, %)	0,0241	2,40	**	0,0100
Estabilidade política (0-100)	0,0125	1,45		0,0086
Controlo da corrupção (0-100)	0,0347	3,49	***	0,0099
Constante	-12,9218	-1,31		9,8339

Número de observações: 1,195, *** p < 0,01, ** p < 0,05, * p < 0,1

A Figura B2 apresenta os rácios impostos-PIB efectivo e potencial por grupos de rendimentos.³ O grupo dos países avançados apresenta o potencial de receita fiscal mais elevado, enquanto o grupo dos PBR apresenta o mais baixo. O valor acrescentado agrícola, a inflação, a abertura, o aprofundamento financeiro como elemento representativo do sector informal, e a capacidade

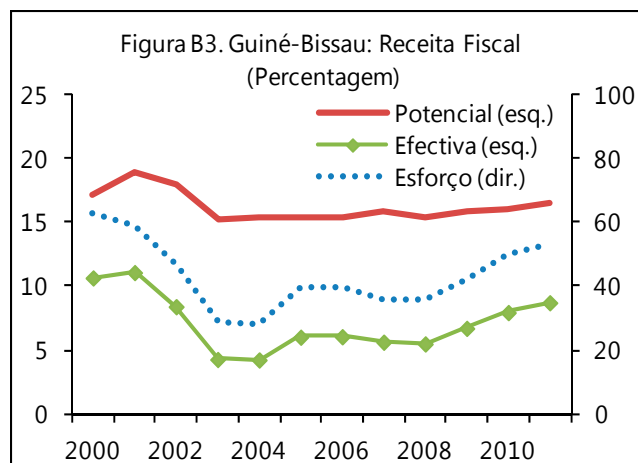


institucional explicam de forma consistente os diferentes níveis de potencial tributário nos diversos países, por grupos de rendimentos (Tabela B3).

	Economias avançadas	Economias emergentes	PBR	AS	Guiné-Bissau
Valor acresc. agricultura	2,5	11,2	31,5	25,1	57,2
Inflação pelo IPC	2,0	4,8	6,2	5,4	2,5
Abertura ao comércio	112,0	93,6	79,4	85,8	46,3
Aprofundamento financeiro	154,5	59,7	30,8	35,4	28,6
Estabilidade política	72,6	43,0	28,4	36,1	25,0
Corrupção	84,3	44,2	26,3	33,5	13,3
Número de países	25	73	33	41	..

³ Aplica-se a advertência habitual, porque a diferença entre o potencial e o efectivo pode resultar da omissão de variáveis explicativas no modelo de fronteira estocástica.

5. **Os resultados da estimativa mostram que o hiato fiscal na Guiné-Bissau diminuiu desde meados da década de 2000** (Figura B3). O hiato fiscal, que se calcula ter sido de perto de 16% do PIB em 2004, decresceu para 12% do PIB em 2011. Calcula-se que o esforço tributário, que indica que os impostos efectivamente arrecadados em 2004 representaram apenas 21% da capacidade tributável, aumentou para 37% em 2010.



Isto implica que as melhorias recentes na receita fiscal resultaram principalmente de uma melhor administração tributária e não tanto de um aumento do potencial tributário em si, “definido em linhas gerais”.

6. **Continua a haver muita margem para novas melhorias na Guiné-Bissau.** Estima-se que o desempenho do país em matéria tributária e a receita potencial a ele associada sejam os mais baixos entre os países da UEMOA (Tabela B4). Considerando que as taxas dos impostos na Guiné-Bissau já estão, de uma maneira geral, alinhadas com as do resto da região da UEMOA, excepto no que se refere ao IVA,⁴ o baixo nível de desempenho em matéria de receitas fiscais deve resultar sobretudo de uma capacidade administrativa limitada. Muitos países da UEMOA alargaram a base de tributação limitando as isenções de impostos e reforçando a administração tributária e aduaneira. As reformas incidiram em medidas para reforçar a auditoria, controlar as isenções, combater a fraude e melhorar o cumprimento por parte dos contribuintes.

País	Receita fiscal (A, % do PIB)	Receita fiscal potencial estimada (B, % do PIB)	Hiato fiscal (A-B, % do PIB)	Esforço fiscal (A/B, %)
Benim	15,53	24,19	8,66	64,18
Burkina Faso	14,47	24,29	9,81	59,57
Cote d'Ivoire	13,14	25,14	12,00	52,27
Guiné-Bissau	8,76	20,69	11,93	42,34
Mali	14,87	23,32	8,45	63,75
Níger	14,07	22,60	8,52	62,27
Senegal	19,08	25,71	6,62	74,21
Togo	17,18	23,90	6,72	71,87
UEMOA ¹	14,63	23,73	9,08	61,30

1/ Média simples dos oito países da UEMOA.

Observações Finais

7. **É possível arrecadar receitas adicionais consideráveis na Guiné-Bissau mediante a implementação de boas práticas numa sequência compatível com as circunstâncias do país.** O reforço da colaboração entre as administrações tributária e aduaneira, incluindo a permuta

⁴ O país é o único membro da UEMOA que não cumpriu a obrigação de adoptar o IVA.

sistemática de dados e mais controlos conjuntos, poderia ter levado a um maior progresso. Olhando para o futuro, os esforços deveriam concentrar-se nas medidas que tivessem o maior impacto na receita. Em particular, é necessário aumentar a eficiência da administração tributária, com o apoio de um alargamento da base de tributação e de acções de combate à evasão fiscal. As medidas-chave a considerar incluem:

- Alargar a base de tributação mediante o estabelecimento de taxas de imposto competitivas e de ampla aplicação, compatíveis com as normas regionais, e a implementação de regimes simples mas coerentes para tributar as empresas mais pequenas e, em particular, o sector informal;
- Criar administrações que limitem efectivamente os incentivos e oportunidades para a busca de benefícios e a adopção de comportamentos inadequados, o que ajudaria a melhorar o cumprimento das obrigações fiscais;
- Adoptar e disponibilizar prontamente legislação e regulamentação claras, e racionalizar as isenções fiscais;
- Acelerar a implementação das recomendações das missões de assistência técnica do FMI em matéria de política e administração tributárias, realizadas no âmbito do programa plurianual (TTF-TPA), o que inclui a operacionalização do serviço de grandes contribuintes, a introdução do número de identificação fiscal único, a tributação das importações com base nos valores reais, o reforço do controlo dos contribuintes que deixaram de apresentar declarações fiscais, e o reforço das auditorias fiscais; e
- Implementar as medidas prévias necessárias para a introdução de um IVA.

Bibliografia

- Coondo, D., Majumder, A., Mukherjee, R. e Neogi, C, 2003, "Tax Performance and Taxable Capacity: Analysis for Selected States of India", *Journal of Public Finance and Public Choice*, Vol. 21, pp. 25–46
- Davoodi H. e Grigorian, D., 2007, "Tax Potential vs. Tax Effort: A Cross-Country Analysis of Armenia's Stubbornly Low Tax Collection", IMF Working Paper, WP/07/106
- Gupta, A., 2007, "Determinants of Tax Revenue Effort in Developing Countries", IMF Working Paper, WP/07/184
- Kyle, S., 2009, "The Macroeconomic Context for Trade in Guinea-Bissau", WP 2009–26, Cornell University
- Leuthold, J., 1991, "Tax Shares in Developing Economies: A Panel Study", *Journal of Development Economics* 35, pp. 173–85
- Lotz, J. e Morris, E., 1967, "Measuring 'Tax Effort' in Developing Countries", *Staff Papers*, Vol. 14, No. 3, pp. 478–499, International Monetary Fund, Washington, DC
- Stotsky, J. e WoldeMariam A., 1997, "Tax Effort in Sub-Saharan Africa", Working Paper 97/107: International Monetary Fund, Washington, DC

Apêndice III. Estrutura e Desempenho do Sistema Financeiro ¹

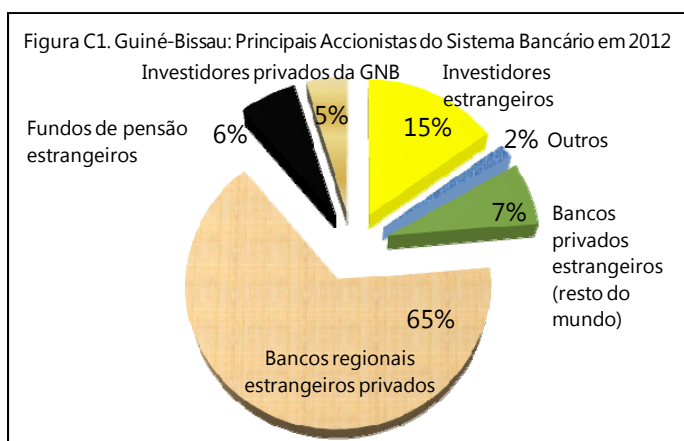
Panorâmica

1. **O sistema financeiro na Guiné-Bissau limita-se em larga medida ao sector bancário.** É constituído por 4 bancos comerciais, mas só dois têm agências fora da capital. Os bancos constituem cerca de 94% do sistema financeiro (Tabela C1). Existem apenas cinco instituições de microfinanças (IMFs), que prestam serviços financeiros limitados a famílias de baixos rendimentos. As IMFs abrangem regiões urbanas e rurais; no entanto, mais de três quartos da actividade deste sector está concentrada em Bissau. As três companhias de seguros privadas e um fundo de pensões público semi-autónomo (o Instituto Nacional de Segurança Social) são responsáveis pela maior parte do remanescente do sistema financeiro nacional. As instituições locais, incluindo o governo, têm limitações de capacidade para aceder a financiamento proveniente dos mercados regionais de títulos e acções.

	Activos Totais		
	Montante (MM FCFA)	(% do total)	(% do PIB)
Bancos	136,3	93,5	30,7
Instituições de microfinanças	0,4	0,3	0,09
Inst. financeiras não captadoras de depósitos (d/q) Seguros	9,0 2,1	6,2 1,4	2,0 0,5
Total do sistema financeiro (excl. BCEAO)	145,7	100,0	32,8

Sistema Bancário

2. **Uma grande parte das acções do sector bancário está nas mãos de cidadãos de outros países ou de bancos estrangeiros.** O sistema é dominado por subsidiárias de bancos pan-africanos e participações de não residentes, na sua maioria bancos privados. Os dois maiores bancos representam 66% dos activos e detêm 67% dos depósitos. Um banco é patrocinado pelo BCEAO e presta

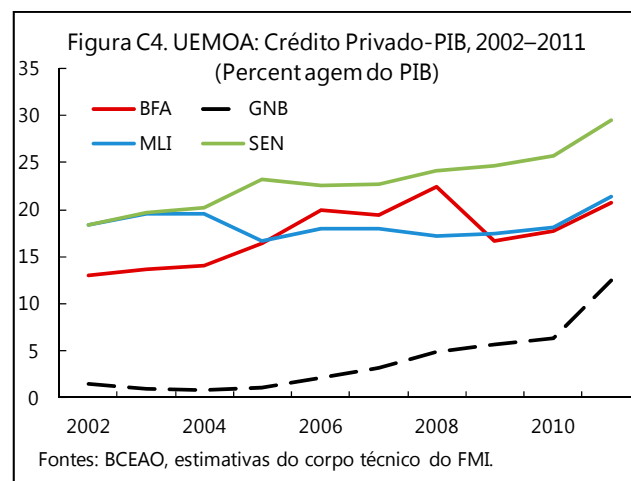
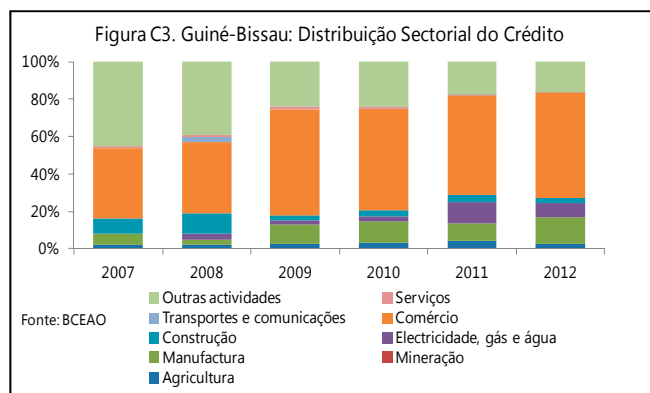
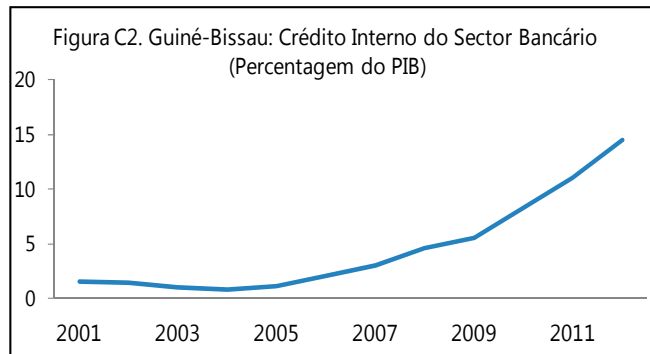


¹ Elaborado por Alfredo Torrez.

serviços a pequenas empresas, para além da sua actividade retalhista. Só cerca de 1% da população tem contas bancárias, cifrando-se os depósitos bancários em cerca de 18% do PIB. Não há mercado interbancário: os bancos recorrem directamente ao BCEAO para satisfazer as suas necessidades de liquidez, se as tiverem. Possuem geralmente reservas em excesso e apenas uma pequena quantidade de liquidez é transaccionada entre eles.

3. **O sector bancário tem expandido as suas operações nos últimos anos.** Em 2012, o crédito bancário aumentou 27%.

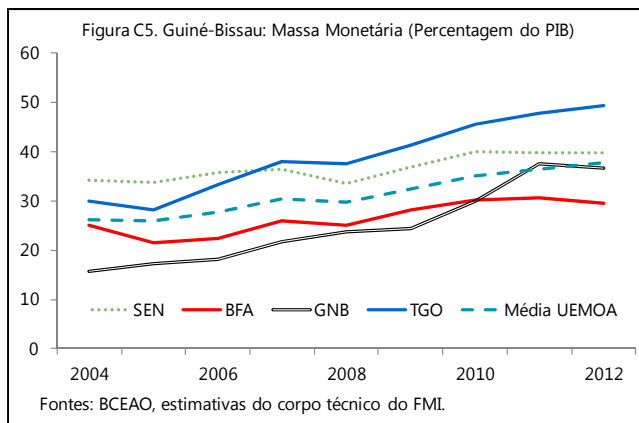
O crédito bancário global à economia em termos de PIB é de cerca de 15%, o que representa um aumento de seis p.p. do PIB em apenas três anos. O crédito a curto prazo ao sector da castanha de caju tem-se intensificado de forma particular, mas o crédito à construção e ao turismo também tem aumentado. No entanto, os empréstimos malparados registaram um aumento importante em 2012 devido à má campanha do caju, afectada por choques externos e internos. A actividade nuclear dos bancos consiste em receber depósitos, fazer empréstimos a empresas de média dimensão e trabalhar com títulos do Estado. Um banco (o BRS) tem estado a fazer empréstimos a actividades microfinanceiras, mas a níveis muito limitados. Nenhum novo banco entrou no mercado da Guiné-Bissau desde 2007, ano em que o ECOBANK, um grupo bancário regional africano, deu início à sua actividade em Bissau. Os empréstimos bancários são dispendiosos e há poucos clientes. Assim, a penetração da actividade bancária é muito reduzida: menos de 1% da população. Recentemente, as autoridades tentaram promover um aumento do número de contas bancárias obrigando os funcionários públicos a abrir contas para nelas serem depositados os seus vencimentos. Todavia, o baixo nível de rendimentos da maioria dos funcionários



públicos não lhes permitiria manter saldos positivos nessas contas. A instabilidade política e as condições externas desfavoráveis para o principal produto de exportação deram origem a um declínio considerável nas operações bancárias em 2012.

4. **A importância do sector financeiro tem aumentado ao longo dos últimos cinco anos, mas ainda fica atrás dos países vizinhos e da UEMOA.**

O passivo financeiro incluído em M2 aumentou de cerca de 24% do PIB em 2009 para 38% do PIB em 2012. Isto deveu-se, em parte, ao aumento da concorrência, que levou os bancos a oferecer melhores condições de financiamento e a expandir a sua rede de agências. Todavia, o rácio M2-PIB continua a ser inferior à média da UEMOA.



Os depósitos bancários também aumentaram substancialmente até ao final de 2012, mas são inferiores aos dos países vizinhos. Além disso, o rácio crédito-depósitos é inferior a 1, o que indica que os bancos dispõem de liquidez e não têm muitas oportunidades de investimento.

5. **O sistema bancário parece relativamente robusto, sendo o maior risco constituído pela concentração de empréstimos.** Os indicadores financeiros mostram que a adequação dos fundos próprios baixou para 20% no final de 2012, mas é ainda largamente superior ao mínimo regulamentar de 8%. A rentabilidade também continua a ser adequada. Apesar disso, o principal risco provém da concentração de créditos (só um sector, o comércio em geral e o comércio a retalho, absorve 50% dos empréstimos), tal como reflecte o grande aumento dos empréstimos malparados – de 6,5% em 2011 para 9,7% – devido sobretudo à acumulação de moras por parte dos exportadores de caju. Outros riscos, incluindo os riscos de liquidez, parecem não estar a aumentar, dado que os bancos apresentam grande liquidez (devido à falta de projectos rentáveis e à ausência de um mercado interbancário desenvolvido).

6. **A crise financeira internacional e o abrandamento nos mercados emergentes afectaram os bancos da Guiné-Bissau devido aos atrasos no pagamento das exportações e ao decréscimo das remessas.** No entanto, o impacto foi bastante limitado, porque os bancos não têm acesso às linhas de crédito europeias: a maioria dos bancos financiam-se a nível local. Isto também proporcionou aos grupos bancários africanos uma maior oportunidade para se expandirem na região, contrabalançando alguns dos efeitos negativos da crise mundial.

Microfinanças

7. **As actividades microfinanceiras são negligenciáveis dentro do sistema financeiro da Guiné-Bissau.** Centram-se em serviços básicos, como contas de poupança e micro-créditos. As actividades das IMFs não são bem compreendidas, e não são muitas as pessoas que lá têm contas. Os empréstimos das IMFs representam menos do 1% do crédito bancário

(340 milhões de francos CFA). Algumas IMFs são geridas por ONGs e têm um mandato social, por exemplo, fazer empréstimos a mulheres e agricultores de regiões remotas, mas não comunicam as operações por si efectuadas. Além disso, dado que as primeiras IMFs foram criadas por ONGs com base em financiamentos proveniente de donativos, tem-se instalado a ideia de que as IMFs devem conceder empréstimos sem necessidade de reembolso. Isto tem contribuído para um elevado nível de empréstimos malparados, e, a prazo, para o desaparecimento de um grande número de IMFs. As duas maiores IMFs são responsáveis por cerca de 90% das operações.

8. O sector tem assistido a uma queda significativa do número de IMFs em actividade.

Embora as primeiras IMFs tenham sido criadas em 1997, no final de 2012 havia apenas cinco instituições licenciadas, contra as 18 existentes no final de 2011.

A baixa taxa de reembolso dos empréstimos, a falta de meios para garantir a execução dos contratos, os elevados custos administrativos e o depauperamento

	2009	2010	2011	2012
Membros	8.316	8.607	9.063	10.934
Depósitos (milhões FCFA)	170,2	176,1	185,5	288,7
Empréstimos (milhões FCFA)	314,1	325,1	342,3	219,1
Pendentes	234,0	242,2	255,0	107,0
Malparados	80,1	82,9	87,3	112,1
EMP como % dos empr.	25	25	25	51
Depositantes	4.521	4.679	4.927	7.455
Fontes: BCEAO, CADESP e estimativas do corpo técnico do FMI.				
1/ Há apenas quatro instituições de microfinanças em operação.				

dos saldos em caixa levaram ao encerramento da maioria das IMFs. Actualmente existem mais de dez mil membros registados no sector microfinanceiro. A instabilidade política e o abrandamento da actividade económica têm afectado consideravelmente o sector, com os empréstimos a decrescer para apenas 219 milhões de francos CFA (menos de 0,1% do PIB). O crédito é concedido na maioria dos casos a microempresas, como comerciantes do sexo feminino, pescadores e horticultores.

9. **Apesar de uma melhoria em 2011, a qualidade das carteiras das IMFs parece ter-se deteriorado mais recentemente.** Os empréstimos malparados, que representavam cerca de 25% da totalidade dos empréstimos em 2011, atingiram 51% da carteira das IMFs no final de 2012. Acresce que os dados e as declarações financeiras provenientes das IMFs são pouco fiáveis e não são apresentados dentro do prazo estabelecido nos regulamentos da UEMOA. O sector necessita de aumentar a capacidade. Além disso, é necessário reforçar as acções de supervisão desenvolvidas pelo Ministério das Finanças. O financiamento proveniente de fontes locais e internacionais para as IMFs também caiu praticamente a pique. O sector microfinanceiro da Guiné-Bissau continua assim a ser o menos desenvolvido da região da UEMOA. No Senegal, por exemplo, as IMFs prestam serviços a cerca de 20% da população e concedem 10% do crédito bancário.

10. **A legislação relativa às microfinanças foi criada em 2008.** Nos termos da legislação actual, cabe ao Ministério das Finanças, por intermédio de uma unidade especializada

(o CADESP), autorizar a abertura de IMFs bem como proceder à sua supervisão. O Ministério trata também das actividades de promoção, enquanto o BCEAO contribui para as actividades de inspecção e supervisão. No entanto, a legislação apresenta alguns aspectos que não facilitam o correcto funcionamento das IMFs. O governo, com a ajuda do PNUD, procedeu em 2008 a um diagnóstico abrangente do sector e a acções correctoras (por exemplo, focalizando o papel do Ministério das Finanças na autorização e inspecção e o do Ministério da Economia na promoção). Todavia, está ainda por aprovar a legislação associada.

11. **O sector das IMFs sofre de uma redução substancial do número de membros, de falta de recursos financeiros e de um elevado nível de empréstimos malparados.** Este sector carece de uma revisão geral, a que o governo deu início com uma mudança das chefias ao nível do CADESP. O PNUD e outros doadores parecem dispostos a colaborar uma vez adoptada a legislação adequada, para que as IMFs possam cumprir o seu principal objectivo de proporcionar financiamento ao vasto segmento da população com baixos rendimentos, como forma de reduzir a pobreza.

Conclusões

12. **Os estados frágeis nas fases iniciais do desenvolvimento financeiro, como a Guiné-Bissau, podem beneficiar de um aprofundamento financeiro.** O aprofundamento financeiro tem um efeito positivo no crescimento se for correctamente efectuado, isto é, se for acompanhado de políticas adequadas para a reforma e regulação do sector financeiro. A literatura mostra que os países com níveis mais elevados de desenvolvimento financeiro tendem a apresentar taxas de crescimento superiores às dos países com menores níveis de desenvolvimento financeiro. Todavia, um aprofundamento rápido e excessivo, tal como o que se manifesta numa subida em flecha dos créditos, pode ser problemático para os bancos e para a gestão da política macroeconómica.

13. **Existem vários factores que entram o crescimento da intermediação financeira na Guiné-Bissau.** Um sector informal bastante grande onde as transacções são em numerário, garantias insuficientes e métodos contabilísticos deficientes no sector empresarial constituem obstáculos significativos ao desenvolvimento do sistema financeiro e traduzem-se em custos do crédito relativamente elevados.² Além disso, a debilidade das infra-estruturas, um sistema de pagamentos rudimentar, a fraqueza dos sistemas jurídico e judicial, a falta de um sistema de notação de crédito, e a instabilidade política restringem a capacidade do sector financeiro para prestar apoio adequado ao sector privado.

14. **Algumas recomendações-chave para melhorar o papel das IMFs poderiam incluir:** reforçar a promoção, a autorização e inspecção, e a supervisão das IMFs pelos Ministérios da Economia e das Finanças e pelo BCEAO, respectivamente; reforçar a criação de capacidades e a

² Elevada margem das taxas de juro (empréstimos menos depósitos), que é a mais alta da região, acima dos 9%.

formação das IMFs; mobilizar recursos financeiros de origem nacional e internacional e transferi-los para as IMFs na base de concursos; criar um fundo de garantia de crédito, que permitiria às IMFs fazer empréstimos sem grandes exigências em termos de garantias; supervisionar as IMFs de acordo com as melhores práticas internacionais; e criar um gabinete de crédito e risco semelhante ao do BCEAO para os bancos.

Bibliografia

Fundo Monetário Internacional, Relatórios nacionais n.º 13/44 e n.º 13/92

BCEAO, Direcção de Micro-Finanças, relatórios sobre instituições microfinanceiras, diversos relatórios

Peter L. Rousseau e Paul Wachtel, "What is happening to the impact of financial deepening on economic growth?", WIDER Discussion paper DP2005/10, 1–2 de Julho de 2005



GUINÉ-BISSAU

RELATÓRIO DO CORPO TÉCNICO SOBRE AS CONSULTAS DE 2013 AO ABRIGO DO ARTIGO IV — ANÁLISE DE SUSTENTABILIDADE DA DÍVIDA

5 de Junho de 2013

Aprovado por
**Roger Nord e Peter
Allum (FMI) e Marcelo
Giugale e Jeffrey Lewis
(Banco Mundial – AID)**

Elaborado pelos corpos técnicos do Fundo Monetário Internacional (FMI) e da Associação Internacional de Desenvolvimento (AID)¹

A presente análise de sustentabilidade da dívida (ASD) de países de baixo rendimento confirma² que a Guiné-Bissau apresenta um risco moderado de sobreendividamento. A despeito de uma conjuntura mais complexa, sobretudo no plano interno, e de um agravamento das perspectivas para a dívida, os indicadores projectados da dívida externa indicam uma vulnerabilidade moderada a choques. A inclusão da dívida pública interna na análise confirma as conclusões da análise de sustentabilidade da dívida externa. Na generalidade, porém, verifica-se um aumento substancial dos riscos. Por conseguinte, a avaliação corrente depende em enorme medida da recuperação pós-crise e do pressuposto de que as autoridades voltem a adoptar políticas prudentes de gestão financeira e da dívida, implementem reformas estruturais e obtenham acesso a empréstimos em condições concessionais.

¹ A ASD foi elaborada em conjunto por técnicos do Banco Mundial e do FMI, em consulta com a Unidade de Gestão da Dívida do Ministério das Finanças da Guiné-Bissau. O exercício fiscal da Guiné-Bissau decorre de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro.

² A ASD anterior foi elaborada em Dezembro de 2011 (Relatório do FMI n.º 11/355).

CONTEXTO

1. **Na generalidade, as perspectivas para a dívida da Guiné-Bissau melhoraram substancialmente desde que o país beneficiou de alívio da dívida considerável, mas verificou-se uma deterioração recente em função de uma conjuntura mais delicada.** Após a implementação da Iniciativa HIPC reforçada em Dezembro de 2010 e da Iniciativa de Alívio da Dívida Multilateral (MDRI) em Maio de 2011, o rácio entre a dívida externa pública e com garantia pública e o PIB diminuiu de 122% (USD 1.066,7 milhões) no final de 2009 para 27,5% (USD 232,4 milhões) no final de 2012 (Tabela de Texto 1). A maior parte da dívida para com credores multilaterais e credores oficiais bilaterais foi cancelada, enquanto 53% da dívida remanescente para com os credores fora do Clube de Paris está a ser objecto de reescalonamento.³ Desde então, a instabilidade política no cenário interno causou uma certa deterioração nas perspectivas para a dívida. A economia passou por uma recessão em 2012, enquanto os parceiros de desenvolvimento, com a excepção dos parceiros regionais, reduziram o seu apoio ao país.

Tabela de Texto 1. Guiné-Bissau: Stock da dívida externa nominal, 2009 – 2012					
	2009	2010	2011	2012	2012
	<i>Milhões de USD</i>				<i>% do total da dívida</i>
Total	1.066,7	189,3	210,9	232,4	100,0
Credores multilaterais	529,9	95,7	117,3	138,8	59,7
<i>Do qual</i>					
FMI	9,9	2,1	9,6	13,3	5,7
AID	303,8	34,5	34,1	33,5	14,4
BAfD	153,5	11,1	11,1	11,2	4,8
BOAD	1,6	15,4	30,0	48,5	20,9
Credores bilaterais	536,5	93,6	93,6	93,6	40,3
Clube de Paris	241,5	2,7	2,7	2,7	1,1
Fora do Clube de Paris	295,1	90,9	90,9	90,9	39,1
Credores comerciais	0,3	0,0	0,0	0,0	0,0

Fontes: Autoridades guineenses e estimativas do corpo técnico do FMI.

2. **O acesso limitado ao financiamento externo oficial compeliu as autoridades a recorrer ao crédito regional em condições menos concessionais.** Desde 2010, as autoridades têm recorrido quase exclusivamente ao endividamento em condições menos favoráveis junto ao Banco Oeste-Africano de Desenvolvimento (BOAD) para financiar os seus projectos de investimento público na construção e reabilitação de estradas, produção de arroz e apoio à segurança alimentar. Por conseguinte, a participação do BOAD no total da dívida cresceu de 0,1% para cerca de 21% nos últimos três anos e pode aumentar ainda mais no futuro próximo caso as autoridades mantenham os seus esforços de investimento e as opções de financiamento externo oficial continuem limitadas.

³ O governo firmou recentemente acordos bilaterais com França e Bélgica e concluiu os acordos de reescalonamento com o Banco Árabe de Desenvolvimento Económico em África, o Banco Islâmico de Desenvolvimento, o Kuwait e a Arábia Saudita. As autoridades continuam empenhadas em finalizar os acordos bilaterais com os restantes credores.

Para os fins da análise de sustentabilidade da dívida, a dívida para com o BOAD é tratada como dívida externa com base no princípio da residência.⁴

3. **A dívida interna pública diminuiu nos últimos anos, mas pode voltar a subir rapidamente tendo em vista o acesso limitado ao financiamento externo.** O rácio dívida interna-PIB diminuiu de 36% no final de 2009 para 26,3% no final de 2011, graças à estratégia das autoridades para a regularização dos atrasados internos. Contudo, os condicionalismos de financiamento resultaram num aumento recente dos atrasados internos e na suspensão da estratégia de eliminação dos mesmos. Acresce que a informação preliminar sobre passivos contingentes indica que há uma garantia explícita do governo para um empréstimo concedido por bancos comerciais regionais à empresa de electricidade e que as autoridades começaram a recorrer ao financiamento dos bancos comerciais regionais para financiar os seus projectos de investimento. Por conseguinte, o rácio entre a dívida interna pública e o PIB ultrapassou os 30% no final de 2012 e é possível que continue a aumentar no futuro.

PRESSUPOSTOS BÁSICOS

4. **As perspectivas macroeconómicas foram revistas para reflectir o impacto de um duplo choque político e económico que ocorreu em 2012.** Para o futuro, o cenário de base presume que a recuperação económica será afectada no curto prazo pela conjuntura política incerta e por atrasos na restauração do apoio dos parceiros tradicionais de desenvolvimento; a médio prazo, porém, uma situação política mais estável deve produzir resultados positivos em termos de estabilização macroeconómica e crescimento económico (Tabela de Texto 2, Caixa 1). Em especial, em comparação aos pressupostos da ASD anterior:

- O crescimento a curto prazo deve ser menor e, a longo prazo, o crescimento deve subir para apenas 4%. Isto presume a implementação de políticas macroeconómicas sólidas e de reformas estruturais e a continuação dos esforços de investimento das autoridades, ainda que condicionados à limitação de recursos.
- O saldo orçamental primário deve melhorar, registando um excedente em 2013 e um défice de cerca de 0,2% do PIB a longo prazo, como reflexo dos esforços das autoridades para criar uma margem de manobra orçamental num contexto de acesso limitado ao endividamento.
- O défice da conta corrente externa líq. de juros deve melhorar no longo prazo como reflexo de uma revisão em alta do saldo orçamental e de um crescimento ligeiramente menor das importações.

⁴ Segundo o Memorando Técnico de Entendimento do programa apoiado por um acordo recente no âmbito da Facilidade de Crédito Alargado (ECF), a dívida expressa em francos CFA é considerada dívida interna para fins da política de limites de endividamento (relatório do FMI n.º 11/335).

Tabela de Texto 2. Guiné-Bissau: Evolução dos principais indicadores macroeconómicos				
	2011	2012	2013	Longo prazo ^{1/}
Crescimento do PIB real (percentagem)				
ASD anterior	5,3	4,5	4,7	4,5
ASD actual	5,3	-1,5	3,5	4,0
Saldo orçamental primário (percentagem do PIB)				
ASD anterior	-2,6	-1,1	-1	-1,8
ASD actual	-1,9	-2,8	0,8	-0,2
Défice da conta corrente líq. de juros (% do PIB)				
ASD anterior	6,2	7	6,4	4
ASD actual	1,1	6,5	5,5	2,4
Crescimento das exportações (percentagem)				
ASD anterior	98,9	-23,6	2,4	6,3
ASD actual	85,6	-44,4	23,7	6,3
Fontes: Autoridades guineenses e estimativas do corpo técnico do FMI.				
^{1/} O valor do indicador a longo prazo é definido como a média dos últimos 15 anos das projecções.				

Caixa 1. Pressupostos Macroeconómicos

No médio prazo (2013–18), as projecções são coerentes com o enquadramento macroeconómico das consultas de 2013 ao abrigo do Artigo IV. **No longo prazo (2019–33)** as projecções presumem um ambiente político mais estável, o crescimento contínuo das exportações de caju e resultados positivos em termos de estabilização macroeconómica e crescimento económico, graças ao aumento do investimento público e das políticas adoptadas nos anos anteriores.

O crescimento do PIB real deve subir de -1,5% em 2012 para 3,5% em 2013, caindo para cerca de 3% no médio prazo antes de estabilizar ao redor dos 4% no longo prazo. A actividade económica deve ser afectada, no médio prazo, pela fragilidade da conjuntura política, mas no longo prazo deve beneficiar da implementação de projectos de investimento na agricultura e nas infra-estruturas, bem como das reformas estruturais que visam aumentar a eficiência e a competitividade e melhorar o ambiente de negócios.

A inflação (medida pelo deflator do PIB) deve estabilizar em cerca de 1,3% no médio prazo, subindo para cerca de 2,3% no longo prazo.

O défice orçamental primário deve apresentar uma ligeira melhora no médio prazo, de 2,8% do PIB em 2012 para 0,3%, graças às melhorias na gestão financeira pública e aos esforços de contenção das despesas correntes. No longo prazo, tal défice deve permanecer próximo dos 0,2% do PIB. No curto prazo, a **dívida interna pública** deve apresentar um ligeiro aumento, de 30,9% em 2012 para 32,2% em 2013. No longo prazo, a dívida interna deve diminuir para cerca de 5% como reflexo do compromisso das autoridades em prosseguir uma estratégia prudente de endividamento e efectuar o pagamento regular dos atrasados remanescentes.

O défice da conta corrente externa excl. juros deve diminuir de 5,5% do PIB em 2013 para 2,4% do PIB em 2018. No longo prazo, o défice da conta corrente deve estabilizar em cerca de 2,4%, como reflexo do melhor desempenho orçamental e das exportações.

O investimento directo estrangeiro líquido deve baixar no médio prazo para cerca de 0,6% ao ano e em seguida subir para cerca de 1,3% do PIB ao ano, graças à estabilização da situação política, a um ambiente de negócios mais favorável e às melhorias nas infra-estruturas.

Os fluxos líquidos da ajuda (donativos oficiais e empréstimos em condições concessionais) devem recuar para cerca de 6% do PIB no médio e longo prazo em função do apoio apenas limitado dos parceiros de desenvolvimento¹ aos esforços da Guiné-Bissau para o desenvolvimento das infra-estruturas e as reformas. Presume-se que os empréstimos concessionais sejam concedidos nas condições usuais, ou seja, taxa de juro de 0,25% e maturidades de 40 anos (AID) e 50 anos (BAfD), com 10 anos de carência. A médio prazo, presume-se que parte do novo endividamento externo seja contraído em condições menos concessionais, e que este tipo de endividamento aumente moderadamente à medida que o acesso ao financiamento concessional continue limitado. A médio e longo prazo, porém, a ASD presume que as autoridades beneficiarão de alguns empréstimos concessionais, especialmente junto aos credores multilaterais, e que o acesso à dívida comercial será apenas temporário. Nesse contexto, o elemento concessional médio dos novos desembolsos deve subir de 21% em 2013 para cerca de 30% no longo prazo. O cenário de base para a dívida presume que todos os credores concederão alívio da dívida HIPC e complementação, e que a dívida remanescente será reescalada (Tabela de Texto 1).

¹ A expectativa é que a ajuda de alguns parceiros de desenvolvimento seja canalizada através de organizações não-governamentais. Por conseguinte, projecta-se que os fluxos de ajuda privada aumentem de cerca de 1% do PIB em 2012 para 3% do PIB no médio prazo.

5. **O valor actual (VA) da dívida externa aumentou após a revisão da taxa de desconto utilizada no modelo da ASD.** A taxa de desconto foi ajustada de 4% para 3% em 2012 para reflectir a evolução da sua taxa de referência, ou seja, a taxa de juro comercial de referência do dólar norte-americano. Em consequência, os indicadores da dívida da Guiné-Bissau em termos de valor actual

foram corrigidos em alta, e as perspectivas para a dívida pioraram. Por exemplo, mantidas as demais condições, um declínio de um ponto percentual (p.p.) da taxa de desconto produz um aumento de cerca de 2 p.p. do rácio VA da dívida-PIB da Guiné-Bissau.

6. **Surgiram novos riscos para o cenário de base.** No plano interno, um período prolongado de instabilidade política poderia enfraquecer a confiança da população e dos parceiros comerciais e de desenvolvimento, conduzindo a uma desaceleração da recuperação económica e a exportações abaixo do esperado. Em contrapartida, um período de transição bem sucedido e a estabilização política poderiam acelerar a recuperação económica. De modo geral, porém, muito vai depender da disponibilidade de financiamento externo em condições concessionais, bem como da capacidade das autoridades para gerir a dívida e implementar os projectos de investimento e as reformas estruturais. No plano externo, uma deterioração da conjuntura poderia resultar em exportações e remessas inferiores ao esperado.⁵

SUSTENTABILIDADE DA DÍVIDA EXTERNA E PÚBLICA

A. Análise da Sustentabilidade da Dívida Externa

7. **A expectativa é que todos os indicadores da dívida permaneçam abaixo dos seus respectivos limiares⁶ no cenário de base, com uma única excepção, mas no cenário de choque mais extremo⁷ três indicadores ultrapassam os limiares por uma margem significativa** (Figura 1, Tabelas 1 e 2). No cenário de base, um indicador da carga da dívida – VA da dívida-exportações – ultrapassa o respectivo limiar por uma margem limitada no início do período das projecções. Em função disso, a Guiné-Bissau poderia ser classificada como um país de alto risco, mas estima-se que a ultrapassagem seja temporária, pois as melhorias na infra-estrutura rodoviária e alguma diversificação na produção devem conduzir a um aumento robusto das exportações a médio prazo. Para além disso, os recentes investimentos financiados pela contratação de dívidas ocorreram num contexto de disponibilidade restrita de donativos para projectos, que deve mudar no médio prazo. Os testes de stress indicam, porém, que a economia continua vulnerável a uma quebra nas exportações e a um choque pontual de depreciação da moeda. O rácio VA da dívida-exportações registaria um aumento significativo, de cerca de 122% em 2013 para 306% em 2015, permanecendo muito acima do limiar relativo durante todo o período das projecções. Os rácios VA da dívida-PIB e VA da dívida-receitas ultrapassariam os limiares relativos na primeira metade do período das projecções. Outros indicadores são igualmente sensíveis ao cenário de choque mais extremo, mas não ultrapassam os limiares correspondentes.

⁵ A inclusão na análise das remessas, que representam em média 2,5% do PIB, produz alterações mínimas nos indicadores da carga da dívida.

⁶ Os limiares de sustentabilidade da dívida são definidos pela pontuação média trianual (2009–11) da Avaliação Institucional e de Políticas Nacionais (CPIA); a Guiné-Bissau é classificada como um país com políticas e quadros institucionais de baixa qualidade (pontuação de 2,7).

⁷ O choque mais extremo é calibrado como um choque das exportações em 2014–2015 igual à média histórica (2003–2012) do crescimento das exportações menos um desvio-padrão (no mesmo período) ou uma depreciação pontual de 30% da taxa de câmbio nominal.

8. **Na avaliação actual, as perspectivas para a dívida são consideravelmente piores do que na ASD anterior.** Em comparação à ASD anterior, verifica-se uma deterioração significativa dos três indicadores da carga da dívida por causa de um enquadramento macroeconómico menos favorável. Ao mesmo tempo, os dois indicadores do serviço da dívida mostram tendências menos favoráveis do que na ASD anterior após o ano de 2020, partindo da conclusão que o desfecho dos acordos de reescalonamento com os credores fora do Clube de Paris foi menos benéfico do que o originalmente esperado.

B. Análise da Sustentabilidade da Dívida Pública

9. **Os indicadores do total da dívida pública (externa e interna) devem declinar gradativamente** (Figura 2, Tabelas 3 e 4). No cenário de base, o rácio VA da dívida-PIB cairia de cerca de 56% em 2013 para 16% em 2033, o rácio VA da dívida-receitas cairia de 334% para 90% e o rácio serviço da dívida-receitas diminuiria de 11% em 2013 para 5% no final do período das projecções. De início, esses indicadores subiriam em comparação à ASD anterior como reflexo da deterioração da conjuntura económica e da negociação de acordos de reescalonamento em condições menos favoráveis do que o esperado, mas a estratégia prudente de endividamento adoptada pelas autoridades e o acesso limitado ao financiamento externo resultariam numa redução mais paulatina desses indicadores posteriormente.

10. **Podem surgir riscos moderados para o cenário de base caso as principais variáveis macroeconómicas permaneçam inalteradas em relação aos seus níveis históricos.**⁸ No cenário histórico, os rácios VA da dívida-PIB e VA da dívida-receitas teriam um declínio ligeiro, permanecendo em torno dos 53% e 275%, respectivamente, em 2033. O rácio serviço da dívida-receitas deve subir e permanecer próximo dos 11% após 2026. Outros testes de stress não indicam presença de vulnerabilidade significativa. Os riscos advindos dos passivos contingentes, que podem ser representados por um aumento de cerca de 20% do PIB nos outros fluxos criadores de dívida, parecem também contidos.

CONCLUSÃO

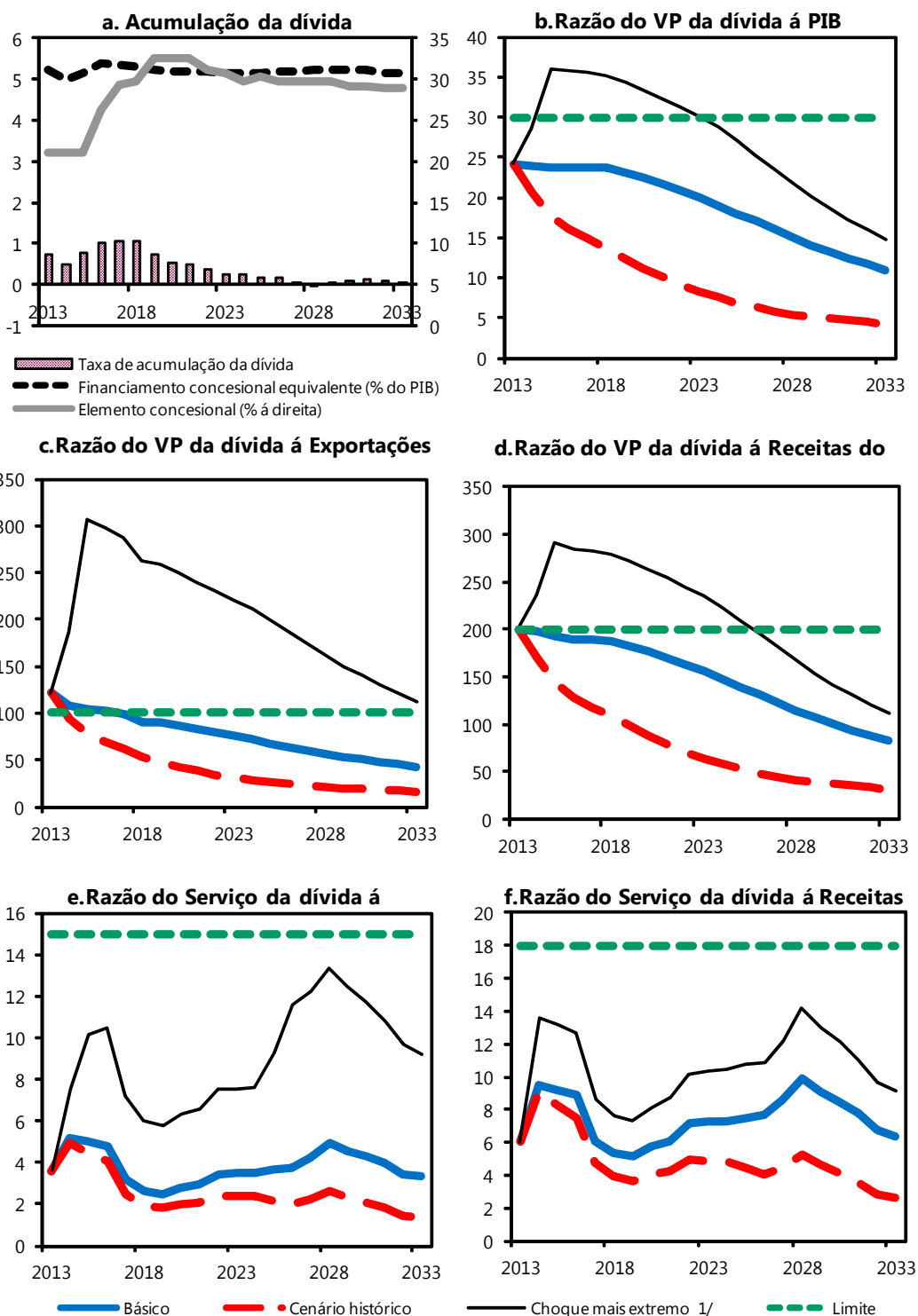
11. **Na opinião do corpo técnico, a Guiné-Bissau continua a enfrentar um risco moderado de sobreendividamento partindo dos pressupostos de recuperação económica gradual a médio prazo, políticas sólidas e prosseguimento das reformas estruturais.** Embora as perspectivas para a dívida externa tenham piorado em comparação à avaliação anterior, o cenário de base indica uma ultrapassagem ligeira e temporária de um limiar indicativo no início do período das projecções, enquanto os testes de stress resultam na ultrapassagem de três limiares. A ultrapassagem do limiar do rácio dívida-exportações no cenário de base resulta dos esforços em curso para melhorar as infra-estruturas do país e a sua base de exportação. Isto justifica a manutenção do risco moderado de sobreendividamento por enquanto. A inclusão da dívida interna

⁸ O crescimento do PIB real e o saldo orçamental primário (como percentagem do PIB) permaneceriam às suas médias de 10 anos, ou seja, 2,6% e -3,5%, respectivamente.

pública na análise confirma que, de momento, a posição de endividamento do país apresenta uma vulnerabilidade moderada a choques. Todavia, verifica-se um aumento substancial dos riscos, e a sustentabilidade da dívida depende em enorme medida da normalização da situação política e de políticas sólidas de gestão macroeconómica e da dívida num contexto de acesso limitado ao financiamento.

12. **As autoridades concordam com a generalidade das conclusões e recomendações de políticas do corpo técnico.** Concordam que a sustentabilidade da dívida depende fundamentalmente da capacidade de aceder ao financiamento em condições concessionais, das melhorias no crescimento económico potencial, de políticas macroeconómicas sólidas e da prudência na gestão da dívida. Contudo, observaram que, caso seja difícil obter acesso ao financiamento concessional, o país talvez tenha que recorrer a empréstimos em condições menos concessionais para financiar as reformas estruturais e os projectos de investimento.

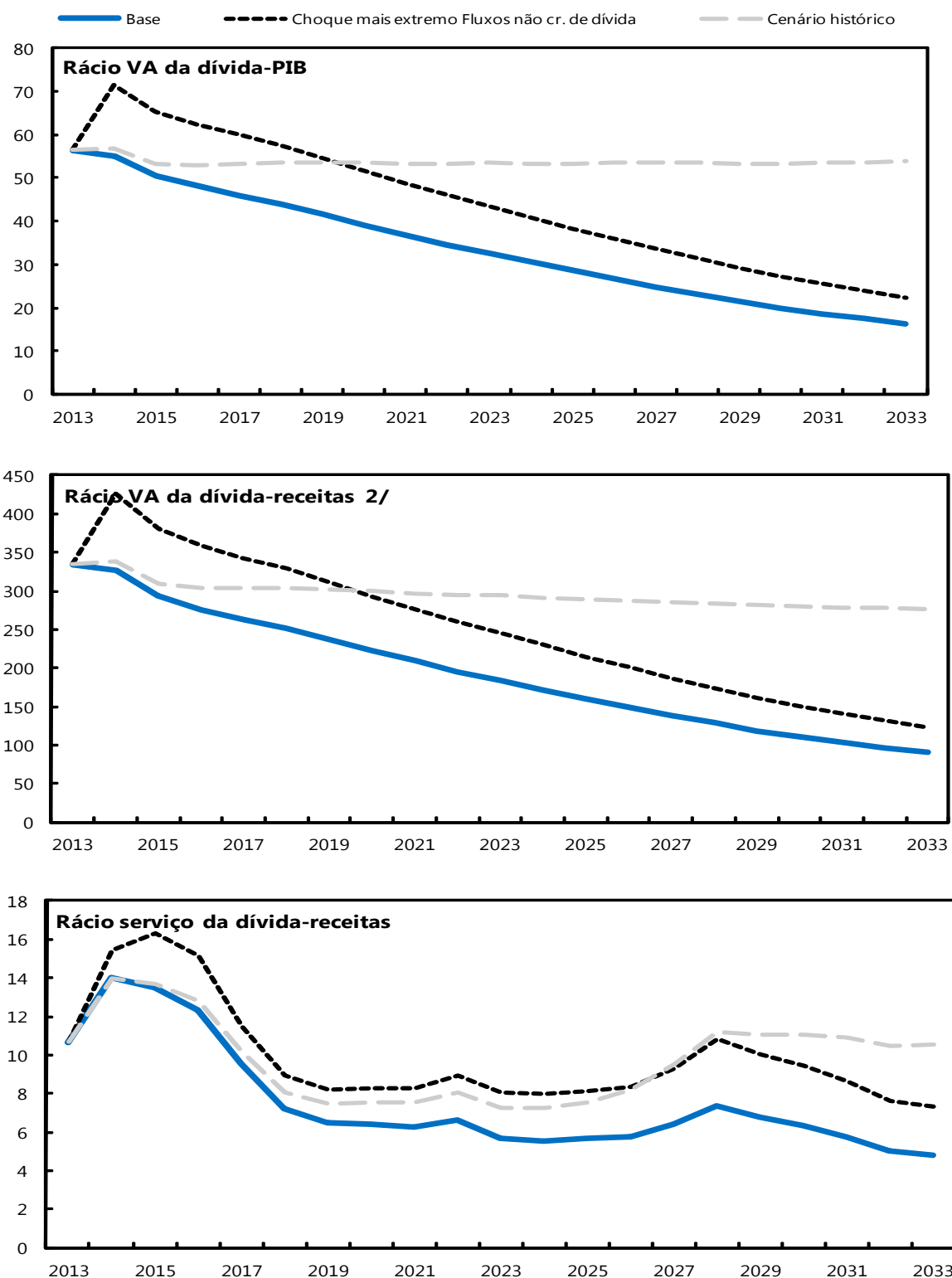
Figura 1. Guiné-Bissau: Indicadores da Dívida Externa Pública e com Garantia Pública em Cenários Alternativos, 2013—2033 1/



Fonte: Estimções e projeções do equipo de funcionários do Fundo.

1/ O teste de stress mais extremo é o que produz o rácio mais elevado em 2023. Em b. corresponde ao choque Exportações; em c. ao choque Exportações; em d. ao choque Exportações ; em e. ao choque Exportações e em f. ao choque Depreciação pontual.

Figura 2. Guiné-Bissau: Indicadores da Dívida Pública em Cenários Alternativos, 2013-2033 1/



Fontes: Autoridades nacionais e estimativas e projecções do corpo técnico do FMI.

1/ O teste de stress mais extremo é o que produz o rácio mais elevado em 2023.

2/ A definição das receitas inclui os donativos.

Tabela 1. Guiné-Bissau: Quadro da Análise da Sustentabilidade da Dívida Externa, Cenário de Base, 2010-2033 1/
(Porcentagem do PIB, salvo indicação em contrário)

	Efectivo			Média Histórica	Desvio Padrão	6/ 2013	Projeções						2019-2033 Média			
	2010	2011	2012				2014	2015	2016	2017	2018	2013-2018 Média		2023	2033	
Dívida externa, valor nominal 1/	22,704	23,0	27,5			27,0	26,7	26,5	26,5	26,5	26,3		21,4	13,0		
d/q: pública ou com garantia pública (PGP)	22,704	23,0	27,5			27,0	26,7	26,5	26,5	26,5	26,3		21,4	13,0		
Variação da dívida externa	-99,22	0,3	4,5			-0,6	-0,3	-0,2	0,1	0,0	-0,3		-1,0	-0,7		
Fluxos líquidos identificados criadores de dívida	4,9124	-4,6	9,9			4,4	3,8	3,5	2,2	1,7	1,2		0,5	0,8		
Déficit da conta corrente liq. de juros	8,4539	1,1	6,5	2,7	3,8	5,5	4,5	4,3	3,0	2,8	2,6		3,8	2,5	2,5	2,4
Déficit da balança de bens e serviços	15,399	8,2	14,3			14,2	12,6	12,0	11,1	11,7	10,8		8,1	7,9		
Exportações	16,504	26,5	17,3			19,9	22,2	22,9	23,3	24,2	26,1		26,6	25,6		
Importações	31,903	34,7	31,6			34,1	34,8	34,8	34,4	35,8	36,9		34,7	33,6		
Transferências correntes líquidas (negativo = ingresso)	-6,946	-7,1	-7,9	-9,5	1,8	-8,3	-8,1	-7,6	-8,1	-8,9	-8,3		-8,3	-7,9	-8,2	
d/q: oficiais	-3,514	-3,5	-3,8			-4,3	-3,4	-1,9	-1,9	-1,9	-1,9		-1,9	-1,6		
Outros fluxos da conta corrente (negativo = ingresso líquido)	0,0004	0,0	0,1			-0,4	0,0	0,0	-0,1	0,0	0,1		2,6	2,5		
IDE líquido (negativo = ingresso)	-3,317	-2,6	-0,7	-1,9	1,0	-0,7	-0,5	-0,5	-0,5	-0,5	-0,6		-1,4	-1,5	-1,3	
Dinâmica endógena da dívida 2/	-0,225	-3,0	4,1			-0,4	-0,2	-0,3	-0,3	-0,5	-0,7		-0,6	-0,2		
Contribuição da taxa de juro nominal	0,1043	0,1	0,0			0,5	0,5	0,4	0,4	0,3	0,2		0,3	0,3		
Contribuição do crescimento do PIB real	-4,222	-1,0	0,4			-0,9	-0,7	-0,7	-0,8	-0,8	-0,9		-0,8	-0,5		
Contribuição das variações de preços e taxas de câmbio	3,8935	-2,0	3,7				
Residual (3-4) 3/	-104,1	4,9	-5,3			-4,9	-4,1	-3,7	-2,1	-1,8	-1,5		-1,5	-1,5		
d/q: financiamento excepcional	-106,6	0,0	0,0			0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		0,0	0,0		
VA da dívida externa 4/	...	35,9	24,6			24,2	24,0	23,8	23,7	23,8	23,7		20,1	11,0		
Em percentagem das exportações	...	135,6	141,9			121,6	108,1	104,0	101,9	98,4	90,8		75,4	42,7		
VA da dívida externa PGP	...	35,9	24,6			24,2	24,0	23,8	23,7	23,8	23,7		20,1	11,0		
Em percentagem das exportações	...	135,6	141,9			121,6	108,1	104,0	101,9	98,4	90,8		75,4	42,7		
Em percentagem da receita pública	224,2			200,1	198,2	192,2	189,3	188,9	187,8		156,6	82,5		
Rácio serviço da dívida-exportações (percentagem)	8,0466	0,6	1,2			3,6	5,2	5,0	4,8	3,2	2,6		3,5	3,3		
Rácio serviço da dívida PGP-exportações (percentagem)	8,0466	0,6	1,2			3,6	5,2	5,0	4,8	3,2	2,6		3,5	3,3		
Rácio serviço da dívida PGP-receitas (percentagem)	12,321	1,3	1,9			6,0	9,5	9,2	8,9	6,1	5,4		7,2	6,4		
Total da necessidade bruta de financiamento (milhões de USD)	54,108	-13,6	49,4			48,9	47,1	46,6	35,8	31,2	28,4		27,8	51,3		
Déficit da conta corrente liq. de juros que estabiliza o rácio da dívida	107,67	0,8	2,0			6,1	4,8	4,5	3,0	2,8	2,8		3,4	3,2		
Principais pressupostos macroeconómicos																
Crescimento do PIB real (percentagem)	3,4725	5,3	-1,5	2,6	1,9	3,5	2,7	2,8	3,1	3,3	3,7		3,2	4,0	4,0	4,0
Deflador do PIB em USD (variação percentual)	-3,095	9,9	-13,8	5,0	10,3	4,0	0,3	0,2	1,5	1,0	1,0		1,3	1,5	3,0	2,3
Taxa de juro efectiva (percentagem) 5/	0,0857	0,3	0,1	0,7	0,5	1,9	1,7	1,7	1,7	1,2	0,8		1,5	1,4	2,0	1,7
Crescimento das exportações de B&S (USD, percentagem)	6,6899	85,6	-44,4	13,1	34,0	23,7	14,7	6,5	6,5	8,1	13,2		12,1	6,3	6,6	6,3
Crescimento das importações de B&S (USD, percentagem)	-0,446	25,7	-22,5	12,4	14,6	16,1	5,1	3,3	3,4	8,5	7,8		7,4	6,1	6,6	5,8
Elemento concessional do novo endividamento público (percentagem)	21,2	21,2	21,2	26,4	29,4	29,7		24,8	30,8	29,0	30,4
Receita pública (excluindo donativos, percentagem do PIB)	10,8	11,5	11,0			11,8	12,1	12,4	12,5	12,6	12,6		12,8	13,3	13,0	
Fluxos de ajuda (milhões de USD) 7/	90,3	93,0	49,3			44,9	43,2	45,3	51,7	54,9	57,2		73,1	140,2		
d/q: donativos	80,9	73,0	49,0			44,9	43,2	45,3	48,3	50,4	52,7		69,1	134,2		
d/q: empréstimos concessionais	9,4	20,0	0,2			0,0	0,0	0,0	3,4	4,6	4,5		4,0	6,0		
Financiamento equivalente a donativos (percentagem do PIB) 8/			5,2	5,0	5,1	5,4	5,4	5,3		5,2	5,1	5,2	
Financiamento equivalente a donativos (percentagem do financiamento externo) 8/			88,4	84,2	81,3	79,3	83,1	84,4		89,8	90,0	88,7	
<i>Por memória:</i>																
PIB nominal (milhões de USD)	836,9	968,6	823,2			886,5	912,6	940,8	984,3	1026,9	1074,7		971,0	1408,5	2734,7	1791,8
Crescimento do PIB nominal em USD	0,3	15,7	-15,0			7,7	2,9	3,1	4,6	4,3	4,7		4,6	5,6	7,1	6,4
VA da dívida externa PGP (milhões de USD)	207,5			213,6	218,0	224,9	234,6	245,0	255,7		283,7	300,8		
(VAT-VAT-1)/PIB-1 (percentagem)			0,7	0,5	0,8	1,0	1,1	1,0		0,9	0,3	0,1	0,2
Remessas brutas de trabalhadores (milhões de USD)	21,7	23,8	23,2			24,6035	25,2295	25,9946	26,7699	27,9273	29,2		38,3	74,4		
VA da dívida externa PGP (percentagem do PIB + remessas)	...	35,9	23,9			23,5	23,3	23,2	23,1	23,1	23,1		19,5	10,7		
VA da dívida externa PGP (percentagem das exportações + remessas)	...	135,6	122,0			106,7	96,1	92,8	91,2	88,4	82,2		68,4	38,6		
Serviço da dívida externa PGP (percentagem das exportações + remessas)	...	35,9	1,0			3,2	4,6	4,5	4,3	2,8	2,3		3,2	3,0		

Fontes: Autoridades nacionais e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

1/ Inclui a dívida externa dos sectores público e privado.

2/ Deriva-se como $[r - g - r(1+g)] / (1+g+gr)$ multiplicado pelo rácio da dívida do período anterior, onde r = taxa de juro nominal; g = taxa de crescimento do PIB real e r = taxa de crescimento do deflador do PIB em USD.

3/ Inclui o financiamento excepcional (i.e., var. dos atrasados e alívio da dívida); var. dos ativos externos brutos; donativos de capital e variações de valor. Para as projeções, inclui também a contribuição das var. de preços e taxas de câmbio.

4/ Presume que o VA da dívida do sector privado seja igual ao seu valor nominal.

5/ Pagamentos de juros do ano corrente divididos pelo stock da dívida do período anterior.

6/ As médias históricas e os desvios-padrão são em geral derivados com base nos últimos 10 anos, dependendo da disponibilidade de dados.

7/ Definido como donativos, empréstimos concessionais e alívio da dívida.

8/ O financiamento equivalente a donativos inclui os donativos concedidos ao governo por via directa e através de novos empréstimos (diferença entre o valor nominal e o VA da nova dívida).

Tabela 2. Guiné-Bissau: Análise da Sensibilidade dos Principais Indicadores da Dívida Externa Pública e com Garantia Pública, 2013-2033 (Em percentagem)								
	Projeções							
	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2023	2033
Rácio VA da dívida-PIB								
Base	24	24	24	24	24	24	20	11
A. Cenários alternativos								
A1.Principais variáveis às médias históricas em 2013-2033 1/	24	21	18	16	15	14	8	4
A2.Novos empréstimos do sector público em condições menos favoráveis em 2013-2033 2/	24	24	25	25	26	26	23	15
B. Testes de stress								
B1. Crescimento do PIB real à média histórica menos um desvio padrão em 2014-2015	24	24	25	25	25	25	21	11
B2. Crescimento do valor das exportações à média histórica menos um desvio padrão em 2014-2015 3/	24	29	36	36	36	35	30	15
B3. Deflator do PIB em USD à média histórica menos um desvio padrão em 2014-2015	24	25	27	27	27	27	23	12
B4. Fluxos liq. não criadores de dívida à média histórica menos um desvio padrão em 2014-2015 4/	24	24	24	24	24	23	20	11
B5. Combinação de B1-B4 usando um choque de meio desvio padrão	24	26	29	29	29	29	24	13
B6. Depreciação pontual e nominal de 30% em relação ao cenário de base em 2014 5/	24	34	34	34	34	34	29	16
Rácio VA da dívida-exportações								
Base	122	108	104	102	98	91	75	43
A. Cenários alternativos								
A1.Principais variáveis às médias históricas em 2013-2033 1/	122	93	77	69	61	52	31	16
A2.Novos empréstimos do sector público em condições menos favoráveis em 2013-2033 2/	122	109	108	108	106	100	87	58
B. Testes de stress								
B1. Crescimento do PIB real à média histórica menos um desvio padrão em 2014-2015	122	108	104	102	99	91	76	43
B2. Crescimento do valor das exportações à média histórica menos um desvio padrão em 2014-2015 3/	122	186	306	299	287	263	220	112
B3. Deflator do PIB em USD à média histórica menos um desvio padrão em 2014-2015	122	108	104	102	99	91	76	43
B4. Fluxos liq. não criadores de dívida à média histórica menos um desvio padrão em 2014-2015 4/	122	108	103	101	98	90	75	43
B5. Combinação de B1-B4 usando um choque de meio desvio padrão	122	137	162	159	153	141	117	64
B6. Depreciação pontual e nominal de 30% em relação ao cenário de base em 2014 5/	122	108	104	102	99	91	76	43
Rácio VA da dívida-receitas								
Base	200	198	192	189	189	188	157	82
A. Cenários alternativos								
A1.Principais variáveis às médias históricas em 2013-2033 1/	200	171	143	128	117	108	64	31
A2.Novos empréstimos do sector público em condições menos favoráveis em 2013-2033 2/	200	200	199	201	204	206	182	113
B. Testes de stress								
B1. Crescimento do PIB real à média histórica menos um desvio padrão em 2014-2015	200	201	201	198	197	196	164	86
B2. Crescimento do valor das exportações à média histórica menos um desvio padrão em 2014-2015 3/	200	236	291	285	282	279	235	111
B3. Deflator do PIB em USD à média histórica menos um desvio padrão em 2014-2015	200	209	216	213	213	211	176	93
B4. Fluxos liq. não criadores de dívida à média histórica menos um desvio padrão em 2014-2015 4/	200	198	190	188	187	186	155	82
B5. Combinação de B1-B4 usando um choque de meio desvio padrão	200	214	234	230	229	227	190	96
B6. Depreciação pontual e nominal de 30% em relação ao cenário de base em 2014 5/	200	282	275	271	271	269	224	118

Tabela 2. Guiné-Bissau: Análise da Sensibilidade dos Principais Indicadores da Dívida Externa Pública e com Garantia Pública, 2013-2033 (continuação)								
(Em percentagem)								
	Projeções							
	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2023	2033
Rácio serviço da dívida-exportações								
Base	4	5	5	5	3	3	3	3
A. Cenários alternativos								
A1.Principais variáveis às médias históricas em 2013-2033 1/	4	5	4	4	2	2	2	1
A2.Novos empréstimos do sector público em condições menos favoráveis em 2013-2033 2/	4	5	5	5	3	3	4	4
B. Testes de stress								
B1. Crescimento do PIB real à média histórica menos um desvio padrão em 2014-2015	4	5	5	5	3	3	3	3
B2. Crescimento do valor das exportações à média histórica menos um desvio padrão em 2014-2015 3/	4	8	10	10	7	6	8	9
B3. Deflator do PIB em USD à média histórica menos um desvio padrão em 2014-2015	4	5	5	5	3	3	3	3
B4. Fluxos líq. não criadores de dívida à média histórica menos um desvio padrão em 2014-2015 4/	4	5	5	5	3	3	3	3
B5. Combinação de B1-B4 usando um choque de meio desvio padrão	4	6	7	7	4	4	5	5
B6. Depreciação pontual e nominal de 30% em relação ao cenário de base em 2014 5/	4	5	5	5	3	3	3	3
Rácio serviço da dívida-receitas								
Base	6	10	9	9	6	5	7	6
A. Cenários alternativos								
A1.Principais variáveis às médias históricas em 2013-2033 1/	6	9	8	8	5	4	5	3
A2.Novos empréstimos do sector público em condições menos favoráveis em 2013-2033 2/	6	10	9	9	7	6	9	8
B. Testes de stress								
B1. Crescimento do PIB real à média histórica menos um desvio padrão em 2014-2015	6	10	10	9	6	6	8	7
B2. Crescimento do valor das exportações à média histórica menos um desvio padrão em 2014-2015 3/	6	10	10	10	7	6	8	9
B3. Deflator do PIB em USD à média histórica menos um desvio padrão em 2014-2015	6	10	10	10	7	6	8	7
B4. Fluxos líq. não criadores de dívida à média histórica menos um desvio padrão em 2014-2015 4/	6	10	9	9	6	5	7	6
B5. Combinação de B1-B4 usando um choque de meio desvio padrão	6	10	10	10	7	6	8	8
B6. Depreciação pontual e nominal de 30% em relação ao cenário de base em 2014 5/	6	14	13	13	9	8	10	9
Por memória								
Elemento concessional presumido para o fin. residual (i.e., financiamento requerido acima do cenário de base) 6	33	33	33	33	33	33	33	33
Fontes: Autoridades nacionais e estimativas e projecções do corpo técnico do FMI.								
1/ As variáveis incluem crescimento do PIB real, crescimento do deflator do PIB (em USD), conta corrente líquida de juros em percentagem do PIB e fluxos não criadores de dívida.								
2/ Presume-se que a taxa de juro do novo financiamento seja 2 p.p. mais alta que no cenário de base, enquanto a carência e a maturidade são iguais às do cenário de base.								
3/ As exportações mantêm-se permanentemente no nível mais baixo do que no cenário de base, embora presuma-se que o rácio conta corrente-PIB volte ao seu nível básico depois do choque (está implícito um ajustamento compensatório nos níveis de importação).								
4/ Inclui as transferências oficiais e privadas e o IDE.								
5/ A depreciação é definida como um declínio percentual na taxa entre o dólar e a moeda nacional que nunca ultrapassa os 100%.								
6/ É válido em todos os cenários excepto A2 (financiamento menos favorável), no qual as condições do novo financiamento são as definidas na nota 2.								

Tabela 3. Guiné-Bissau: Quadro da Análise da Sustentabilidade da Dívida Pública, Cenário de Base, 2010-33
(Porcentagem do PIB, salvo indicação em contrário)

	Efectivo				Média	Desvio	Estimativa	Projeções						2019-33				
	2008	2009	2010	2011				2012	Histórica 5/	Padrão 6/	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Média	2023
Dívida do sector público 1/	167,5	157,9	52,6	49,3	58,4			59,2	57,6	53,1	50,8	48,7	46,6		34,0	18,3		
d/q: expressa em moeda estrangeira	132,7	121,9	22,7	23,0	27,5			27,0	26,7	26,5	26,5	26,5	26,3		21,4	13,0		
Varição da dívida do sector público	-11,0	-9,6	-105,3	-3,3	9,1			0,8	-1,5	-4,5	-2,3	-2,1	-2,1		-2,1	-1,1		
Fluxos criadores de dívida identificados	-12,1	-18,3	-100,3	-2,7	7,4			-2,4	-0,3	0,5	-1,1	-1,0	-1,2		-1,3	-1,1		
Défi ce primário	0,8	-3,0	1,8	1,9	2,8	3,5	3,5	-0,8	0,7	0,5	0,5	0,5	0,6	0,3	0,3	0,0	0,2	
Receitas e donativos	23,7	24,8	20,4	19,1	16,9			16,9	16,8	17,2	17,4	17,5	17,5		17,7	18,2		
d/q: donativos	14,5	15,8	9,7	7,5	6,0			5,1	4,7	4,8	4,9	4,9	4,9		4,9	4,9		
Despesas primárias (líquidas de juros)	24,5	21,8	22,3	21,0	19,7			16,1	17,6	17,7	17,9	18,0	18,1		18,0	18,1		
Dinâmica automática da dívida	-11,7	-13,9	4,5	-4,7	4,6			-1,6	-1,1	...	-1,6	-1,5	-1,7		-1,6	-1,0		
Contribuição do diferencial taxa de juro-crecimento	-20,4	-5,3	-7,6	-4,7	4,6			-1,5	-1,2	-1,2	-1,6	-1,5	-1,7		-1,6	-1,0		
d/q: contribuição da taxa de juro real média	-14,8	-0,4	-2,3	-2,1	3,9			0,5	0,3	0,4	0,0	0,1	0,0		-0,2	-0,3		
d/q: contribuição do crescimento do PIB real	-5,6	-4,9	-5,3	-2,7	0,7			-2,0	-1,5	-1,6	-1,6	-1,6	-1,7		-1,4	-0,7		
Contribuição da depreciação da taxa de câmbio real	8,7	-8,6	12,1	0,1	0,0			-0,1	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0			
Outros fluxos criadores de dívida identificados	-1,3	-1,4	-106,6	0,0	0,0			0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		0,0	0,0		
Receitas das privatizações (negativo)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0			0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		0,0	0,0		
Reconhecimento de passivos contingentes ou implícitos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0			0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		0,0	0,0		
Alívio da dívida (HIPC e outros)	-1,3	-1,4	-106,6	0,0	0,0			0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		0,0	0,0		
Outros (descrever, e.g. recapitalização da banca)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0			0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		0,0	0,0		
Residual, inclui variação de activos	1,1	8,7	-5,0	-0,6	1,7			3,2	-1,2	-5,0	-1,2	-1,1	-0,9		-0,9	0,0		
Outros indicadores da sustentabilidade																		
VA da dívida do sector público	55,4			56,4	55,0	50,5	48,0	45,9	44,1		32,6	16,3		
d/q: expressa em moeda estrangeira	24,6			24,2	24,0	23,8	23,7	23,8	23,7		20,1	11,0		
d/q: externa	24,6			24,2	24,0	23,8	23,7	23,8	23,7		20,1	11,0		
VA dos passivos contingentes (não incl. na dívida do sector público)		
Necessidade bruta de financiamento 2/	19,5	15,3	16,2	9,8	10,8			7,7	9,2	8,4	7,6	6,7	5,9		3,3	0,8		
Rácio VA da dívida do sector público-receitas (em percentagem)	505,8			477,5	454,6	407,3	383,0	365,2	349,1		254,3	122,9		
d/q: externa 3/	224,2			200,4	198,2	192,2	189,3	188,9	187,8		156,6	82,5		
Rácio serviço da dívida-receitas e donativos (em percentagem) 4/	22,4	17,3	7,8	2,0	4,2			10,7	14,0	13,5	12,4	9,5	7,2		5,7	4,8		
Rácio serviço da dívida-receitas (em percentagem) 4/	57,8	47,6	14,8	3,3	6,5			15,2	19,5	18,7	17,2	13,2	10,0		7,8	6,5		
Défi ce primário que estabiliza o rácio dívida-PIB			107,1	5,2	-6,3			-1,6	2,2	5,0	2,8	2,7	2,6		2,4	1,0		
Principais pressupostos macroeconómicos e orçamentais																		
Crescimento do PIB real (em percentagem)	3,2	3,0	3,5	5,3	-1,5	2,6	1,9	3,5	2,7	2,8	3,1	3,3	3,7	3,2	4,0	4,0	4,0	4,0
Taxa de juro nominal média da dívida externa (em percentagem)	1,2	1,0	0,1	0,3	0,1	0,7	0,5	1,9	1,7	1,7	1,7	1,2	0,8	1,5	1,4	2,0	1,6	1,6
Taxa de juro real média da dívida interna (em percentagem)	-9,3	-0,9	-1,2	-4,1	8,2	-0,7	5,4	0,7	0,4	0,5	-0,1	0,3	0,2	0,3	-1,2	-2,8	-2,0	-2,0
Depreciação da taxa de câmbio real (em percentagem, + indica depreciação)	7,0	-6,7	10,4	0,3	-0,1	-2,1	9,9	-0,3
Taxa de inflação (deflador do PIB, em percentagem)	10,5	1,1	1,7	4,8	-6,7	1,5	5,3	0,7	1,1	0,9	1,5	1,0	1,0	1,0	1,5	3,0	2,3	2,3
Cresc. da despesa primária real (deflacionada pelo deflador do PIB, em percentagem)	0,0	-0,1	0,1	0,0	-0,1	0,1	0,2	-0,2	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Elemento concessional do novo endividamento externo (em percentagem)	21,2	21,2	21,2	26,4	29,4	29,7	24,8	30,8	29,0

Fontes: Autoridades nacionais e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

1/ Indica a cobertura do sector público, por ex. governo geral ou sector público não financeiro. Indica também o uso da dívida bruta ou líquida.

2/ A necessidade bruta de financiamento é definida como o défi ce primário mais o serviço da dívida mais o stock da dívida de curto prazo ao final do período anterior.

3/ Receitas excluindo donativos.

4/ O serviço da dívida é definido como a soma dos juros mais a amortização da dívida de médio e longo prazo.

5/ As médias históricas e os desvios-padrão são em geral derivados com base nos últimos 10 anos, dependendo da disponibilidade de dados.

Tabela 4. Guiné-Bissau: Análise de Sensibilidade dos Principais Indicadores da Dívida Pública 2013-2033
(Em percentagem)

	Projeções							
	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2023	2033
Rácio VA da dívida-PIB								
Base	56	55	50	48	46	44	33	16
A. Cenários alternativos								
A1. Crescimento do PIB real e saldo primário às médias históricas	56	57	53	53	53	54	53	54
A2. Saldo primário inalterado desde 2013	56	54	47	44	41	39	24	6
A3. Crescimento do PIB permanentement mais baixo 1/	56	55	50	48	46	44	35	23
B. Testes de stress								
B1. Crescimento do PIB real à média histórica menos um desvio padrão 2014-2015	56	56	52	50	48	46	36	21
B2. Saldo primário à média histórica menos um desvio padrão em 2014-2015	56	59	58	55	53	51	39	20
B3. Combinação de B1-B2 usando choques de meio desvio padrão	56	59	56	54	52	50	39	22
B4. Depreciação pontual e real de 30% em 2014	56	65	59	56	54	52	39	19
B5. Aumento de 20% do PIB dos outros fluxos criadores de dívida em 2014	56	72	65	62	60	58	44	22
Rácio VA da dívida-receitas 2/								
Base	334	327	293	275	263	251	184	90
A. Cenários alternativos								
A1. Crescimento do PIB real e saldo primário às médias históricas	334	338	309	303	303	304	294	277
A2. Saldo primário inalterado desde 2013	334	321	275	253	236	220	135	35
A3. Crescimento do PIB permanentement mais baixo 1/	334	328	288	272	261	252	195	126
B. Testes de stress								
B1. Crescimento do PIB real à média histórica menos um desvio padrão 2014-2015	334	332	297	281	270	261	201	116
B2. Saldo primário à média histórica menos um desvio padrão em 2014-2015	334	352	336	316	303	291	219	110
B3. Combinação de B1-B2 usando choques de meio desvio padrão	334	347	326	308	296	285	218	118
B4. Depreciação pontual e real de 30% em 2014	334	389	344	323	308	295	219	106
B5. Aumento de 20% do PIB dos outros fluxos criadores de dívida em 2014	334	426	380	358	343	329	246	123
Rácio serviço da dívida-receitas 2/								
Base	11	14	13	12	10	7	6	5
A. Cenários alternativos								
A1. Crescimento do PIB real e saldo primário às médias históricas	11	14	14	13	10	8	7	11
A2. Saldo primário inalterado desde 2013	11	14	13	12	9	7	5	3
A3. Crescimento do PIB permanentement mais baixo 1/	11	14	14	12	10	7	6	6
B. Testes de stress								
B1. Crescimento do PIB real à média histórica menos um desvio padrão 2014-2015	11	14	14	13	10	8	6	6
B2. Saldo primário à média histórica menos um desvio padrão em 2014-2015	11	14	14	13	10	8	6	6
B3. Combinação de B1-B2 usando choques de meio desvio padrão	11	14	14	13	10	8	6	6
B4. Depreciação pontual e real de 30% em 2014	11	15	16	15	11	9	8	7
B5. Aumento de 20% do PIB dos outros fluxos criadores de dívida em 2014	11	14	14	13	10	8	6	6
Fontes: Autoridades nacionais e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.								
1/ Presume-se que o crescimento do PIB real seja o do cenário de base menos um desvio padrão dividido pela raiz quadrada do período da projecção.								
2/ A definição das receitas inclui os donativos.								



GUINÉ-BISSAU

RELATÓRIO DO CORPO TÉCNICO SOBRE AS CONSULTAS DE 2013 AO ABRIGO DO ARTIGO IV — ANEXO INFORMATIVO

Elaborado por:

Departamento de África
(Em consulta com outros departamentos)

SUMÁRIO

RELAÇÕES COM O FMI	2
RELAÇÕES COM O GRUPO DO BANCO MUNDIAL	8
RELAÇÕES COM O GRUPO DO BANCO AFRICANO DE DESENVOLVIMENTO	10
QUESTÕES ESTATÍSTICAS	11

RELAÇÕES COM O FMI

(em 30 de Abril de 2013)

Admissão e Regime de Consultas

Admitido em 24 de Março de 1977; Artigo VIII

Conta de Recursos Gerais:	Milhões de DSE	% da Quota
Quota	14,20	100,00
Haveres do FMI na moeda do país (taxa de câmbio)	13,96	98,31
Posição na tranche de reservas	0,25	1,79

Departamento de DSE:	Milhões de DSE	% da Afectação
Afectação acumulada líquida	13,60	100,00
Haveres	12,39	91,04

Saldo de Compras e Empréstimos:	Milhões de DSE	% da Quota
Acordos ECF	7,24	51,00

Acordos Financeiros mais Recentes:

Tipo	Data do acordo	Data do vencimento	Montante aprovado (Milhões de DSE)	Montante sacado (Milhões de DSE)
ECF	07/05/2010	06/05/2013	22,37	15,12
ECF ¹	15/12/2000	14/12/2003	14,20	5,08
ECF ¹	18/01/1995	24/07/1998	10,50	10,50

Projecção dos Pagamentos ao FMI ²

(Milhões de DSE; com base no presente uso de recursos e haveres correntes em DSE):

	<u>Próximos</u>				
	<u>2013</u>	<u>2014</u>	<u>2015</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u>
Capital				0,72	1,45
Comissões/juros	0,00	0,00	0,02	0,02	0,02
Total	0,00	0,00	0,02	0,74	1,46

¹ Antigo PRGF.

² Quando um país membro tem obrigações financeiras vencidas há mais de três meses, o montante desses atrasados é apresentado nesta secção.

Implementação da Iniciativa HIPC:

	Quadro reforçado
I. Compromissos da assistência HIPC	
Data do ponto de decisão	Dez. de 2000
Assistência comprometida por todos os credores (milhões de USD) ³	421,70
Da qual: assistência do FMI (milhões de USD)	11,91
(equivalente em milhões de DSE)	9,20
Data do ponto de conclusão	Dez. de 2010
II. Desembolso da assistência do FMI (milhões de DSE)	
Assistência prestada ao país membro	9,20
Assistência intercalar	1,56
Saldo no ponto de conclusão	7,64
Desembolso adicional do rendimento de juros ⁴	0,23
Total dos desembolsos	9,43

Implementação da Iniciativa de Alívio da Dívida Multilateral (MDRI):

I. Dívida habilitada à MDRI (milhões de DSE) ⁵	0,51
Financiada por: Fundo MDRI	0,00
Recursos HIPC remanescentes	0,51
II. Alívio da dívida por tipo de facilidade (milhões de DSE)	

Data da prestação	Dívida habilitada		Total
	GRA	PRGT	
Dezembro de 2010	N. A.	0,51	0,51

³ A assistência comprometida ao abrigo do quadro original está expressa em termos do valor actual líquido (VAL) no ponto de conclusão; a assistência comprometida ao abrigo do quadro reforçado está expressa em termos de VAL no ponto de decisão. Por este motivo, não é possível somar os dois montantes.

⁴ No âmbito do quadro reforçado, é efectuado um desembolso adicional no ponto de conclusão correspondente ao rendimento dos juros auferidos sobre o montante comprometido no ponto de decisão mas não desembolsado no período intercalar.

⁵ A MDRI proporciona 100% de alívio da dívida aos países membros habilitados que se qualificam para tal assistência. A assistência concessional do Fundo MDRI e dos recursos HIPC proporciona alívio da dívida suficiente para cobrir a totalidade do stock da dívida com o FMI no final de 2004 que continua pendente de pagamento no momento em que o país membro se qualifica para esta modalidade de alívio da dívida.

Implementação do Alívio da Dívida após Catástrofes (PCDR): Não se aplica**Avaliação das Salvaguardas:**

O Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO) é o banco central comum aos países da União Económica e Monetária Oeste-Africana (UEMOA). A mais recente avaliação das

salvaguardas do BCEAO foi concluída em 1 de Março de 2010. A avaliação de 2010 constatou que o BCEAO continua a manter controlos ao nível operacional. Todavia, o quadro geral de governação precisa de ser fortalecido pela criação de um Conselho Fiscal, para garantir que o Conselho de Administração exerça a vigilância necessária sobre a estrutura de controlo, inclusive no que respeita aos mecanismos de auditoria e às demonstrações financeiras. Tal conselho foi criado após a conclusão da avaliação que se seguiu à reforma institucional da UEMOA e do BCEAO. Também devem ser envidados esforços visando a adopção plena das Normas Internacionais de Relato Financeiro. Uma actualização da avaliação foi iniciada em Fevereiro de 2013.

Regime e Disposições Cambiais

A Guiné-Bissau aceitou as obrigações das Secções 2, 3 e 4 do Artigo VIII, com data efectiva de 1 de Janeiro de 1997. O país aderiu à UEMOA em 1997, e não tem uma moeda de curso legal distinta. O regime cambial comum a todos os membros da união é isento de práticas monetárias múltiplas e restrições cambiais sobre os pagamentos e transferências para transacções internacionais correntes. Desde 1 de Janeiro de 1999, o franco CFA está indexado ao euro a uma taxa fixa de € 1 = FCFA 655,957. Em 30 de Abril de 2013, a taxa do franco CFA em termos de DSE era de FCFA 757,217 = DSE 1. Em 1 de Janeiro de 2007, o regime cambial dos países da UEMOA deixou de ser classificado como regime cambial sem outra moeda de curso legal e passou à categoria de mecanismo convencional de vinculação. A nova classificação baseia-se no comportamento da moeda comum, ao passo que a anterior baseava-se na ausência de outra moeda de curso legal. Dessa forma, a nova classificação reflecte apenas uma mudança de definição e não se baseia numa opinião de que houve uma mudança assinalável no regime cambial ou em outras políticas da união monetária ou dos seus países membros.

Consultas ao abrigo do Artigo IV

A Guiné-Bissau segue o ciclo de consultas de 24 meses. As últimas discussões de consulta nos termos do Artigo IV com a Guiné-Bissau foram realizadas em Bissau, no período de 12 a 26 de Janeiro de 2010. O relatório do corpo técnico (Relatórios nacionais n.º 10/117) foi discutido pelo Conselho de Administração em 7 de Maio de 2010.

Assistência Técnica (2008–13)

Departamento	Tipo de Assistência	Data da prestação	Objecto
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Junho de 2008	Administração aduaneira
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Junho de 2008	Gestão da despesa pública
STA	Perito	Junho de 2008	Estatísticas da balança de pagamentos
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Julho de 2008	Estatísticas de finanças públicas
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Agosto de 2008	Estatísticas multisectoriais
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Setembro de 2008	Estatísticas do sector real
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Maio de 2009	Contas nacionais
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de longo prazo	Junho de 2009	Contas nacionais
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Junho de 2009	Gestão da despesa pública
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Junho de 2009	Gestão da dívida pública
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Junho de 2009	Supervisão bancária
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Setembro de 2009	Administração Corpo técnico
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Novembro de 2009	Gestão da dívida pública
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Novembro de 2009	Estatísticas do sector real
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Fevereiro de 2010	Gestão da dívida pública
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Fevereiro de 2010	Estatísticas de finanças públicas
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Maio de 2010	Administração da receita
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Julho de 2010	Contas nacionais
FAD	Corpo técnico	Setembro de 2010	Receitas fiscais e administração aduaneira
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Setembro de 2010	Gestão das despesas
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Setembro de 2010	Contas nacionais
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Fevereiro de 2011	Administração fiscal
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Fevereiro de 2011	Estatísticas de finanças públicas
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de	Março de 2011	Estatísticas de finanças públicas

Departamento	Tipo de Assistência	Data da prestação	Objecto
	curto prazo		
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Abril de 2011	Gestão da dívida pública
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Abril de 2011	Gestão financeira pública,
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Abril de 2011	Gestão financeira pública
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Abril de 2011	Estatísticas do sector real
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Junho de 2011	Estatísticas de finanças públicas
FAD	Corpo técnico	Setembro de 2011	Estratégia de reforma tributária, modernização da DGCI e mobilização de receitas
FAD	Corpo técnico	Setembro de 2011	Administração aduaneira
FAD	Perito em missão de curto prazo	Outubro de 2011	Administração fiscal
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Outubro de 2011	Modernização da DGCI
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Outubro de 2011	Estatísticas do sector real, contas nacionais
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Janeiro de 2012	Gestão financeira pública, contabilidade
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Janeiro de 2012	Gestão financeira pública
FAD	Perito em missão de curto prazo	Fevereiro de 2012	Administração fiscal
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Fevereiro de 2012	Gestão financeira pública
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Fevereiro de 2012	Estatísticas do sector real
FAD	Perito em missão de curto prazo	Março de 2012	Administração fiscal
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Março de 2012	Administração aduaneira
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Fevereiro de 2013	Gestão financeira pública
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Abril de 2013	Gestão financeira pública
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Abril de 2013	Contas nacionais
FAD	Corpo técnico	Abril de 2013	Administração da receita

Representante Residente

O Representante Residente do Senegal também cobriu a Guiné-Bissau entre Setembro de 1997 e Julho de 2007. O escritório do Representante Residente na Guiné-Bissau foi reaberto em Junho de 2011 e o Sr. Torrez assumiu o cargo.

Tabela 1: Guiné-Bissau – Acordos com o FMI, 1984–2013

Acordo	Data da aprovação	Montante aprovado	Observações
Compra na primeira tranche de crédito	27 de Agosto de 1984	DSE 1,875 milhões	
Programa de Financiamento para Ajustamento Estrutural (SAF)	14 de Outubro de 1987	DSE 5,25 milhões	Segundo acordo anual foi adiado; não houve terceiro acordo anual.
Programa Reforçado de Financiamento para Ajustamento Estrutural (ESAF)	18 de Janeiro de 1995	DSE 10,5 milhões	No terceiro acordo anual, o montante do acordo foi acrescido em DSE 1,05 milhão (10% da quota).
Assistência de Emergência Pós-Conflito	14 de Setembro de 1999	DSE 2,13 milhões	
Assistência de Emergência Pós-Conflito	7 de Janeiro de 2000	DSE 1,42 milhões	
Programa de Financiamento para Redução da Pobreza e Crescimento	15 de Dezembro de 2000	DSE 14,2 milhões	O PRGF expirou sem que fosse concluída uma avaliação.
Assistência de Emergência Pós-Conflito	10 de Janeiro de 2008	DSE 1,77 milhões	
Assistência de Emergência Pós-Conflito	20 de Maio de 2009	DSE 1,77 milhões	
Facilidade de Crédito Ampliado	7 de Maio de 2010	DSE 22,365 milhões	O acordo expirou em 6 de Maio de 2013.

RELAÇÕES COM O GRUPO DO BANCO MUNDIAL

1. **A Guiné-Bissau foi admitida no Banco Mundial três anos após a independência, em 1977. A Associação Internacional de Desenvolvimento (AID) aprovou 44 projectos para a Guiné-Bissau (incluindo projectos financiados por fundos fiduciários), num total de USD 383 milhões em compromissos.** Na qualidade de beneficiária de donativos, em 23 de Abril de 2013 a Guiné-Bissau dispunha de um total de quatro donativos correntes da AID. A carteira actual é composta por operações de crédito da AID e fundos fiduciários. Os projectos financiados pela AID ascendem a USD 42,85 milhões e incluem um projecto plurissectorial de reabilitação das infra-estruturas, um projecto de emergência para reabilitação do abastecimento de electricidade e água, um projecto de conservação da biodiversidade, um projecto de desenvolvimento comunitário e um projecto regional para o sector das pescas. Donativos do Fundo Fiduciário – com o uso de recursos da União Europeia, do fundo para a construção do Estado e da paz, e do Fundo Global para o Ambiente – proporcionaram um acréscimo de USD 12,45 milhões para a segurança alimentar de emergência, incluindo a produção de arroz e programas de merendas escolares e trabalho em troca de comida, em colaboração com o Programa Alimentar Mundial (PAM), assim como para a gestão costeira e da biodiversidade, desenvolvimento rural participativo e assistência técnica para os sectores emergentes das indústrias extractivas.

A décima sexta recomposição de recursos da AID (AID 16) resultou numa afectação de DSE 16,3 milhões (cerca de USD 26,3 milhões) para a Guiné-Bissau no período de Julho de 2011 a Julho de 2014. O país ainda conta com uma afectação da AID 16 de cerca de DSE 12,7 milhões que pode ser útil caso as relações se normalizarem em pleno. Até 23 de Abril de 2013, a Guiné-Bissau tinha seis créditos da AID. Na qualidade de devedor, o país recebeu desembolsos de USD 88,6 milhões, com base num capital original de USD 84 milhões. As obrigações devedoras da Guiné-Bissau somam USD 55,2 milhões.

Operações de apoio ao orçamento

2. **Desde 2008 (após um período de interrupção do apoio por causa da instabilidade política), o Banco lançou novas operações de apoio orçamental à Guiné-Bissau,** primeiramente com uma operação de emergência para a reabilitação económica em 2008 e cujos recursos se destinavam exclusivamente ao pagamento dos salários dos professores primários; em seguida, com uma série de três donativos programáticos à política de desenvolvimento: o primeiro aprovado em Junho de 2009 e desembolsado no início de Setembro (USD 8 milhões), o segundo aprovado em Junho de 2010 e desembolsado em Dezembro de 2010 (USD 6 milhões) e o terceiro aprovado em Junho de 2011 (USD 6,4 milhões). À altura da publicação deste relatório, um projecto havia sido aprovado desde meados de 2011: USD 3,2 milhões para a assistência técnica aos sectores das indústrias extractivas, em Outubro de 2011.

Programa de empréstimos

3. **Em Junho de 2009, o Banco aprovou uma nota de estratégia intercalar (ISN) para a Guiné-Bissau para o período 2009–2011, assente em dois pilares: i) fortalecimento da gestão económica e lançamento das bases para melhorias nos sectores produtivos; e ii) acesso alargado aos serviços básicos.** A ISN serviu de amparo até que a Guiné-Bissau atingisse o ponto de conclusão da Iniciativa HIPC (em Dezembro de 2010), e que fosse elaborado um novo Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (DENARP II, em Setembro de 2011). A preparação da nova Estratégia de Assistência ao País (CAS) de quatro anos foi interrompida após o golpe de Abril de 2012. Está a ser elaborada uma nova ISN, a qual deve ser publicada em 2014.
4. **Existem onze projectos ou operações na Guiné-Bissau com financiamento activo do Banco Mundial.** A actual carteira da AID é composta por seis operações activas, num total de cerca de USD 42,85 milhões em compromissos, com foco num projecto plurisectorial de reabilitação das infra-estruturas (USD 15 milhões), bem com um projecto de emergência para reabilitação do abastecimento de electricidade e água (USD 12,7 milhões). Entre os outros projectos figuram um projecto de desenvolvimento comunitário rural (USD 5 milhões), um projecto de desenvolvimento rural participativo (USD 5 milhões), financiamento adicional para o projecto de emergência para reabilitação do abastecimento de electricidade e água (USD 2,2 milhões) e um projecto de conservação da biodiversidade (USD 0,95 milhões). Em 1 de Abril de 2013, o saldo não desembolsado da AID montava a USD 15,7 milhões.
5. **Os donativos do fundo fiduciário proporcionam outros USD 20 milhões para a segurança alimentar de emergência, incluindo a produção de arroz e programas de merenda escolar e trabalho em troca de alimentos, em colaboração com o Programa Alimentar Mundial (PAM) das Nações Unidas.** Estes donativos também se destinam à gestão costeira e da biodiversidade e à assistência técnica em matéria de gestão económica, aos sectores extractivos e ao sector da saúde. Os donativos do fundo fiduciário utilizam recursos do Fundo Global para o Ambiente (que apoia o projecto de conservação da biodiversidade), do fundo fiduciário para a construção do Estado e da paz (desenvolvimento rural participativo, assistência técnica ao Ministério das Finanças em matéria de gestão económica, assistência técnica aos sectores das indústrias extractivas. Em Dezembro de 2012, o programa de resposta à crise alimentar do Banco Mundial (USD 5 milhões) recomendou o reinício dos desembolsos para as operações existentes, prorrogando para 30 de Junho de 2013 a data de encerramento do programa. Contudo, até ao final de Março de 2013, o programa de resposta à crise alimentar mundial do PAM carecia de recursos adicionais, necessitando de USD 7,1 milhões para realizar as actividades de assistência alimentar até ao final de 2013.

Outros programas distintos de empréstimos

6. **Em 14 de Dezembro de 2010, o Conselho de Administração da AID aprovou a chegada da Guiné-Bissau ao ponto de conclusão da Iniciativa HIPC.** A AID concedeu

perdão da dívida no âmbito da MDRI por meio do cancelamento irrevogável das obrigações do serviço da dívida guineense relativas a créditos desembolsados antes de 31 de Dezembro de 2003 e ainda pendentes em 31 de Dezembro de 2010, após a aplicação da assistência HIPC e da complementação (*topping up*). Em 21 de Março de 2011, o Conselho da AID aprovou a concessão de alívio da dívida adicional na forma de *topping up*. A redução do serviço da dívida da AID ao abrigo da Iniciativa HIPC reforçada, da MDRI e da assistência adicional no ponto de conclusão monta a USD 263,7 milhões.

7. **A Nota Consultiva Conjunta (JSAN) sobre o DENARP II foi concluída em Setembro de 2011.** Os objectivos do DENARP II, que abrange o período de 2011–2015, são reduzir significativamente a pobreza, criar e alargar as oportunidades de geração de rendimento e melhorar o acesso aos serviços públicos num contexto de instituições públicas e Estado de direito reforçados. O DENARP II estabelece um vínculo claro entre a sua estratégia e os principais resultados dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), e caracteriza uma estratégia de desenvolvimento detalhada, articulada em torno de quatro eixos: i) fortalecer o Estado de direito e aumentar a eficácia da administração pública; ii) assegurar a estabilidade macroeconómica, consolidar as reformas da gestão financeira pública e promover o desenvolvimento robusto do sector privado; iii) promover o crescimento económico sustentável e de bases alargadas e iv) elevar o nível de desenvolvimento humano.

RELAÇÕES COM O GRUPO DO BANCO AFRICANO DE DESENVOLVIMENTO

8. **Até Abril de 2013, o BAfD havia aprovado 39 operações para a Guiné-Bissau, excluídos os projectos multinacionais.** Estas operações incluem 24 projectos, três estudos e oito operações de apoio institucional, três operações de assistência de emergência e uma linha de crédito, o que representa um compromisso líquido de UC 186,69 milhões (cerca de FCFA 139 mil milhões). Destas operações, 30,4% se referem ao sector social, 22,1% à agricultura, 18,9% a sectores múltiplos, 18,6% aos transportes e 10% aos serviços de utilidade pública. Foram desembolsados UC 164,09 milhões, o que representa 87,9% do total. Até Abril de 2013, a carteira activa inclui cinco projectos em curso, perfazendo um total líquido de UC 28,76 milhões e desembolsos no montante de UC 9,95 milhões.

Programa de empréstimos

9. **No período entre Janeiro de 2008 e Abril de 2013, o BAfD aprovou um alívio da dívida HIPC intercalar (USD 17,48 milhões), um donativo ao abrigo da facilidade para estados frágeis (UC 2 milhões), um donativo em apoio ao sector das pescas (UC 2 milhões), um donativo ao sector da saúde (UC 6 milhões), um donativo de emergência para combate à cólera (UC 0,33 milhões), um donativo de formação das capacidades da administração pública (UC 7,86 milhões) e um donativo de emergência em apoio a reformas orçamentais (UC 5,7 milhões).**

Outros programas distintos de empréstimos

10. Em 2009 o BAfD levou a cabo uma revisão a meio de período do seu documento de estratégia nacional (CSP), e em Outubro de 2010 realizou uma acção combinada de revisão da carteira e elaboração do relatório de conclusão do seu CSP de 2005-2010. Em Novembro de 2011, divulgou o CSP para 2012–2016. Em Março de 2011 foi lançado um documento de estratégia de integração regional para a África Ocidental para o período 2011–2015. Em Março de 2013 foram divulgadas a avaliação do desempenho nacional (SPA), a classificação da governação nacional (CGR), a avaliação das políticas e instituições nacionais (CPIA) e a avaliação do desempenho da carteira do país (PPA) relativas a toda a África, incluindo a Guiné-Bissau.

QUESTÕES ESTATÍSTICAS

Avaliação da Suficiência de Dados para Supervisão

Geral: Os dados contêm sérias deficiências que representam um entrave significativo à supervisão. As deficiências são mais graves no que respeita às contas nacionais e à balança de pagamentos. A compilação dos dados foi seriamente debilitada durante a guerra civil de 1998–99. Apesar da capacidade limitada e das práticas obsoletas, as autoridades conseguiram melhorar a compilação de dados nos últimos anos, com a assistência técnica de instituições internacionais e regionais.

Contas nacionais: No segundo trimestre de 2010, o Instituto Nacional de Estatísticas e Censos (INEC) publicou as contas nacionais revistas de 2003–2008, com base no *Sistema de Contas Nacionais 1993 (SCN 93)*. Desde então, o INEC continua a publicar dados anuais sobre as contas nacionais. Os novos dados proporcionam uma cobertura mais abrangente de todos os sectores da economia e, como resultado, os valores do PIB dobraram. Ademais, estes novos dados apresentam o PIB a preços correntes e a preços constantes (2003), para além dos deflatores do PIB.

Estatísticas de preços: O IPC harmonizado está a ser compilado desde Julho de 2002, com base na mesma metodologia que é utilizada por outros países da UEMOA. O IPC foi actualizado em 2010 (novo ano base 2008–2009, melhorias nas técnicas de compilação, cobertura alargada de produtos e aumento do número de pontos de venda). No entanto, os dados dos preços referem-se apenas à capital Bissau.

Estatísticas de finanças públicas: Desde 2007, a TOFE mensal é compilada regularmente e utilizada como uma ferramenta básica para a monitorização do programa com o FMI. Em Março de 2010, uma missão de estatísticas de finanças públicas (EFP) do AFRITAC Ocidental prestou assistência técnica às autoridades na compilação e difusão de EFP e na implementação de planos de acção destinados a melhorar a difusão desses dados ao público. O programa de trabalho do AFRITAC Ocidental prevê uma missão de assistência técnica na área de estatísticas de finanças públicas, a ser realizada no segundo semestre de 2013.

<p>Estatísticas monetárias: As estatísticas monetárias e financeiras são compiladas e divulgadas pelo BCEAO, são apropriadas na generalidade e a sua cobertura institucional é ampla. A exactidão dos dados é prejudicada em certa medida pelo uso de coeficientes desfasados de ordenação para estimar os movimentos transnacionais de notas entre os países do BCEAO; esses movimentos, por seu turno, são usados para estimar a moeda em circulação e ajustar a posição dos activos externos líquidos de cada país membro.</p>	
<p>Estatísticas da balança de pagamentos: A Guiné-Bissau transmite os dados sobre o comércio internacional ao Departamento de África (AFR) do FMI para fins operacionais, utilizando informações das alfândegas. Os dados sobre a balança de pagamentos continuam fracos, o que se deve fundamentalmente aos dados não registados do comércio e às inconsistências entre os dados sobre os activos externos líquidos divulgados pelo BCEAO e outros indicadores económicos. O grande número de pequenos operadores, um sector informal de grandes proporções e debilidades institucionais (pouco mais de 20% das empresas apresentam declarações de impostos) entravam a recolha de dados. Embora o Ministério das Finanças não publique dados sobre a dívida externa, os dados sobre os fluxos e stocks são produzidos e transmitidos regularmente ao BCEAO.</p>	
<p>Normas e Qualidade dos Dados</p>	
<p>A Guiné-Bissau participa do Sistema Geral de Difusão de Dados (GDDS) desde Novembro de 2001. O país precisa actualizar os metadados de todas as categorias de dados e os planos de melhorias.</p>	<p>Não há dados disponíveis do ROSC.</p>
<p>Prestação de Informação ao STA</p>	
<p>Presentemente, não são reportados dados mensais, trimestrais ou anuais sobre as finanças públicas para inclusão na publicação <i>International Financial Statistics (IFS)</i> ou no anuário <i>Government Finance Statistics Yearbook</i>. Dados mensais sobre as estatísticas monetárias da Guiné-Bissau são divulgados regularmente para publicação em <i>IFS</i>, com algum atraso. O país reporta também as estatísticas da balança de pagamentos e da posição do investimento internacional ao STA numa base anual, com um desfasamento considerável.</p>	

Guiné-Bissau: Indicadores Mais Comuns Exigidos para Efeitos de Supervisão

	Data da última observação	Data de recebimento	Frequência dos dados ⁷	Frequência do reporte ⁷	Frequência da publicação ⁷
Taxas de câmbio	Corrente	Corrente	D	D	D
Activos de reserva internacionais e passivos de reserva das autoridades monetárias ¹	Março 2013	Abril 2013	M	M	M
Reserva/base monetária	Março 2013	Abr. 2013	M	M	M
Massa monetária	Março 2013	Abr. 2013	M	M	M
Balanço do banco central	Março 2013	Abr. 2013	M	M	M
Balanço consolidado do sistema bancário	Março 2013	Abr. 2013	M	M	M
Taxas de juros ²	Abril 2013	Maio 2013	M	M	M
Índice de Preços no Consumidor	Março 2013	Maio 2013	M	M	M
Receitas, despesas, saldo e composição do financiamento ³ – governo geral ⁴	Março 2013	Março 2013	M	T	T
Receitas, despesas, saldo e composição do financiamento ³ – governo central	Março 2013	Março 2013	M	T	T
Stocks da dívida contraída ou garantida pelo governo central ⁵	Dez. 2011	Abril 2013	A	I	I
Saldo da conta corrente externa	Fev. 2013	Abril 2013	A	I	I
Exportações e importações de bens e serviços	Fev. 2013	Abril 2013	A	I	I
PIB	2012	Abril 2013	A	I	I
Dívida externa bruta	2012	Abril 2013	A	I	I
Posição de investimento internacional ⁶	2010	Jan. 2012	A	I	I

¹ Activos de reserva dados em garantia ou penhorados devem ser especificados à parte. Para além disso, os dados devem abranger os passivos de curto prazo indexados a uma moeda estrangeira porém liquidados de outras formas, bem como os valores nocionais dos derivados financeiros para o pagamento e o recebimento de moeda estrangeira, inclusive os indexados a uma moeda estrangeira porém liquidados de outras formas.

² Taxas de mercado e oficiais, incluindo taxas de desconto, taxas dos mercados monetários e taxas dos títulos, bilhetes e obrigações do tesouro.

³ Financiamento externo, bancário interno e não bancário interno.

⁴ O governo geral é composto pelo governo central (fundos orçamentais, fundos extra-orçamentais e fundos de segurança social) e pelos governos estaduais/provinciais e locais.

⁵ Composição por moeda e por vencimento.

⁶ Incluindo as posições em activos e passivos financeiros externos brutos com não residentes.

⁷ Diária (D), semanal (S), mensal (M), trimestral (T), anual (A), irregular (I), não disponível (ND).



FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL

DEPARTAMENTO
DE COMUNICAÇÃO

Nota de Informação ao Público

Nota de Informação ao Público (PIN) nº 13/73
PARA DIVULGAÇÃO IMEDIATA
27 de Junho de 2013

Fundo Monetário Internacional
700 19th Street, NW
Washington, D. C. 20431 EUA

Conselho de Administração do FMI Conclui a Consulta de 2013 com a Guiné-Bissau ao Abrigo do Artigo IV

O Conselho de Administração do Fundo Monetário Internacional (FMI) concluiu a consulta com a Guiné-Bissau ao abrigo do Artigo IV em 21 de Junho de 2013.¹

Contexto

Um golpe de Estado militar em Abril de 2012 fez regredir alguns dos progressos alcançados em anos anteriores no sentido da adopção de melhores políticas macroeconómicas. Este golpe levou a uma queda acentuada do volume das exportações de castanha de caju e à suspensão da ajuda dos doadores tradicionais, apenas parcialmente contrabalançada pelo aumento do apoio ao orçamento proveniente da região. Em resultado, a economia sofreu uma contracção de 1,5% em 2012. Apesar de algumas pressões no sentido da subida dos preços provocadas pela falta de alimentos e combustíveis, o impacto sobre a inflação global foi mitigado à luz da baixa pressão da procura interna. A inflação a 12 meses era de cerca de 2% no final de 2012. O défice da conta corrente externa aumentou, reflectindo também a queda dos preços de exportação do caju. A considerável redução das receitas orçamentais que daqui resultou levou a uma deterioração na composição da despesa e no controlo orçamental.

¹ Ao abrigo do Artigo IV do Convénio Constitutivo do Fundo Monetário Internacional, o FMI mantém discussões bilaterais com os seus países membros, normalmente com uma periodicidade anual. Uma equipa de especialistas visita o país, recolhe informações de natureza económica e financeira e discute com as autoridades a evolução da economia e as políticas económicas do país. De regresso à sede do FMI, os especialistas elaboram um relatório que constitui a base para as discussões do Conselho de Administração. Concluídas as discussões, a Directora-Geral, na qualidade de Presidente do Conselho, resume os pontos de vista dos Administradores, e este resumo é transmitido às autoridades do país. A ligação a seguir contém uma explicação dos principais qualificadores empregados nos resumos:

<http://www.imf.org/external/lanq/portuguese/np/sec/misc/qualifiersp.pdf>.

Acumularam-se alguns atrasados internos em 2012, embora o governo tenha cortado completamente os gastos de capital financiados com recursos internos.

O crescimento económico recuperará parcialmente em 2013, mas as perspectivas globais continuam a ser difíceis. Partindo do princípio de que as exportações de caju vão recuperar e o apoio dos parceiros regionais vai continuar, o produto interno bruto (PIB) real poderia crescer cerca de 3,5% em 2013. Mas a perspectiva a curto prazo depende de uma rápida resolução da crise política actual. A maioria dos parceiros de desenvolvimento mantém apenas relações de trabalho limitadas com o governo provisório. Enquanto a situação política não se normalizar e os parceiros de desenvolvimento não reatarem a pleno o seu apoio financeiro ao governo, a economia continuará a ser altamente vulnerável e é provável que se verifique uma deterioração das condições sociais. As pressões inflacionistas deverão, segundo as projecções, permanecer moderadas. Também segundo as projecções, o défice da conta corrente deverá diminuir relativamente a 2012, devido à retoma das receitas das exportações de caju.

As perspectivas económicas estão sujeitas a riscos externos e internos. É provável que a crise política persistente continue a comprometer os fluxos financeiros externos, o que poderia dar origem a derrapagens orçamentais e a um abrandamento do crescimento económico. Um atraso na campanha de exportação de caju também representa um risco de deterioração da conjuntura. Por outro lado, o aumento das taxas de desemprego na zona euro pode ter um impacto negativo nas remessas e na procura interna.

Avaliação do Conselho de Administração

Os Administradores tomaram nota das frágeis condições económicas da Guiné-Bissau em meio a uma situação política delicada, ao reduzido apoio dos doadores e aos riscos descendentes para o sector externo. Embora a expectativa seja de recuperação da economia em 2013, o restabelecimento da estabilidade macroeconómica, a normalização da situação política, a restauração da confiança dos doadores e investidores e a aceleração das reformas estruturais serão necessárias para reduzir as vulnerabilidades e assegurar o crescimento sustentável e inclusivo.

Os Administradores realçaram a importância da aprovação atempada de um orçamento prudente para 2013 assente em projecções realistas de receitas e num envelope de despesas restrito. Dadas as opções limitadas de financiamento, o rígido controlo orçamental e a planificação de contingências devem ajudar a proteger os gastos sociais e evitar um forte aumento dos atrasados. Os Administradores saudaram a intenção das autoridades de aumentar a transparência da gestão do Fundo de Promoção à Industrialização dos Produtos Agrícolas (FUNPI).

Para o médio prazo, os Administradores destacaram a importância de criar uma margem de manobra orçamental. Com o apoio da assistência técnica contínua, os esforços devem concentrar-se no aumento da arrecadação fiscal, através do alargamento da base tributária, do reforço das administrações fiscal e aduaneira e do fortalecimento da gestão financeira pública. Os Administradores salientaram a necessidade crítica de adoptar políticas orçamentais e de gestão da dívida prudentes para preservar a sustentabilidade da dívida.

Os Administradores salientaram a importância de reformas estruturais para estimular a concorrência e alcançar o crescimento inclusivo e diversificado, o que também será essencial para reduzir a vulnerabilidade a choques. Deve-se dar prioridade à melhoria do ambiente de negócios e das infra-estruturas físicas e à facilitação do acesso aos serviços financeiros. Os Administradores apoiaram a intenção das autoridades de melhorar o acesso ao crédito por parte dos grupos excluídos dos serviços financeiros e de reexaminar as leis laborais visando a promoção do emprego.

As Notas de Informação ao Público (PIN) inserem-se no esforço do FMI de promover a transparência acerca das suas opiniões e análise da evolução da economia e das políticas económicas. Mediante autorização do país (ou países) em análise, são emitidas PIN após as deliberações no Conselho de Administração, no âmbito das consultas efectuadas ao abrigo do Artigo IV aos países membros, relativamente à supervisão da evolução a nível regional, ao acompanhamento pós-programa e a avaliações *ex post* dos países membros com compromissos programáticos a mais longo prazo. As PIN também são emitidas na sequência das deliberações do Conselho sobre questões gerais, salvo decisão em contrário do Conselho de Administração em casos específicos.

Tabela 1. Guiné-Bissau: Principais Indicadores Económicos, 2008–13

	2008	2009	2010	2011	2012 Prel.	2013 Proj.
(Variação percentual anual, salvo indicação em contrário)						
Contas nacionais e preços						
PIB real a preços de mercado	3,2	3,0	3,5	5,3	-1,5	3,5
PIB real per capita	1,1	0,9	1,3	3,2	-3,5	1,4
Deflador do PIB	10,5	1,1	1,7	4,8	-6,7	0,7
Índice de Preços no Consumidor (média anual)	10,4	-1,6	1,1	5,1	2,1	2,6
Sector externo						
Exportações, FOB (com base em valores em USD)	13,1	-3,6	7,4	91,3	-47,1	25,5
Importações, FOB (com base em valores em USD)	18,8	1,5	-2,9	29,0	-25,2	19,3
Volume de exportações	2,5	14,9	-9,8	33,3	-30,1	22,1
Volume de importações	-8,4	18,8	-5,3	11,8	-26,5	18,3
Termos de troca (deteriora = -)	3,5	-22,1	18,9	43,4	-26,7	-8,1
Taxa de câmbio efectiva real (depreciação = -)	7,7	-1,9	-3,0	2,4	0,1	...
Taxa de câmbio nominal (FCFA por USD; média)	445,7	471,0	494,4	471,4	510,0	...
Finanças públicas						
Receitas internas (excluindo donativos)	30,0	2,3	26,1	18,0	-12,5	12,3
Total da despesa	15,0	-6,7	-0,9	9,4	-10,3	-11,7
Despesas correntes	14,0	-4,0	-2,0	14,8	10,1	-10,8
Despesas de capital	16,4	-10,1	0,7	2,1	-41,5	-14,3
Moeda e crédito						
Activos internos líquidos ²	8,2	-10,9	16,5	16,9	14,9	4,7
Crédito ao governo (líquido)	-3,1	-13,8	4,7	6,6	5,9	-1,1
Crédito à economia	10,1	4,7	13,2	12,9	8,0	5,8
Velocidade (PIB/moeda em sentido lato)	4,1	4,1	3,3	2,7	2,6	2,6
(Porcentagem do PIB, salvo indicação em contrário)						
Investimento e poupança						
Investimento bruto	8,7	10,1	9,8	10,1	7,5	7,7
D/q: investimento público	4,2	5,1	4,8	4,5	2,3	2,4
Poupança interna bruta	-5,3	-6,6	-5,6	2,0	-6,8	-6,5
D/q: poupança pública	-11,1	-7,9	-5,1	-4,5	-6,7	-2,8
Poupança nacional bruta	3,9	3,4	1,3	9,0	1,0	1,7
Finanças públicas						
Receita orçamental	9,2	9,0	10,8	11,5	11,0	11,8
Despesa primária interna total	12,4	9,5	12,0	12,7	14,9	13,4
Saldo primário interno	-3,2	-0,5	-1,2	-1,2	-4,0	-1,6
Saldo global (base de compromissos)						
Incluindo donativos	-0,8	2,9	-0,2	-1,4	-3,1	-0,1
Excluindo donativos	-15,3	-12,9	-9,9	-9,0	-9,0	-5,1
Conta corrente externa (incl. transf. correntes oficiais)	-4,9	-6,7	-8,6	-1,2	-6,5	-6,0
Excl. transferências oficiais	-11,3	-14,7	-12,1	-4,6	-10,3	-10,3
VA da dívida externa/exportações de bens e serviços (%)	135,6	141,9	121,6
Stock nominal da dívida pública, incl. atrasados ³	167,5	157,9	52,6	49,3	58,4	59,2
D/q: dívida externa, incl. atrasados	132,7	121,9	22,7	23,0	27,5	27,0
Por memória:						
PIB nominal a preços de mercado (mil milhões de FCFA)	377,5	393,1	413,7	456,7	419,8	437,6

Fontes: Autoridades guineenses e estimativas e projecções do corpo técnico do FMI.

¹ Relatório nacional do FMI n.º 11/353 (terceira avaliação do acordo ECF).

² Contributo percentual ao crescimento da moeda em sentido lato.

³ No fim de 2010, inclui 8,3% do PIB em atrasados internos, formados por atrasados anteriores a 1999 (3,3% do PIB) e por estimativas preliminares dos atrasados de 2000–07 registados no Tesouro (5% do PIB). Não inclui as estimativas preliminares dos atrasados de 2000–07 (13,4% do PIB) não registados no Tesouro.

Intervenção do Sr. Kossi Assimaidou, Administrador do FMI para a Guiné-Bissau

21 de Junho de 2013

Introdução

As autoridades guineenses agradecem ao Conselho de Administração e corpos executivo e técnico do FMI pelo apoio concedido ao país desde à retoma da cooperação no início deste ano. Apreciam o diálogo de políticas travado com o corpo técnico durante as consultas de 2013 ao abrigo do Artigo IV decorridas em Maio em Bissau. As autoridades concordam com o teor geral da análise e das recomendações do corpo técnico, as quais serão levadas em plena conta nos esforços para vencer os desafios que confrontam a Guiné-Bissau.

Desde o golpe de Estado ocorrido em Abril de 2012, o país está a enfrentar dificuldades económicas e políticas, agravadas pela suspensão do apoio dos principais parceiros de desenvolvimento. Dados os enormes desafios de desenvolvimento, as autoridades aguardam com antecipação a assistência técnica e financeira do FMI, pois consideram que o apoio da instituição no âmbito de um acordo ECF contribuiria para a formulação e implementação de um programa de reforma económica e estabilização macroeconómica de médio prazo e serviria de catalisador da ajuda adicional por parte dos parceiros de desenvolvimento.

As eleições presidenciais estão programadas para Novembro de 2013. No entanto, um governo inclusivo, no qual estão representados todos os diferentes actores políticos, foi formado em 12 de Junho de 2013 para levar a cabo as medidas necessárias para a realização destas eleições, com a assistência técnica e financeira da comunidade internacional. Este governo inclusivo devotará esforços para reverter a situação económica através da restauração da boa governação e da estabilidade macroeconómica.

Evolução da situação económica em 2012

A ausência de apoio financeiro dos principais parceiros de desenvolvimento e a quebra nas exportações de caju resultaram numa deterioração significativa da conjuntura macroeconómica. O crescimento económico registou uma contracção de 1,5% em 2012 e a receita pública caiu vertiginosamente, levando a uma nova acumulação de atrasados internos e a um elevado défice orçamental global. O défice da conta corrente externa ascendeu a 6,5% do PIB em 2012, em comparação a 1,2% em 2011. A inflação, porém, permaneceu baixa, em torno de 2,1%. Na sua qualidade de membro da UEMOA, a Guiné-Bissau segue uma política monetária regional. A participação na zona monetária comum tem servido bem ao país. A taxa de câmbio real está alinhada com os seus fundamentos económicos.

Medidas de política a curto e médio prazo

As autoridades guineenses acreditam que a diversificação da economia, a redução da pobreza generalizada e a criação de oportunidades de emprego contribuirão para erradicar as principais causas da instabilidade vivida pelo país nos últimos anos. Elas estão empenhadas em implementar as políticas e reformas económicas orientadas para a preservação da estabilidade macroeconómica e a criação de um ambiente propício para o crescimento liderado pelo sector privado. De referir, em especial, os esforços para aumentar a margem de manobra orçamental, potencializar o sector financeiro, manter a sustentabilidade da dívida e melhorar o ambiente de negócios.

1. Política orçamental

No plano orçamental, as autoridades tomarão medidas para restaurar a disciplina das finanças públicas visando o restabelecimento da estabilidade macroeconómica. A implementação das acções previstas para o período de transição contribuirá para o aumento das receitas orçamentais, a aplicação de controlos rigorosos para evitar novos atrasados internos e a protecção das despesas prioritárias.

Como parte dos planos para 2013, e com vistas a incentivar a produção e exportação de caju, as autoridades estão a braços com a revisão do imposto de exportação e do preço mínimo do caju. Estão também empenhadas em inscrever no orçamento do Estado as operações do Fundo de Promoção à Industrialização dos Produtos Agrícolas (FUNPI) de modo a garantir a transparência da gestão e operação do Fundo.

As autoridades pretendem ainda implementar um programa orçamental de médio prazo que visa contribuir para a melhoria do desempenho fiscal do país no plano regional. Neste sentido, acreditam que as medidas viradas para o alargamento da receita devem prever a racionalização das actuais isenções fiscais e o reforço das administrações fiscal e aduaneira. Para o efeito, pretendem criar uma unidade de coordenação das reformas e modernização fiscal, com vistas a consolidar as reformas das finanças públicas. O regime de pensões dos funcionários públicos será revisto para garantir o controlo rigoroso das transferências do Estado. Com a assistência da comunidade internacional, as autoridades prosseguirão nos seus esforços de desmobilização e profissionalização das forças militares.

2. Sustentabilidade da dívida

As autoridades acolheram positivamente a recente ASD do corpo técnico e concordaram com a necessidade de preservar a sustentabilidade da dívida do país. Neste sentido, continuarão a adoptar políticas macroeconómicas sólidas e políticas prudentes de gestão da dívida. A contratação de empréstimos será aperfeiçoada, concentrando-se no financiamento em condições concessionais, sobretudo em benefício dos projectos de desenvolvimento. Ademais, as autoridades planeiam voltar a publicar relatórios trimestrais sobre o total da dívida pública e alargar a cobertura do sistema de gestão da dívida (SYGADE) ao banco central (BCEAO), de modo a aprimorar a capacidade de

monitorização da dívida. Também estão empenhadas, num contexto pós-HIPC, em concluir os acordos com os credores oficiais remanescentes.

3. Sector financeiro

As autoridades envidarão esforços para aumentar a contribuição do sector financeiro para o desenvolvimento económico do país. Para o efeito, tomarão medidas para incentivar a realização de pagamentos de impostos e salários públicos através do sistema bancário. Pretendem também consolidar as iniciativas existentes no sector de microfinanças, ao rever o documento de estratégia nacional e firmar um acordo de parceria com a Rede Africana de Microfinanças. A supervisão bancária continuará a ser fortalecida para reduzir os níveis elevados de créditos malparados, que resultam sobretudo do aumento dos empréstimos vencidos dos exportadores de caju.

Como parte dos esforços das autoridades para fortalecer o quadro de combate ao branqueamento de capitais, será implementada a lei CBC/FT de 2012. A unidade de informação financeira entrará em operação e a supervisão das instituições financeiras no que respeita ao branqueamento de capitais será exercida com o amparo da assistência externa.

4. Reformas estruturais

As autoridades guineenses estão decididas a melhorar o clima de negócios e de investimento através da remoção dos entraves à promoção de um sector privado dinâmico. O guichet único criado em 2011 foi reactivado, para simplificar os procedimentos de registo de empresas privadas.

As autoridades pretendem também melhorar as capacidades humanas e institucionais do país, que são essenciais para promover a transparência e a boa governação. Nesse contexto, estão a rever a legislação laboral. Será formulado um novo quadro de gestão dos recursos naturais para aperfeiçoar a capacidade institucional deste sector.

Conclusão

A economia da Guiné-Bissau foi profundamente afectada pelos acontecimentos recentes. As autoridades estão decididas a reverter esta situação; porém, dada a magnitude dos desafios a vencer, terão de contar com o forte apoio da comunidade internacional neste esforço. Já foram tomadas diversas medidas neste sentido, e o desempenho económico em 2013 será visivelmente melhor do que o de 2012. Contudo, o país precisa lançar um programa de reformas e ajustamentos a médio prazo para superar as vulnerabilidades e colocar a economia numa trajectória de crescimento sustentável.

As autoridades já deram mostras da sua determinação em tomar as medidas necessárias. Serão realizadas eleições até ao final do ano, e todos os principais actores políticos estão a cooperar neste esforço e na implementação de políticas económicas e financeiras prudentes. As autoridades estão esperançosas de que o país possa beneficiar de uma

assistência acrescida do FMI na forma de um programa apoiado pela instituição, bem como de assistência técnica adicional. Esperam igualmente que os doadores e parceiros de desenvolvimento também apoiem a Guiné-Bissau nos seus esforços de desenvolvimento com vistas a estimular o crescimento e aliviar a pobreza.